



Sociedade e crise(s)

Editores

Madalena Oliveira

Helena Machado

João Sarmento

Maria do Carmo Ribeiro



UMinho Editora



UMinho Editora

TÍTULO

Sociedade e crise(s)

EDITORES

Madalena Oliveira

Helena Machado

João Sarmento

Maria do Carmo Ribeiro

FOTO CAPA (créditos)

Sara Balonas

DESIGN

Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO

Ricardina Magalhães

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2020

ISBN 978-989-8974-30-3

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores / Universidade do Minho – Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização expressa dos autores.

NÃO BASTA
SÓ VIR À
MANIFESTAÇÃO

...GATHA FÉLIX

Sociedade e crise(s)

Nota introdutória

Os sentidos e os contextos da(s) crise(s) <i>Madalena Oliveira, Helena Machado, João Sarmento e Maria do Carmo Ribeiro</i>	7
---	---

1. CRISE E DINÂMICAS SOCIAIS 11

As crises sanitárias: uma perspetiva histórica <i>Alexandra Esteves</i>	13
--	----

O contributo da Demografia para o conhecimento e políticas de mitigação da pandemia <i>Alice Delerue Matos e Ana Maria Nogales Vasconcelos</i>	19
---	----

Crise, migrações e desumanização <i>Rosa Cabecinhas</i>	25
--	----

Crise e trabalho: interrogações em tempos de pandemia <i>Ana Paula Marques</i>	31
---	----

Tempo e crise: algumas reflexões em torno da sociologia do futuro <i>Emília Araújo</i>	39
---	----

Voltas e reviravoltas: crise e os sistemas económicos <i>Rodrigo da Costa Dominguez</i>	45
--	----

Vírus, robôs e o mundo em mudança: um comentário sobre crise e dinâmicas sociais <i>Fernando Bessa Ribeiro</i>	51
---	----

2. CRISE E TERRITÓRIOS 57

Ambiente e sociedade: será “crise” a palavra certa? <i>Anabela Carvalho</i>	59
--	----

Crise e cidade <i>Flávio Nunes</i>	67
---------------------------------------	----

Crise societal e turismo – o (re)caminho do global para o local <i>Paula Remoaldo</i>	73
--	----

Crise e território <i>Virgínia Teles</i>	81
---	----

Crises e proteção civil <i>António Bento Gonçalves, António Vieira e Francisco Costa</i>	85
3. CRISE E INOVAÇÃO	91
A emoção na comunicação de crise – aprendizagens de uma pandemia <i>Teresa Ruão</i>	93
Crise e transformação – um ensaio sobre os catalisadores da mudança <i>Sara Balonas</i>	103
Crises, tecnologias e média sociais: uma reflexão sobre os novos períodos de turbulência <i>José Gabriel Andrade</i>	109
As metáforas guerreiras na crise da COVID-19 <i>Jean-Martin Rabot</i>	115
A pandemia e a inovação: o caso da “Stay Away Covid” <i>Ivo Domingues</i>	123
4. CRISE E INSTITUIÇÕES	129
Crise de confiança <i>Helena Machado</i>	131
Crise e conspiração <i>Joel Felizes</i>	137
Cultura e crise <i>Manuel Gama</i>	143
Em defesa da universidade e em defesa da ciência <i>Moisés de Lemos Martins</i>	149
Crise(s) ou desafios na educação? – entrevista com Maria Emília Brederode Santos <i>Sara Pereira</i>	159

Nota introdutória

Os sentidos e os contextos da(s) crise(s)

**Madalena Oliveira, Helena Machado, João
Sarmiento e Maria do Carmo Ribeiro**

Presidência do Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

O conceito de crise é particularmente caro às Ciências Sociais. E é-o não apenas no domínio da ciência económica ou política, mas também da Sociologia, da História, da Antropologia, da Educação, da Geografia e da Comunicação. Se no campo da saúde, ela é entendida como uma perturbação momentânea, uma circunstância de anormalidade que afeta o funcionamento regular de um organismo, no campo social, para onde se transporta com o mesmo sentido, a crise também diz respeito a uma certa ideia de interrupção, de descontinuidade, de alteração – por vezes, abrupta – das condições de vida. A metáfora da crise, explica R. J. Holton, terá sido transposta para a reflexão sobre a sociedade como uma forma de perspetivar “as perceções de patologia social, de colapso social e de desorganização” (Holton, 1987, p. 504). É para o corpo social um fenómeno equivalente ao que fragiliza o corpo físico quando confrontado com a ameaça da enfermidade.

Na sua vocação compreensiva, as Ciências Sociais têm colocado a noção de crise em perspetiva em quase todas as dimensões da vida. Ao procurarem explicar as dinâmicas sociais como processos sujeitos à mudança e à transformação, estas ciências têm desenvolvido a ideia de que as crises são, não apenas momentos de disrupção dos valores instituídos, mas também pontos de viragem histórica e civilizacional. A retórica da crise, que entra no campo das Ciências Sociais pelo prisma da Economia e pelos efeitos da quebra das lógicas de produção, comercialização e consumo, assim como pela identificação de episódios de instabilidade política e de conflitos, domina todo o discurso sobre a modernidade. As definições comuns identificam o conceito de crise como sinónimo de impasse, de perturbação, como contexto de perigo ou tensão, como fase de rutura em relação a hábitos ou crenças, ou ainda como carência ou escassez. Em todas estas declinações, a abordagem da crise oferece-se ao cientista social como um problema e como um desafio.

Num ensaio publicado em 1976 na revista *Communications*, Edgar Morin sugeria que “a noção de crise se propagou no século XX por todos os horizontes da consciência contemporânea” (Morin, 1976, p. 149). Constatava então que não havia “domínio ou problema que não estivesse assombrado pela ideia de crise: o capitalismo, a sociedade, a família, os valores, a juventude, a ciência, o direito, a civilização, a humanidade” (Morin, 1976, p. 149). Pela ciência ou pelos média, a perspetiva da crise estende-se hoje à notícia da crise ambiental, da crise dos refugiados, da crise dos sistemas de informação, da crise de confiança, da crise da cultura e do pensamento. A perceção de que toda a experiência humana está sujeita à prova da crise tem no entendimento de que as próprias Ciências Sociais (e as Humanidades) são um ramo de conhecimento que também se descobre em situação crítica, por insuficiente reconhecimento público e dificuldades de financiamento.

O debate sobre a crise (ou as crises) é, portanto, um debate atual que reclama da ciência um exercício permanente de reflexão. Cientes de que o que comanda o progresso é também o que instaura paradoxalmente novas precariedades, os cientistas sociais assumem hoje a responsabilidade de analisar os fatores que desencadeiam as crises, de avaliar os seus efeitos e de propor estratégias de governabilidade que, não resolvendo em definitivo a “origem da ameaça”, recomendam a sua incorporação

como parte do processo de desenvolvimento. A problematização da crise não é um fim em si mesmo; é, antes a assunção necessária do imperativo de deslocação para diante. É por isso que as Ciências Sociais são, não apenas ciências úteis, mas também ciências emancipatórias e transformistas.

Com esta convicção, reunimos neste volume um conjunto de leituras que apresentam a experiência da crise como uma experiência transversal. É esse o ponto de originalidade desta obra, que reúne contributos de vários membros da comunidade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. O tema da crise tem sido apresentado na produção científica em abordagens específicas da economia, da política, do jornalismo, da educação, da cultura. Neste livro, porém, juntamos a perspectiva de diferentes disciplinas, assumindo a multiplicidade do próprio conceito de crise.

Num registo breve, cada capítulo é um convite à reflexão da diversidade de experiências e problemáticas sociais da crise. Assumida em título como uma noção plural, a noção de crise(s) é aqui encarada ora como fatalidade ora como oportunidade. Todos os capítulos se afinam pela mesma nota: a de que a crise é central à análise crítica das sociedades. Os 22 ensaios que compõem este volume situam esta problemática em contextos vários: na perspectiva histórica da saúde, na demografia, na economia, na comunicação, nas instituições, no ambiente, na tecnologia, na cultura, nas migrações, nos territórios, na educação e na ciência.

Como todas as obras coletivas, *Sociedade e crise(s)* não esconde a heterogeneidade de estilos. E pelo momento que a Humanidade atravessa neste ano de 2020, também não é indiferente à crise sanitária provocada pela COVID-19. A pandemia não era propriamente o pretexto de partida para esta coletânea. No entanto, em quase todos os textos a referência à experiência extraordinária da situação epidemiológica tornou-se inevitável. Porque nela se acentuou o sintoma de todas as outras crises a cujos efeitos não escaparão as próximas gerações. Assinalando o 44º aniversário do Instituto de Ciências Sociais, a edição deste livro tem também um propósito celebrativo e de partilha do que somos enquanto comunidade científica. Que o leitor encontre nestas páginas razão bastante para um saber inquieto que nada tem de conformista.

Referências

Holton, R.J. (1987). The idea of crisis in modern society. *The British Journal of Sociology*, 38(4), 502-520. <http://www.doi.org/10.2307/590914>

Morin, E. (1976). Pour une crisologie. *Communications*, 25, 149-163. https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1976_num_25_1_1388

1. CRISE E DINÂMICAS SOCIAIS

As crises sanitárias: uma perspetiva histórica

Alexandra Esteves

Professora Auxiliar com Agregação. convidada do Departamento de História (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0003-0660-9485

A análise das doenças e das respostas que, ao longo dos séculos, foram dadas para as combater implica uma reflexão profunda que entronca na natureza humana e naquilo que nos aproxima e distingue dos restantes animais. Estes, à semelhança dos humanos, também procuram minorar o sofrimento, sarar as feridas e fintar a morte. A consciência e o medo da morte foram o grande motor para a busca de soluções re-remediativas, paliativas ou curativas para afastar as pestes ou atenuar os seus efeitos. Haverá nisto algo de instintivo? Certamente. Então o que distinguirá o ser humano das restantes espécies animais?

Revisitando Konrad Lorenz e a sua obra *A agressão. Para uma história do mal* (2001), descobre-se o quanto a racionalidade nos pode matar e o instinto salvar-nos. Salva-nos de grandes predadores, dos predadores visíveis, sendo que, entre estes, os mais perigosos são os seus iguais, os da mesma espécie, ou seja, os humanos. São os que mais se movimentam, os que mais provocam e se envolvem em conflitos em grande escala e destroem o seu próprio habitat. Ao fazê-lo, estão a contribuir para que os pequenos predadores, invisíveis, provoquem novas guerras, igualmente invisíveis, nas quais aparecem, frequentemente, como vencedores. Como refere David Quammen (2020), estes predadores invisíveis consomem a vítima por dentro. Por vezes, fazem-no de forma silenciosa, tornando-se mais difíceis de combater e derrotar, e causam, amiúde, a morte da vítima. Sabemos que estes “inimigos invisíveis” existem, mas desconhecemos quando e como vão atacar. O recurso a uma linguagem bélica é justificada pela incapacidade demonstrada pela humanidade para, pela “via diplomática”, evitar esses conflitos.

Apesar dos progressos e dos avanços tecnológicos conseguidos, o comportamento humano continua a denotar uma certa incapacidade na compreensão da doença, que se manifesta na tentativa de fugir à quota-parte de responsabilidade que lhe é imputável na disseminação de surtos epidémicos e no aparecimento de novas enfermidades. A história mostra quão nefasta, sob o ponto de vista sanitário, pode ser a ação humana: as movimentações de grandes contingentes de pessoas e os conflitos bélicos têm propiciado a disseminação de todo o tipo de moléstias, deixando atrás de si um rasto de morte, destruição e miséria; rituais religiosos, hábitos e costumes de grandes grupos humanos contribuíram e estão a contribuir para o aparecimento de novas epidemias; o avanço incontroado sobre a natureza, que se tem verificado nos últimos tempos, gera um desequilíbrio deveras perigoso para a humanidade... A destruição ambiental que está a ser levada a cabo e que se traduz, ainda que não só, na intromissão desregrada nos habitats de animais, como tem sucedido nas florestas tropicais, coloca em perigo não apenas esses animais e a sobrevivência das suas espécies, mas também os próprios seres humanos. Muitos desses animais são repositórios naturais de agentes que poderão transformar os humanos num novo hospedeiro. E repare-se que se trata de um “novo senhorio” que acolhe um “inquilino” que rapidamente se multiplica e pode causar danos físicos e psicológicos muito sérios.

Este “novo senhorio” movimenta-se rapidamente, vence fronteiras e tem milhões de exemplares: 7,8 biliões em 2020. Ora, quando ainda não se conseguiu derrotar os velhos “inquilinos”, que teimam em resistir, a humanidade enfrenta, por culpa sua, o risco de novas doenças, de novas epidemias e pandemias. Atente-se no HIV/SIDA

e nos 30 milhões de mortos que causou até à atualidade, no ébola ou no risco de expansão da febre-amarela ou da malária. Por outro lado, o comportamento humano também tem contribuído para que a doença condicione o seu quotidiano: a alimentação, o sedentarismo, a poluição e as políticas económicas, que, ao provocarem o desinvestimento nalguns setores, estão na génese de desastres sanitários (ex. doença de Creutzfeldt-Jakob). Enfrentar as crises sanitárias implica reconhecer que as doenças, sendo oportunistas, se movimentam com o ser humano, adaptam-se e tiram partido das suas debilidades.

Se na génese ou na propagação de várias epidemias podemos identificar mão humana, também a encontramos no combate às mesmas ou na remediação dos seus efeitos. As epidemias acompanham a história da humanidade. Esta não é uma conclusão de difícil fundamentação, na medida em que diferentes áreas disciplinares têm convergido nesse sentido. Esta circunstância gerou a necessidade de criação e desenvolvimento de mecanismos de proteção contra algo que não era explicável. Entre as justificações ensaiadas, a conceção punitiva da doença foi a que começou por vingar. O enfermo era vítima da ira divina e a doença era entendida como um castigo. Esta interpretação perdurou ao longo dos tempos e manteve-se até hoje. Havia, então, que aplacar a cólera da divindade que decidiu punir o prevaricador. O Cristianismo absorveu esta leitura e contribuiu para a sua permanência, que se foi avivando com a ocorrência de sucessivos surtos epidémicos.

As epidemias mais distantes no tempo, para as quais dispomos de fontes, remontam ao século VII a.C. Na Antiguidade Clássica, são conhecidas a peste de Xerxes, retratada por Heródoto, e a de Atenas, descrita por Tucídides na sua obra sobre a Guerra do Peloponeso. Presume-se que, neste caso, se terá tratado de um surto de febre tifoide, que, entre outras consequências, levou os atenienses a deixarem de se visitar, além de ter contribuído para o declínio da cidade-estado.

O Império Romano também foi afetado por desastres sanitários. A conjugação de diversas circunstâncias favoreceu a sua ocorrência, designadamente a sua extensão e a diversidade de povos e de territórios que o compunham, bem como a contínua movimentação de pessoas e de mercadorias, que levavam consigo as doenças e os agentes causadores. Entre as epidemias que aconteceram, a que teve consequências mais devastadoras, pela elevada mortalidade que provocou, sobressai a peste antonina, que se julga ter sido uma epidemia de varíola.

Com o advento de uma nova era, ocorre uma das maiores crises sanitárias da história da humanidade. Num tempo em que a contagem dos mortos era imprecisa e a sua causa difícil de identificar, a Europa terá perdido cerca de 200 milhões de habitantes. O segundo surto de peste bubónica foi o responsável. A economia já dava mostras de esgotamento, patente, nomeadamente, no desequilíbrio entre as fontes de subsistência e o crescimento demográfico. Nestas condições, o alimento escasseia, os corpos ficam debilitados e aparecem as doenças. As consequências desta peste fizeram-se notar nos domínios político, cultural, religioso e até na relação com o outro, sobretudo com aquele que é reconhecidamente diferente e integra uma minoria. Esta crise sanitária foi reveladora da necessidade de encontrar alguém, seja pessoa, grupo social ou qualquer entidade, que pudesse ser culpabilizado pela sua ocorrência, dispensando

argumentos racionais. Subjacente a este propósito, talvez esteja o desejo de esconjurar a doença através da identificação de um bode expiatório. Por exemplo, os judeus foram considerados os causadores da peste negra, sendo invocada como prova o facto de, aparentemente, terem sido menos afetados que o resto da população pela moléstia. Não havia uma explicação racional para a sua culpabilização, mas a ignorância ditou a perseguição. Mais tarde, já no século XX, na Alemanha nazi, o discurso sanitário responsabiliza os judeus e os ciganos pela propagação do tifo e, conseqüentemente, são vistos como um mal que era necessário eliminar. Esta politização do discurso sanitário tem raízes antigas e acontece em contextos variados para a satisfação de interesses de toda a ordem.

A doença e, em particular, as epidemias evidenciam as fragilidades inerentes à condição humana. Em várias circunstâncias históricas, foi necessário lidar com inimigos desconhecidos, sem que fossem encontradas respostas adequadas ou suficientes para os controlar e vencer. No entanto, aquando da ocorrência da peste negra e da conseqüente crise sanitária, foram tomadas medidas que se repetiram ao longo dos séculos e que não se limitaram aos tempos medievos: quarentenas, reforço da higiene, isolamento de infetados...

Com o avanço dos séculos, os desenvolvimentos alcançados em diversas áreas não foram acompanhados por progressos sanitários. Com a aproximação e o incremento das relações entre os diferentes, o mundo globaliza-se e as doenças também! Os europeus transportam para o Novo Mundo doenças que fragilizam as populações autóctones e acabam por facilitar a sua dominação. Todavia, a sua presença em territórios asiáticos, africanos ou americanos também os expôs a novos perigos. Esta realidade tornar-se-á mais evidente a partir do século XIX com a universalização do comércio, a revolução dos transportes e uma certa “europeização” do mundo. A intensificação dos contactos entre as diferentes regiões do globo propiciará crises sanitárias nunca antes vistas desde a peste negra, o que pode parecer paradoxal, atendendo às conquistas e aos progressos entretanto conseguidos. Contudo, serão essas mesmas conquistas e progressos a contribuir para a deflagração desses flagelos.

Com o crescimento da sociedade industrializada e urbanizada, “velhas” doenças, como a tuberculose, assumem tais proporções que passam a ser encaradas como problemas de saúde pública. Outras, como a cólera ou a peste bubónica, abandonam os nichos territoriais, onde eram endémicas, e atingem, sob a forma de pandemia, o Ocidente, provocando um elevado número de óbitos e a revisitação de medos.

No século XIX, a dimensão das perdas humanas e materiais obrigou os países, entre eles Portugal, a investirem mais em estruturas sanitárias. Portugal sofreu os efeitos da cólera nos séculos XIX e XX e, graças sobretudo à intervenção de Ricardo Jorge, conseguiu evitar o alastramento da peste bubónica, que atingiu a cidade do Porto em 1899. No entanto, algumas das medidas então tomadas foram amplamente criticadas. Aliás, há muito que quarentenas e cordões sanitários eram contestados por serem considerados inúteis e por causarem graves prejuízos económicos.

Já no século XIX, a gripe é encarada como um sério problema de saúde. Há muito conhecida, era considerada um mal que atingia os mais frágeis, particularmente os

idosos. A gripe russa, que aconteceu em 1889-1890, despertou um crescente interesse pela doença e colocou de sobreaviso a comunidade médica. Todavia, o mundo não estava preparado para aquela que é considerada a maior pandemia da contemporaneidade: a gripe espanhola. Representou, desde logo, um duro golpe num mundo assolado pela guerra, que já desconfiava da força do progresso e que não sabia como lidar com uma ameaça que alastrava rapidamente, que atacava sobretudo jovens adultos e saudáveis e para a qual a medicina não tinha solução eficaz.

Apesar de se tratar de uma das pandemias mais estudadas sob diferentes perspectivas, são muitas as incertezas que ainda persistem sobre a gripe espanhola, designadamente no que concerne à sua origem. Contudo, não há dúvidas acerca do seu carácter global. Estima-se que terá provocado entre 50 a 100 milhões de óbitos e infectado 500 milhões de indivíduos. A crise sanitária vivida entre 1918 e 1920 obrigou à tomada de um conjunto de medidas, que variaram de país para país, que ditaram o encerramento de escolas, teatros, cinemas e salas de espetáculos, a imposição de quarentenas e o uso de máscara, a proibição de ajuntamentos, o isolamento e a sensibilização das pessoas para o cumprimento de regras sanitárias, mas que não impediram a propagação da enfermidade e os milhões de mortos. Afinal, as medidas de hoje não são novidade!

Ultrapassada a pandemia, o mundo teve de enfrentar as suas consequências: inúmeros órfãos e viúvas; perturbações mentais dos infectados; restrição das liberdades individuais; contração e crise das economias... Sobre este último aspeto, importa evitar generalizações precipitadas, dada a multiplicidade de cenários que se seguiram. Para além das consequências políticas, económicas e sociais, os impactos na cultura e nas mentalidades não devem ser desconsiderados. Também os intelectuais foram tocados pela pandemia e pelo espectro de morte, que refletiram nas suas obras. Instalou-se o pessimismo, a descrença na humanidade e o corpo tornou-se comunicador de sentimentos e emoções. Alterou-se, ainda, a relação do ser humano com a natureza, da qual se aproxima e utiliza como espaço para lazer. O mundo acabou por remeter a pandemia de pneumónica para o rol do esquecimento. Em 1957 e 1968, surgiram novas epidemias de gripe, provocando mais de um milhão de óbitos. Outras epidemias apareceram e marcaram o fim do século passado e os inícios do século XXI, provocando crises sanitárias mais ou menos concentradas no espaço e no tempo.

Entretanto, perante a ocorrência de ameaças globais e para articular a resposta, foi criada, em 1948, a Organização Mundial de Saúde (OMS). No entanto, já existia alguma coordenação desde 1851, data da primeira Conferência Sanitária Internacional, seguida por outras, na procura de soluções concertadas para fazer face à cólera (Sobral, 2020, p. 268).

As diferentes crises sanitárias que a humanidade enfrentou mostram que, para além dos momentos críticos, que podem demorar décadas ou apenas algumas semanas, as suas consequências podem ser duradouras e manifestar-se em diversas áreas. Num passado não muito longínquo, levaram os estados a aplicarem medidas repressivas e totalitárias; determinaram o fim de modelos económicos, ou contribuíram, pelo menos, para a sua antecipação; favoreceram o surgimento de comportamentos xenófobos e racistas e até a exclusão social. Mas também importa reconhecer que, em

contrapartida, estimularam o reforço de laços, o desenvolvimento do voluntarismo, o fortalecimento e o aparecimento de novas organizações e de novas formas de solidariedade. Por outro lado, hoje, recorre-se às respostas clássicas para as combater: montam-se hospitais provisórios ou de campanha, impõem-se cordões sanitários, encerram-se fronteiras, promove-se o reforço dos cuidados da higiene e recomenda-se uma etiqueta sanitária.

Há crises sanitárias, menos visíveis, que persistem em várias regiões do globo e que, além de serem simplesmente ignoradas, são o reflexo de um mundo marcado por profundas desigualdades e que se move a diferentes velocidades. Entretanto, no tempo presente, a humanidade foi surpreendida com uma nova pandemia (SARS-coV-2), que não poupou os países mais desenvolvidos. Desde a gripe espanhola, nenhuma outra doença tinha provocado um abalo de tão grandes proporções à escala global. As suas consequências, em toda a sua extensão, ainda não estão contabilizadas, mas algumas já são previsíveis, como sejam o empobrecimento de largas faixas da população, o agravamento das desigualdades sociais, o aumento do desemprego, sem esquecer as suas repercussões nos planos político e ideológico.

Referências

Lorenz, K. (2001). *A agressão. Uma história do mal*. Lisboa: Relógio de Água.

Quammen, D. (2020). *Contágio. Uma história dos vírus que estão a mudar o mundo*. Lisboa: Objetiva.

Sobral, J. M. (2020). Duas pandemias: um esboço comparativo entre a “Pneumónica” 1918-19 e a Covid-19. *Revista de Medicina Interna*, 27(3), 264-271. https://www.spmi.pt/revista/vol27/vol27_n3_2020_264_271.pdf

O contributo da Demografia para o conhecimento e políticas de mitigação da pandemia

**Alice Delerue Matos¹ e Ana Maria Nogales
Vasconcelos²**

¹ Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-2394-4077

² Professora na Universidade de Brasília (Brasil). ORCID: 0000-0001-7589-107X

Os movimentos de população estiveram sempre na origem da propagação de doenças infecciosas. A peste negra, que se estima ter dizimado aproximadamente um terço da população europeia em meados do século XIV, foi disseminada por exércitos, mercadores e viajantes. Também a gripe espanhola, que se calcula ter atingido um quarto da população mundial em 1918, terá tido origem nos Estados Unidos e sido propagada em consequência das movimentações das tropas envolvidas na Primeira Guerra Mundial. A história da humanidade é rica em acontecimentos como os que acabámos de relatar e que evidenciam a relação estreita entre pandemias e população. Não surpreende, pois, que a Demografia, enquanto ciência que estuda a estrutura e dinâmica da população, se tenha interessado pelas doenças infecciosas, sua propagação e consequências. Entre 1940 e 1960 foram publicados diversos estudos de Demografia histórica que discutem o papel das epidemias na explicação da evolução da mortalidade. A partir de 1960, a atenção dos demógrafos passa a abranger também as manifestações e consequências demográficas, socioeconómicas, políticas e culturais deste tipo de flagelos (Bourdelaís, 1997). Com a COVID-19, ganha acuidade a relação entre a propagação, em grande escala, de doenças infecciosas e a Demografia. Este ensaio visa precisamente debater esta relação, explicitando o contributo desta ciência para o conhecimento e definição de políticas de mitigação da pandemia.

O contributo da Demografia para o conhecimento científico da pandemia

A atenção dedicada pelos demógrafos à produção de informação e à avaliação da cobertura e qualidade dos dados permitiu dispor de importantes bases de dados sobre fenómenos demográficos e sociais, por um lado, e de um conhecimento aprofundado das potencialidades e limites dessa informação, por outro lado. Estas bases de dados podem alimentar numerosos estudos sobre a atual pandemia, uma vez que abrangem fenómenos relacionados com a dinâmica sociodemográfica, tais como mortalidade, morbilidade, migrações, formação das famílias e relações intergeracionais. Também as competências desenvolvidas pelos demógrafos, no que diz respeito à avaliação da qualidade da informação, constitui uma mais-valia não despiciante, no atual contexto. Com efeito, a tomada de decisão alicerçada no conhecimento científico exige informação de qualidade. A Demografia pode contribuir para a sua produção e para a adequada utilização dos dados disponíveis.

Os demógrafos têm chamado a atenção, por exemplo, para a importância da adoção de critérios claros e uniformes de classificação das mortes por COVID-19. Perante a inexistência destes critérios, como comparar países que consideram apenas os óbitos por COVID-19 registados em estabelecimentos de saúde com aqueles que contabilizam também os ocorridos no domicílio? Ou, como comparar países que verificam a eventual presença do vírus SARS-CoV-2 em todos os indivíduos falecidos, com países que realizam um número restrito de testes? Tendo em conta a grande diversidade de critérios na atribuição da causa de morte por COVID-19, os demógrafos têm recomendado a utilização de outros indicadores, como o do

excesso de mortalidade face a período homólogo anterior (Marinho et al., 2020) que tem ainda a vantagem de contabilizar, para além da mortalidade direta (óbitos de indivíduos com testes positivos à COVID-19), também a mortalidade indireta da pandemia (óbitos com outras causas de morte, ocorridos devido à sobrecarga dos sistemas de saúde ou à procura tardia de cuidados médicos, por receio de infeção).

A Demografia tem contribuído também para a reflexão crítica sobre o tipo de indicadores utilizados na descrição da situação sanitária dos diversos países. Neste sentido, os demógrafos têm apontado os limites das comparações com base em números absolutos e taxas brutas e proposto medidas que permitem comparações válidas. Têm denunciado, por exemplo, comparações com base no número de infetados, uma vez que este valor está intrinsecamente associado à dimensão da população e ao número de testes realizados. Têm-se demarcado também de análises comparativas que recorrem a taxas brutas, tais como o número de óbitos por mil habitantes, uma vez que estas ignoram a composição da população, ou seja, a sua distribuição por sexos, idades, estatuto socioeconómico e outras características dos indivíduos, associadas ao risco de infeção ou de mortalidade por COVID-19. Para ultrapassar as limitações dos indicadores mencionados e comparar, de forma rigorosa, populações com composições distintas, os demógrafos desenvolveram medidas que podem ser de grande utilidade nos estudos comparativos, tais como taxas de mortalidade padronizadas.

Por sua vez, as estratégias metodológicas da Demografia podem ser importantes para o conhecimento científico da pandemia permitindo, nomeadamente, realizar estimativas e projeções da população ou de grupos específicos da população, a partir de dados incompletos. Efetivamente, a Demografia desenvolveu e aplicou técnicas de estimação, em países com dados estatísticos de reduzida qualidade e insuficiente cobertura dos fenómenos demográficos, que podem ser agora utilizadas na avaliação do impacto da COVID-19 em países com sistemas estatísticos menos robustos.

Os métodos e técnicas acionados pela Demografia permitem ainda distinguir os efeitos de idade, período e geração. Os efeitos da idade (relacionados com o percurso de vida) podem ser considerados de nível individual, enquanto que os efeitos de período (ou seja, de momento) e de geração (experiências coletivas ao longo da vida) podem ser considerados como efeitos de contexto (Bell & Jones, 2015). Considerar os diferentes efeitos nos riscos de morbilidade e mortalidade por COVID-19 permite compreender o facto de o vírus afetar sobremaneira as pessoas mais idosas e em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica (efeitos de idade e período). Por outro lado, as consequências da pandemia para diferentes gerações que viveram os riscos de infeção e morte em 2020, os impactos da crise económica e as medidas de distanciamento físico impostas poderão ser alvo de estudo a partir de análises longitudinais, muito frequentes nas pesquisas demográficas.

Finalmente, sem pretendermos esgotar o papel da Demografia no esforço científico de conhecimento da COVID-19, não poderíamos deixar de referir o seu contributo para

uma análise interdisciplinar da pandemia. Ao trabalharem na fronteira com outras disciplinas, tais como a Sociologia, a Epidemiologia, a Economia e a Geografia, os demógrafos adquiriram competências de diálogo com outras disciplinas, importantes para uma análise holística das manifestações e consequências da pandemia que afeta a morbidade e a mortalidade, mas também o mercado de trabalho, os modelos familiares e as desigualdades socioeconómicas e de género, entre outras dimensões.

O papel da Demografia na definição de políticas de mitigação da pandemia

Procurámos demonstrar que os demógrafos possuem instrumentos de análise e competências que permitem um conhecimento aprofundado da pandemia. Neste tópico, apresentamos alguns dos contributos da Demografia para a definição de políticas de controle da propagação do vírus e dos seus efeitos.

A identificação de grupos de risco de morbidade e mortalidade por SARS-CoV-2 é indispensável à adoção de medidas que, para além de eficazes, sejam também eficientes. O confinamento de toda a população foi uma medida eficaz, mas com custos elevados. Atualmente, é desejável que, perante um novo aumento do número de infetados, sejam tomadas medidas que reduzam a propagação do vírus e assegurem os cuidados médicos adequados a todos quantos deles carecem, ao mesmo tempo que permitem otimizar os recursos e minimizar os custos. Este tipo de medidas exige, nomeadamente, a identificação dos grupos mais vulneráveis ao vírus e/ou que favorecem a sua propagação. Os demógrafos possuem expertise nesta matéria, tendo contribuído para identificar os indivíduos de idades mais avançadas e/ou com comorbilidades, por exemplo, como grupos mais vulneráveis à mortalidade por SARS-CoV-2. Por sua vez, a rápida propagação da doença e o risco elevado de morbidade têm sido explicados por um grande número de contactos sociais, maior mobilidade espacial, vulnerabilidade socioeconómica e/ou residência em áreas densamente povoadas.

A composição demográfica da população e as suas diferentes características socioeconómicas explicam que os países, e as regiões que os integram, não sofram os mesmos riscos face ao vírus, nem estejam sujeitos à mesma pressão em termos de assistência na doença. O conhecimento dos grupos de risco e, subsequentemente, das regiões mais vulneráveis à pandemia permite que os demógrafos estabeleçam previsões das necessidades de recursos humanos e de infraestruturas de saúde que podem fazer face à COVID-19. O conhecimento destas necessidades é indispensável à eficaz e eficiente gestão da crise sanitária, minimizando o número de mortes e os custos económicos e sociais da pandemia.

O conhecimento das dinâmicas demográficas e sociais permite ainda que os demógrafos apoiem a definição de estratégias de mitigação da doença, ajustadas à realidade. Com efeito, é importante conhecer, por exemplo, os movimentos migratórios ou pendulares da população para se avaliar o impacto de medidas, tais

como a imposição do teletrabalho, para dar apenas um exemplo. Se o teletrabalho, em muitos países e regiões, permitiu minimizar os contactos sociais e a propagação da pandemia, noutros teve um efeito não desejável. Na Índia, por exemplo, ajudou a disseminar a doença, ao gerar movimentos migratórios das zonas urbanas para zonas rurais não atingidas pela COVID-19. Se os fluxos migratórios da população empregada tivessem sido considerados, a propagação do vírus poderia ter sido mais bem controlada.

Conclusões

Neste texto, procurámos mostrar que os fundamentos dos estudos demográficos, com destaque para a produção da informação e avaliação da qualidade dos dados, rigor na medição dos fenómenos e utilização adequada de estratégias metodológicas, por um lado, e o diálogo interdisciplinar tão familiar à Demografia, por outro, assumem grande relevância para o conhecimento científico das manifestações da pandemia. Ilustrámos ainda o contributo da Demografia e dos demógrafos para a definição de políticas públicas, eficazes e eficientes, de mitigação do vírus.

A avaliação futura das consequências da pandemia exige informação detalhada que é necessário acautelar hoje. Neste sentido, recomenda-se que a observação dos indivíduos infetados e falecidos durante a pandemia, discrimine as suas características demográficas e socioeconómicas. É importante assegurar ainda a recolha, ao longo do tempo, de informação relativa às respostas adaptativas dos indivíduos, em múltiplos domínios (relações familiares, interações sociais, relações de género, situação face à atividade económica, condição de saúde, etc.) e às reações estruturais/coletivas à pandemia.

Referências

Bell, A. & Jones, K. (2015). Age, period and cohort processes in longitudinal and life course analysis: a multilevel perspective. In C. Burton-Jeangros, S. Cullati, A. Sacker & D. Blane (Eds.), *A life course perspective on health trajectories and transitions* (pp. 197-213). Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-20484-0_10

Bourdelaís, P. (1997). Épidémies et population: bilan et perspectives de recherches. *Annales de démographie historique*, 9-26. <https://doi.org/10.3406/adh.1998.2145>

Marinho, F., Torrens, A., Teixeira, R., França, E., Nogales, A. M., Xavier, D. & Fujiwara, T. (2020). *Aumento das mortes no Brasil, regiões, estados e capitais em tempo de COVID-19: excesso de óbitos por causas naturais que não deveria ter acontecido* [Vital Strategies: Excesso de Óbitos no Brasil]. https://www.vitalstrategies.org/wp-content/uploads/RMS_ExcessMortality_BR_Report-Portuguese.pdf

Crise, migrações e desumanização

Rosa Cabecinhas

Professora Associada com Agregação do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-1491-3420

As pessoas habituaram-se durante anos a não nos ver, a não olhar sequer para nós. Somos uma classe invisível que agora as pessoas perceberam que se tornou essencial. (...) Limpamos os hospitais, os lares, expomo-nos ao perigo para ganhar meia dúzia de tostões. Então, caramba, já basta de sermos tratadas como ralé. (...) Num período destes temos de fazer a nossa parte para que o mundo seja mais justo, ou mais livre. Se as limpezas acabassem, os hospitais não podiam funcionar, os velhotes ficavam ao abandono. Nunca saberia viver com isso. (...) Penso muito no meu pai, por estes dias. De como seria estranho para ele, que combateu pela liberdade, ver como uma doença obrigou o mundo a cessar a democracia.

Catarina Salgueiro Maia, Luxemburgo, 29.03.2020

As palavras de Catarina Salgueiro Maia, entrevistada por Ricardo J. Rodrigues para o jornal *Contacto*, ilustram de modo exemplar a “luta pela decência” que é sentida diariamente na pele por muitas pessoas migrantes: desempenham nos países de “acolhimento” as tarefas mais árduas e as menos bem pagas, desempenham funções absolutamente essenciais (na agricultura, nas limpezas, nas obras, nas minas, etc.) e à primeira oportunidade são descartadas e “tratadas como ralé”. Emigrante no Luxemburgo, a trabalhar nas limpezas num lar de terceira idade, a filha do capitão Fernando Salgueiro Maia, evoca a memória do seu pai – que desempenhou um papel essencial na revolução de 25 de abril de 1974 – como exemplo de coragem e determinação na luta pela liberdade e dignidade. Como refere Catarina Salgueiro Maia, o atual contexto de pandemia parece ter colocado entre parênteses a democracia e tornou visível a urgência de continuar a lutar no dia a dia pela justiça e pela liberdade.

No atual contexto, em que o mundo enfrenta uma crise profunda provocada pela pandemia de Covid-19, é crucial refletir e agir para que esta crise sanitária e económica não se traduza em uma ainda maior acentuação das desigualdades sociais e dos processos de desumanização de pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, como é o caso dos grupos socialmente desfavorecidos, com destaque para os migrantes e grupos racializados. De facto, a pandemia não afeta todas as pessoas da mesma forma, nem no que se refere ao grau de exposição ao risco nem no que concerne às possibilidades de trabalhar e de viver os períodos de confinamento ou de contenção em condições de dignidade.

Em situações de crise profunda, como aquela que estamos a viver, os grupos sociais “subalternos” (Spivak, 1988) – migrantes, grupos racializados, entre outros –, são frequentemente tidos como “bodes expiatórios”, o que se traduz na exacerbação das fronteiras simbólicas entre grupos e em processos de estigmatização e desumanização (Volpato & Andrighetto, 2015).

A desumanização consiste no ato de negar a humanidade a outros seres humanos. Ao longo da história, a desumanização tem sido um ingrediente essencial na perpetuação de violências e atrocidades entre grupos. A desumanização pode ser expressa de diversas formas, nomeadamente a demonização, a objetivação, a animalização e a biologização (Volpato & Andrighetto, 2015). Assim, certos grupos de pessoas são referidos e tratados como se fossem demónios (“bruxas”, “monstros”, etc.), objetos

(máquinas de trabalho, máquinas sexuais, robots, etc.), animais (macacos, ratos, vermes, etc.), vírus ou doenças (“vírus chinês”, “cancro gay”, “gripe espanhola”, etc.).

O processo de desumanização é inerente a diferentes formas de discriminação, incluindo racismo, xenofobia, ciganofobia, anti-semitismo, islamofobia, etc. Nas sociedades ocidentais, durante muito tempo “ser humano” significava ser homem, branco, adulto, de classe média ou alta, cristão e heterossexual, excluindo da definição de “pessoa” todas as que por uma razão ou outra não se encaixavam nestas categorias dominantes. Embora nas últimas décadas tenham sido desenvolvidos esforços significativos para alargar a noção de “pessoa” e para reconhecer e respeitar a diversidade humana, muito há ainda a fazer para que o reconhecimento da diversidade se traduza numa efetiva igualdade. Ora, a crise pandémica que estamos a viver conduziu a uma ainda maior extremização das desigualdades sociais e não faltam vozes a defender medidas securitárias que se traduzem em maior privação da liberdade para os grupos sociais que são transformados em “bodes expiatórios”. Por exemplo, em Portugal, um conhecido líder parlamentar de extrema direita chegou ao ponto de propor o confinamento étnico como possível solução para a crise pandémica.

Assim, o processo de desumanização traduz-se na exclusão moral de determinados grupos humanos, que são percebidos como estando fora dos limites definidos pelos valores éticos e morais em vigor numa determinada sociedade e das fronteiras dentro das quais se aplicam as noções de justiça, igualdade e liberdade (Opatow, 1990). Trata-se de um processo de demarcação simbólica extremo, no qual se cruzam diversos eixos de opressão (Crenshaw, 1991), conduzindo à exacerbação das fronteiras (territoriais e mentais) entre os grupos humanos.

Recentemente, a Organização Internacional das Migrações (OIM) pediu financiamento e apoio para ajudar a resolver um fenómeno novo: “os migrantes bloqueados”. António Vitorino, diretor-geral da OIM em entrevista à Lusa (2020, 30 de setembro), estima que “entre dois e três milhões de migrantes estão ‘bloqueados’ em todo o mundo devido à pandemia da COVID-19 e ao encerramento de fronteiras”. Os migrantes bloqueados são pessoas que “pretendiam regressar aos seus países de origem por causa da pandemia, e que, de repente, por causa do fecho das fronteiras, por causa da interdição de viagens e por causa das medidas de confinamento ficaram bloqueadas”. Muitos destes migrantes apesar de a “sua vontade ser regressar aos seus países de origem para poderem enfrentar os desafios da pandemia nos seus locais de origem, junto das suas famílias, com as redes de proteção social inerentes às comunidades de origem”, não podem deslocar-se ou ficaram retidos perto das fronteiras. António Vitorino salienta que a OIM pretende “apoiar esses imigrantes que estão bloqueados [para que] regressem aos seus países de origem”, mas esse regresso deverá ser feito em condições de segurança para os próprios e para os países de trânsito e de origem/retorno.

Na referida entrevista, o diretor-geral da OIM sublinha que esta situação cria ainda outro problema: “esses países de origem têm, muitas vezes, sistemas de saúde muito frágeis e que têm uma grande dificuldade em responder a estes afluxos repentinos”, por exemplo, “só para o Nepal regressaram cerca 500 mil migrantes”, o que “representa um afluxo e uma pressão enorme sobre os serviços de saúde dos países de origem”.

Ora, se nesta entrevista salienta a situação dos “migrantes bloqueados” que “querem regressar”, António Vitorino não aborda, no entanto, outra questão fundamental: para muitos migrantes o “querer” regressar não é uma opção, mas uma imposição, em sequência da perda do trabalho, que muitas vezes implica também a perda imediata da habitação, como acontece, por exemplo, com os milhares de imigrantes (nepaleses, indianos, entre outros) que trabalham em explorações agrícolas no Alentejo e que vivem em “autênticas aldeias de contentores” em condições que configuram uma “escravatura moderna” (Debate “Há muita gente que entra numa camioneta às 4h da manhã, volta às 5 da tarde, e recebe o salário mínimo”, Inês Fonseca, 2020).

Um relatório recente sobre a vida dos imigrantes no conjunto dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) indica que estes têm vínculos laborais mais precários, ocupam funções menos qualificadas e enfrentam maiores taxas de desemprego do que os nativos (OCDE/UE, 2018). Quando empregados, os imigrantes têm maior probabilidade de desempenhar funções que não fazem jus às suas qualificações e quando ficam desempregados têm menor probabilidade de receber subsídio de desemprego do que os nativos. O relatório indica ainda que na União Europeia a pobreza dos imigrantes tem vindo a aumentar, assim como a sua segregação habitacional. Diversos outros relatórios têm colocado em evidência que estas desigualdades têm vindo a acentuar-se nos últimos anos e a pandemia de COVID-19 veio agravar ainda mais a precariedade das populações migrantes. De facto, no atual contexto de crise sanitária e económica, os imigrantes enfrentam barreiras acrescidas no acesso ao emprego, à habitação, à saúde e à fruição de uma vida condigna.

Na atualidade, a política europeia para as migrações e asilo está a centrar-se cada vez mais no repatriamento forçado e menos na solidariedade. O investimento financeiro tem-se traduzido sobretudo no patrulhamento das fronteiras e em ações securitárias, com tecnologia cada vez mais sofisticada para decidir quem é um migrante “desejável” e quem não é, sendo que o nível de instrução e a cor da pele continuam a ser critérios determinantes.

A situação dos imigrantes em condição irregular e os requerentes de asilo é particularmente dramática, configurando uma verdadeira crise humanitária. Acantonados em campos de refugiados superlotados, em Centros de Instalação Temporária ou outras instalações provisórias onde ficam a aguardar decisões sobre o seu destino, os migrantes tornam-se particularmente vulneráveis em contexto de pandemia. Os períodos de espera são longos, indo frequentemente muito além dos prazos legais, e são vividos como autênticos períodos de encarceramento, como se os migrantes estivessem a cumprir uma pena de prisão. As tentativas de fugas destes espaços de detenção são frequentemente reportadas pelos média de um modo que fomenta o pânico moral, contribuindo para uma ainda maior desumanização dos migrantes, como aconteceu recentemente com a fuga de migrantes marroquinos do quartel de Tavira, onde estavam instalados. Como referimos acima, este processo de desumanização afeta particularmente os migrantes, mas também os grupos racializados que são frequentemente percebidos como “estrangeiros” apesar de serem nacionais. As palavras de um deputado da extrema direita propondo medidas de confinamento étnico constituem uma ilustração clara destes processos de exclusão.

A criminalização dos migrantes e de outros grupos percebidos como “estrangeiros” tem tido um eco crescente nos média. Em vez de desconstruir as fronteiras simbólicas entre “nós” e os “outros”, as narrativas mediáticas sobre migração frequentemente contribuem para reforçar ainda mais tais fronteiras (Mattelart, 2019). Como foi referido acima, tais fronteiras baseiam-se no uso de linguagem específica que muitas vezes silencia e desumaniza os migrantes, retratando-os em termos estereotipados, como uma massa homogénea, ou de forma binária, ora como vítimas ora como ameaça. No entanto, os média também podem desempenhar um papel central no questionamento de representações hegemónicas, oferecendo visões de mundo mais inclusivas.

A participação de profissionais oriundos de grupos sociais desfavorecidos, incluindo migrantes e grupos racializados, poderá contribuir para dar visibilidade social a grupos subalternizados, cuja voz raramente é escutada na esfera pública. As pessoas que exercem atividades pouco qualificadas e de menor prestígio social constituem um desses grupos, cujo contributo para a sociedade é tornado invisível.

A crise sanitária está também a contribuir para expor as vulnerabilidades de algumas profissões que estão na “linha da frente” no combate à pandemia, mas cujo contributo tem sido invisibilizado, como acontece, por exemplo, com as trabalhadoras de limpezas nos hospitais, às quais muitas vezes não são garantidas as condições e o equipamento básico de proteção. De facto, as pessoas que exercem funções de cuidado dos outros têm sido particularmente expostas a um risco acrescido, mas tal nem sempre é reconhecido.

Os chamados média “étnicos” ou “diaspóricos” podem ter um contributo fundamental ao abordar de um ângulo diferente as vivências dos migrantes e outros grupos socialmente subalternizados. Por exemplo, o jornal *Contacto* deu-nos a conhecer como Catarina Salgueiro Maia, que emigrou para o Luxemburgo em 2011 devido à então crise económica que empurrou muitos jovens portugueses a procurar oportunidades fora do país, se tornou líder de uma luta coletiva pela dignidade: a falta de máscaras, luvas e outros equipamentos de proteção pessoal para todas as pessoas que estão na linha da frente na luta contra a pandemia, como é o caso das trabalhadoras de limpezas, levou-a a “protestar com os patrões, não só pela minha dignidade da: “não só pela minha [sua] dignidade, como pela dignidade de todas as minhas [suas] companheiras (...). Estamos num tempo de emergência e temos uma missão para cumprir. Nós estamos dispostas a fazê-lo. Mas não podemos ser carne para canhão”.

Referências

Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity, politics and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43, 1241-99. <https://doi.org/10.2307/1229039>

Debate: “Há muita gente que entra numa camioneta às 4h da manhã, volta às 5 da tarde, e recebe o salário mínimo”, Inês Fonseca. (2020, 20 de agosto). *Fumaça*. <https://fumaca.pt/debate-gente-entra-camioneta-4h-manha-volta-5h-da-tarde-recebe-salario-minimo-ines-fonseca/>

Lusa (2020, 30 de setembro). Covid-19 bloqueou 2 a 3 milhões de pessoas nas fronteiras. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/mundo/covid-19-bloqueou-2-a-3-milhoes-de-pessoas-nas-fronteiras-diz-antonio-vitorino--12798931.html>

Mattelart, T. (2019). Media, communication technologies and forced migration: Promises and pitfalls of an emerging research field. *European Journal of Communication*, 34(6), 582–593. <https://doi.org/10.1177/0267323119886146>

OCDE/UE. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico/União Europeia). (2018). *Settling in 2018. Indicators of immigrant integration*. Paris/UE/Bruxelas: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264307216-en>

Opatow, S. (1990). Moral exclusion and injustice: An introduction. *Journal of Social Issues*, 46(1), 1-20. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1990.tb00268.x>

Rodrigues, R. J. (2020, 29 de março). Como a pandemia fez a filha de Salgueiro Maia levantar-se pelas mulheres de limpeza do Luxemburgo. *Contacto*. <https://www.wort.lu/pt/luxemburgo/como-a-pandemia-fez-a-filha-de-salgueiro-maia-levantar-se-pelas-mulheres-de-limpeza-do-luxemburgo-5e7f7553da2c-c1784e35a230>

Spivak, G. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271-313). Chicago: Chicago Press.

Volpato, C. & Andrighetto, L. (2015). Dehumanization. In J. D. Wright (Ed.), *International encyclopedia of the social & behavioral sciences* (pp. 31-37). Amesterdão: Elsevier Ltd.

Crise e trabalho: interrogações em tempos de pandemia

Ana Paula Marques

Professora Associada com Agregação do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-9458-2915

A atual pandemia provocada pela COVID-19 constitui uma crise global sem precedentes dada a imprevisibilidade da sua trajetória de evolução e consequências sanitárias, económicas, sociais, políticas e ambientais. Sabe-se, no entanto, que os mais recentes estudos apontam para que o impacto da COVID-19 nos diversos domínios da esfera pública e privada tenderá a ampliar as desigualdades existentes e aprofundará as clivagens inscritas, quer em divisões sociais historicamente “datadas” quer em “novas” morfologias de contextos e interação social. A mercadorização do *valor* do trabalho pela financeirização da economia, nas últimas décadas, associada à crise de 2008 e consequente período de austeridade enfrentado por Portugal entre 2011 e 2015, tem hegemonizado uma lógica de institucionalização crescente de desregulação, privatização, flexibilização e precarização das condições de produção e reprodução dos atores sociais. Focando-nos no mundo do trabalho, importa dar conta da urgência da reflexão sobre o (des)valor do trabalho nos interstícios da “pandemia do capital” (Antunes, 2020) ou “no novo normal que é a pandemia intermitente” (Santos, 2020) e sua tendência de alastramento para um trabalho decente no futuro.

Para tal, convocam-se, três interrogações que estruturaram as seguintes secções da nossa reflexão. Das múltiplas faces da *crise* do trabalho de hoje, o que resiste como denominar comum na economia global? Como assegurar que as gerações mais jovens não se transformem em “infoproletariado” ou “cibertariado”, sujeitos a lógicas de *intensificação* do capital e *desumanização* do trabalho vivo? E, finalmente, que compromisso intersubjetivo se pode potenciar dos atores sociais que vivem do trabalho para a renovação de condições dignas e projeção de futuros possíveis?

***Sopa Wuhan*¹ e as faces da crise dos que vivem do trabalho**

Nas vésperas da pandemia provocada pela COVID-19, e em articulação com os impactos da REV 4.0², as “novas” morfologias de trabalho têm sido reveladoras de desigualdades e vulnerabilidades dos atores sociais na sua relação com o trabalho (Marques, 2020; 2019). Esta quarta revolução industrial é marcada pela convergência de tecnologias físicas, digitais e biológicas e transformará, na perspetiva de Schwab (2018), a forma como vivemos, nos relacionamos e trabalhamos. Projetam-se “fábricas inteligentes” ou sistemas globais de produção geridos virtualmente através de plataformas colaborativas. Nada e ninguém se encontrará totalmente imune às alterações dos ciclos de vida cada vez mais curtos de inovação constante nos processos e produtos. Do outro lado destas transformações estruturais na natureza do capital e na produção, está em curso uma reconversão ideológica (Marques, 2010), com impacto nas estruturas escolares e profissionais, nas lógicas de organização do trabalho e do emprego e seus derivados (fenómenos de precariedade, subemprego,

¹ *Sopa de Wuhan* constituiu um dos primeiros esforços de reflexão em torno da pandemia da COVID-19, com o contributo de filósofos contemporâneos (nomes como Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Judith Butler, Alain Badiou, entre outros).

² Schwab (2018) designa de quarta revolução industrial, ou Indústria 4.0 para destacar a transição em direção a novos sistemas que foram construídos sobre a infraestrutura da revolução digital, marcada pela convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas.

desemprego e exclusão do mercado de trabalho), bem como na intensificação de fenómenos, entre outros, de marginalização étnica e género, destruição ambiental, mercadorização da vida e incentivo ao conflito e à guerra, contribuindo para uma crescente fragmentação e exclusão social.

Tendo como pano de fundo este contexto, são várias as dimensões de (in)visibilidade objetiva, mas também subjetiva, de desigualdades socioeconómicas dos que *vivem* do trabalho e seu denominador comum. A esse propósito, refiram-se exemplos que incluem trabalhadores temporários, digitalizados, informais, *uberizados*, ou seja, todos os que integram a categoria que *mede* a “subutilização do trabalho”³. Estes, por serem obrigados a ficar em isolamento social ou alvo de *lay-off* (total ou parcial) ou de não renovação dos contratos de trabalho ou prestação do serviço, veem os seus salários reduzidos ou não têm direito a ele, incluindo direitos de proteção social em contexto laboral. Incluem-se também todos os que se transformaram em “empresários nómadas”, próximo de registos de autoemprego, trabalhador independente e *freelancer*, com usos desiguais face às plataformas online e recursos digitais. Se apresentam como fator atrativo a independência contratual e subordinação hierárquica, com a liberdade de gestão do “tempo” e “espaço” de trabalho, encontram-se, igualmente, sujeitos à lógica de mercado, seus riscos e externalização dos custos de produção e, no limite, expostos à informalidade económica (Williams & Kayaoglu, 2020) e aos perigos da sua integridade em termos de saúde pública (Marà & Pulignano, 2020)⁴.

Por fim, a modalidade de teletrabalho⁵, potenciada pela urgência de confinamento social e a manutenção da atividade profissional de serviços e setores económicos em tempos de pandemia, permite-nos renovar divisões sociais historicamente “datadas”, como trabalho intelectual *versus* manual, colarinhos brancos *versus* azuis e atividades femininas *versus* masculinas. Esta flexibilidade temporal e espacial, com um desenvolvimento residual partir dos anos 80 do século XX, apresenta uma expansão inusitada na história recente do trabalho⁶, sobretudo para os que trabalham com a informação, os designados “analistas simbólicos” (Reich, 2004). Ainda que os trabalhadores envolvidos no teletrabalho contribuam para notoriedade desta realidade por todo mundo (*ex. small office/home office, off-shore, call-centers, trabalho informal*), importa referir que nem todas as atividades são transferíveis para

³ A taxa de “subutilização do trabalho”, criada pelo INE, agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis para trabalhar e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego. Através deste indicador, fica mais perceptível a abrangência do impacto da COVID-19 na dinâmica do mercado de trabalho. Em agosto de 2020, registou-se uma taxa de 14,9%, valor bem superior à taxa de desemprego (8,1%). Ver https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

⁴ As autoras relembram o perigo, por exemplo, dos trabalhadores do comércio de entrega ao domicílio através de plataformas online (e.g. *UberEats, Foodora, Glovo*), de serem contagiados pela doença e de se tornarem um veículo para sua propagação e que, em regra, não têm um seguro de saúde.

⁵ O termo teletrabalho (*telecommuting* ou *telework*, em Inglês) coloca em convergência as noções de “trabalho à distância” e “trabalho em casa”, e apresenta designações equivalentes, como *home office* ou trabalho remoto.

⁶ Segundo estimativas mais recentes, esta medida terá condicionado um terço da população global (Kaplan, Fraias & Johnsen, 2020).

essa modalidade, sobretudo atividades de proximidade e interação social (Dingel & Neiman, 2020). Muitas assentam em formas de subordinação e controlo, por via de triangulação e/ ou externalização produtiva, e de vulnerabilidade acrescida, por via da opacidade da natureza do vínculo contratual (de trabalho ou de serviços). Acresce, igualmente, a fragilidade (ou inexistência) de proteção social, capacidade de negociação ou defesa sindical e de erosão das fronteiras público e privado. Por conseguinte, os riscos laborais e sociais a que se encontram sujeitos são o seu denominador comum, tal como para os que ilustram as “novas” faces do trabalho atrás enunciadas.

Lockdown generation? Jovens entre crises

Inúmeros estudos empíricos têm destacado o trabalho como experiência social central da contemporaneidade, profundamente heterogénea, variável e ambivalente. Dando particular destaque aos jovens e sua relação com o trabalho, importa refletir sobre as consequências do universo maquino-informacional-digital em curso, que contribui para profundas metamorfoses dos empregos/profissões no futuro, e os impactos da crise sanitária, económica e social decorrente da pandemia da COVID-19.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a situação atual é particularmente severa para os jovens ao: i) potenciar disrupções na educação, na formação e na aprendizagem baseada no trabalho; ii) intensificar as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho que já se vinham manifestando; e iii) agravar a qualidade de emprego quanto à remuneração, estabilidade e direitos sociais. O diagnóstico traçado nos mais recentes relatórios sobre os jovens (ILO, 2020a, 2020b) revela que se está perante o que se tem vindo a designar por lockdown generation (ILO, 2020b), caso não se acionem políticas públicas específicas de suporte por parte dos governos. A sustentar este cenário, refira-se a tendência de agravamento das condições de transição para o mercado de trabalho e oportunidades de carreiras, acentuando as divisões digitais por parte dos jovens detentores de capital (educativo e simbólico) que permita o retorno dos seus investimentos, face a jovens com poucas qualificações; a maior vulnerabilidade ao desemprego, não renovação de contratos de trabalho, subemprego; a probabilidade de deterioração do bem-estar mental, pela incidência de fenómenos de ansiedade e depressão, fruto das dificuldades acrescidas na sua relação com o trabalho; e o questionamento e/ou reivindicação de direitos laborais seja por não se lhes aplicarem, seja por lhes serem retirados, de cidadania e participação na sociedade civil e comunitária. É importante perceber que estes impactos são visíveis não apenas numa perspetiva intrageracional, como sobretudo na relação entre diferentes gerações e capacidade de assegurar o contrato social de solidariedade recíproca que constitui a base do que se convencionou designar no ocidente de Welfare State. Por isso, urge questionar: como assegurar que as gerações mais jovens não se transformem em “infoproletariado” ou “cibertariado”, sujeitos a lógicas de intensificação do capital e desumanização do trabalho vivo? Ou seja, nos “futuros” de trabalho mais acelerados, conectados, mas também mais competitivos, incertos e vulneráveis, somos desafiados a repensar os modelos de reorganização do trabalho e sua articulação com a vida familiar/privada, preservando culturas e identidades de

trabalho, redes de sociabilidades e procura de sentidos de autorrealização no e fora do trabalho.

Pandemia do capital, (des)valor do trabalho e compromisso intersubjetivo

No contexto da literatura ocidental, assinala-se a tese da crise do trabalho, enunciada desde os anos 70 do século passado, perante a inevitabilidade da superação tecnológica e a perda da centralidade do trabalho. A (re)atualização daquela tese afigura-se premente não apenas no quadro de pré-pandemia face à REV 4.0, como nas fases durante e pós o confinamento e distanciamento físico. Igualmente, quando se antecipam os “futuros” do trabalho, não está em causa apenas a extensão da realidade ainda herdeira de um quadro normativo que tem oposto o “fim do trabalho” ao “fim do trabalho estável” ou ao “emprego para a vida”. Para lá das polémicas sobre as causas que têm sustentado a tese do “fim do trabalho”, tal como o temos vindo a conhecer, é consensual admitir-se as suas profundas metamorfoses. Estas decorrem das exigências de polivalência e flexibilidade dos sistemas produtivos e tecnológicos, por um lado, e das práticas de desregulação, instabilidade dos mercados de trabalho, por outro. Estamos também a vaticinar, nesta era do conhecimento, a “insustentável leveza do trabalho” dada a sua crescente (des/i)materialização e, por conseguinte, a discutir a possibilidade de *descentramento* do trabalho enquanto espaço-tempo de estruturação, socialização e distinção social.

Face às imposições da pandemia da COVID-19, como isolamento e distanciamento físico, a expansão da modalidade de teletrabalho em setores económicos que até então receávamos, mas também a solidariedade e interajuda na esfera pública, mostra que é possível – e desejável – mudar a lógica mercantilista da economia e criar novas formas de viver mais racionais e proveitosas para o mundo contemporâneo. Esta é visão de Domenico De Matti, conhecido pela sua obra *O ócio criativo* (2000), mas também de outras publicações sobre o futuro do trabalho. Otimista, este autor sustenta a tese de que a digitalização e a automação permitirão libertar tempo de trabalho orientado para a vida pessoal, familiar, cultural e comunitária. Com a reorganização dos tempos de trabalho e extratrabalho as empresas e os trabalhadores podem ser mais criativos e produtivos.

Em contraponto, Danièle Linhart (2014), com investigação relevante sobre o sofrimento no trabalho, em especial a “precariedade subjetiva”, alerta para o agravamento do carácter penoso do atual padrão produtivo, ancorado na precarização das relações de trabalho e no gerencialismo, que afeta a saúde dos trabalhadores, a sua produtividade e as relações sociais dentro e fora do contexto de trabalho. Para ela, o atual contexto pandémico tenderá a agravar desigualdades e vulnerabilidades ao se aceitar a desconexão do trabalho da sua finalidade social, isto é, do seu sentido e propósito principais. Numa entrevista concedida ao *Libération*, Linhart (Mouillard, 2020) enuncia uma das contradições dos tempos atuais quanto às exigências de se “ser feliz” no trabalho (ex. *chief happiness officers*, massagens) e os mecanismos de controlo exercidos sobre os trabalhadores (ex. normas, protocolos, indicadores). Com

a pandemia da COVID-19, essa tensão tenderá a agravar-se, já que, por exemplo, se impõe o regime de teletrabalho para a proteção da saúde do trabalhador, mas, ao mesmo tempo, a informática permite a rastreabilidade para monitorizar quando as pessoas se conectam e por quanto tempo trabalham, para que continuem a cumprir os seus objetivos personalizados. Com efeito, as reconfigurações das políticas de gestão e organização do trabalho, dos saberes e práticas, em especial a difusão (in) visível do teletrabalho, não se encontram isentas de ambivalências ao instituir processos de agravamento de formas subtis de dominação e invisibilidade do laço de subordinação, podendo culminar em sofrimento pessoal e social.

No ideário justificativo da “pandemia do capital” (Antunes, 2020), fica patente a tendência para se exacerbar a técnica, subjugando a dimensão humana, e a compulsão para a extração, a uma escala planetária, do sobre-trabalho numa lógica de hiper-competitividade de cada um e coletivamente. A evidência ontológica da centralidade do valor do trabalho, enquanto expressão profundamente humana, pressupõe reflexividade e reivindicação permanentes na renovação de condições dignas e projeção de futuros possíveis. Significa que se torna urgente desenvolver uma consciência das condições objetivas e subjetivas da praxis laboral para um compromisso intersubjetivo de vinculação a uma profissão/ocupação, a uma comunidade ou coletivo, a uma solidariedade local e planetária.

Referências

- Agamben, G., Zizek, S., Berardi, F. B., López Petit, S., Butler, J., Badiou, A., Harvey, D., Han, B. C., Zibechi, R., Galindo, M., Gabriel, M., Yanéz González, G., Manrique, P. & Preciado, P. B. (2020). *Sopa de Wuhan - Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Buenos Aires: Editorial ASPO. <http://tiempodecrisis.org/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf?fbclid=IwAR386959-q7FG9ZCeGsEFSxG-BOerZNNMf3s1hmLn8nYjcieT4QA-yyx6zE>
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus. O trabalho sob fogo cruzado* [Ebook]. São Paulo: Boitempo.
- De Masi, D. (1999). *O futuro do trabalho*. São Paulo: Editora Jose Olympio.
- De Masi, D. (2000). *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Editora Sextante.
- Dingel, J. I. & Neiman, B. (2020). How many jobs can be done at home? *National Bureau of Economic Research*, Working Paper 26948. <http://www.nber.org/papers/w26948>
- International Labour Organization (ILO). (2020a, 27 de maio). ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. Fourth edition. Updated estimates and analysis. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_745963.pdf
- International Labour Organization (ILO). (2020b). *Youth & COVID-19: Impacts on jobs, education, rights and mental well-being* (Relatório). https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_753026.pdf
- Kaplan, J., Frias, L. & Johnsen, M. M. (2020). A third of the global population is on coronavirus lockdown – here’s our constantly updated list of countries and restrictions. *Business Insider*. <https://www.businessinsider.com/countries-on-lockdown-coronavirus-italy-2020-3>
- Linhart, D. (2014). Modernização e precarização da vida no trabalho. In R. Antunes (Ed.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III* (pp. 45-54). São Paulo: Boitempo.

- Marà, C. & Pulignano, V. (2020). Working – Work disruption in a context of pandemics: social bonds and the 'crisis society' (RN17). *European Sociologist*, 45(1). <https://www.europeansociologist.org/issue-45-pandemic-impossibilities-vol-1/working---work-disruption-context-pandemics-social-bonds-and>
- Marques, A. P. (2010). 'Sacralização' do mercado de trabalho. Jovens diplomados sob o signo da precariedade. *Configurações*, 7, 65-89. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.183>
- Marques, A. P. (2019). Revolução 4.0. e competências. De que "futuros" de trabalho falamos? *Dirigir & Formar*, 22, 32-35. <http://opac.iefp.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=90316&img=3153>
- Marques, A. P. (2020). Na fronteira do mercado de emprego: jovens, trabalho e cidadania. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 18(s1). <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00249>
- Mouillard, S. (2020, 29 de abril). Télétravail: "L'activité se retrouve déconnectée de sa finalité sociale" [Entrevista a Danièle Linhart]. *Libération*. https://www.liberation.fr/france/2020/04/29/l-activite-se-retrouve-deconnectee-de-sa-finalite-sociale_1786888
- Reich, R. B. (2004). *O futuro do sucesso: viver e trabalhar na nova economia*. Lisboa: Terramar.
- Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina.
- Schwab, K. (2018). *A quarta Revolução Industrial*. Lisboa: Editora Levoir.
- Williams, C. C. & Kayaoglu, A. (2020). COVID-19 and undeclared work: impacts and policy responses in Europe. *The Service Industries Journal*, 40, 914-931. <https://doi.org/10.1080/02642069.2020.1757073>

Tempo e crise: algumas reflexões em torno da sociologia do futuro

Emília Araújo

Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0003-3600-3310

Como se ajustarão as sociedades às arritmias que se vislumbram no tempo de crises sobrepostas que se avizinham? Por que é importante ler e estudar, tanto as mudanças como as persistências, em tempo de crise? Que desafios enfrenta hoje a ciência, face à necessidade de antecipação e prevenção das crises do futuro? Estas são algumas das interrogações insertas neste texto que tem um fundamento reflexivo, embora pontuado de algumas ilustrações que, para os efeitos, considerámos reunirem as características de tipicidade ou de singularidade com algum potencial demonstrativo das ideias apresentadas.

A relação entre tempo e crise sugere vários temas de reflexão e investigação, a começar pelo modo como a crise altera o ritmo social, provoca arritmias diversas e reconfigura os ritmos. O olhar dos e das cientistas sobre estas metamorfoses nos ritmos sociais é de crucial importância, mas é igualmente importante olhar para as permanências e as persistências, assim como para o modo como estas se reproduzem nos ritmos e tempos reconfigurados.

O motivo principal para esta declaração reside no pressuposto de que não podemos apreendê-las como meras consequências de um fenómeno aleatório e perante o qual a ação política possa ser meramente reativa: ora aplaudida, ora negativamente criticada na sua boa ou má adequação, boa ou má comunicação, bom ou mau enquadramento legal e/ou constitucional. Precisamos de perspetivá-las, também, à luz da (in)capacidade de antecipação e de prevenção das sociedades e, nomeadamente, dos governos, no sentido de responder a desafios societais que são, em grande parte, desconhecidos, embora possíveis.

Dos tempos sociais

O tempo de pandemia é marcado por uma série de arritmias no funcionamento das instituições e no tempo de resposta aos cidadãos e às cidadãs, dependendo dos grupos sociais a que pertencem, o território em que habitam, a idade, o género, ou a etnia. A crise justifica e legitima a arritmia (no sentido de Lefebvre, 2003) do calendário escolar e do tempo de trabalho, dois dos tempos sociais mais estruturadores da experiência quotidiana na sociedade atual. No coração da arritmia social está a redução e o controlo dos tempos relacionais que, perante a crise pandémica, ficam totalmente reversos e confusos, incertos, inseguros e comprimidos ao máximo. Estão também a arritmia dos tempos mediáticos e a escalada de acelerações, variações e de desajustes que denunciam e também alimentam e criam.

Num tempo de crise, o que mais custa aos sujeitos sociais é viverem de forma contínua o tempo extraordinário, por mais experiências positivas e diferentes que este tempo diferente lhes proporcione. Por isso, o tempo de crise suscita várias formas de simulação. Faz aumentar a necessidade de manter e (des)fazer tempo.

O quotidiano individual, coletivo e institucional submerge num espaço de simulação (quase) perfeita marcado pela celebração do oposto da normalidade, à procura do sentido do tempo – acidente: celebram-se as não-festas; dão-se as não-aulas;

gozam-se os não-recreios; marcam-se as não-consultas ou não-cirurgias; fazem-se os não-aniversários; celebra-se a não-presença; marca-se a não-diferença; fala-se da não-viagem, estabelecem-se as regras do não-trabalho; ou do tempo não-pago. Afirma-se continuamente que as soluções encontradas são de “crise”, que valem para o tempo presente e que a espera é inevitável. O terreno das justificações é denso, confuso e, por vezes, não só incerto, como injusto.

De qualquer modo, todas estas criações (mesmo a simulação e a procura de sentido) representam a capacidade individual e humana para criar o tempo, mesmo que a partir de nada porque a vida social assenta no quotidiano e este exige determinados ritmos, rotinas e rituais. Isto é, está pontuada de momentos significativos, mesmo que estes sejam objeto de des-significação. Interessa, no entanto, pensar nelas como espaços de reprodução de poder interpessoal, mas sobretudo institucional e enquadrá-las no plano da (in)capacidade da política para avaliar as consequências da aceleração na tomada de decisões e a relevância do longo prazo através da afirmação dos programas e dos debates políticos em democracia.

Com efeito, a paisagem dos ritmos sociais na crise é confusa e desorganizada, diferencial e desigual: entre quem para e fica à espera; quem é atirado para as margens e sujeito a isolamento; quem é chamado a entregar o seu tempo às instituições e organizações de trabalho, quem fica dentro e fora do espaço-tempo da crise; quem dá e recebe tempo a troco de nada; quem aproveita o tempo da oportunidade para ganhar tempo e a partir do tempo; quem perde tempo e procura matar tempo que tem em abundância e a quem acaba tempo e morre ressurgindo na forma de algarismos e percentagens objetivamente descritas nos ecrãs que criam parte do tempo que passa dia a dia.

A mudança de ritmos ajusta-se à diversidade e esta à desigualdade de ritmos, deixando entender que, se a crise pode destruir estruturas de tempo, também pode revelar a continuidade ou o reforço de outras estruturas sustentadas pelo desígnio do crescendo controlo do tempo por parte de determinados atores. Assim, ainda que os ritmos que surgem de novo devam ocupar os e as cientistas, importa procurar os ritmos sociais e institucionais que persistem, embora se reconfigurem, mantendo as suas características principais: o tempo como mercadoria e bem essencial.

Um exemplo, talvez dos mais significativos hoje em dia, prende-se com a rutura dos serviços públicos de saúde, o aumento exponencial dos tempos de espera e o concomitante crescimento e normalização do recurso aos serviços privados que, justamente, vencem pela comercialização do tempo: o tempo de vida e o tempo de cuidado. Outro exemplo é, sem dúvida, o tempo escolar e o calendário letivo, onde se tenta conter, para além do imaginável, os tempos normalizados e regulamentares, os tempos da sociabilidade, assim como os tempos de trabalho de uma sociedade que tem no tempo-espaco da escola o reverso do tempo de trabalho pago. Mas, em geral, a comercialização do tempo e a tentativa de aumentar ao máximo o tempo diretamente rentável, muito especialmente por via do investimento em tecnologia, continuam a ser duas lógicas que permanecem.

Elas presidem a todas as mudanças e/ou reconfiguração de ritmos e justificam todas as simulações e pseudo atos: a espera legitimamente instituída como forma de racionalização da circulação e da sincronia de ritmos e de tempos na crise pandémica, é hoje um locus impressionante de novas formas de fazer render o tempo de uns, em desfavor de outros; de pressionar uns, libertando outros. Neste domínio, portanto, um dos desafios principais da política é lidar com a diversidade e a variação dos ritmos sociais, acertando formas de integração que respondam a necessidades individuais e institucionais de modo socialmente justo e individualmente saudável.

Dos tempos da ciência

De facto, o recurso à experiência, mostra que, aos ritmos que a crise destrói, reconfigura ou cria, se sobrepõem os ritmos do tempo histórico e estes definem, justamente, os tempos de flutuação e de variação que marcam o passar do tempo cronológico. Mais: nas sociedades do presente, e fruto de um caminho histórico que se abriu com a modernidade, a ciência e a tecnologia apresentam-se perante a sociedade como principais produtoras de soluções especificamente orientadas para a previsão, antecipação e segurança do futuro. Em termos práticos, as últimas linhas de financiamento europeu para projetos de investigação enfatizam claramente a necessidade de a ciência contribuir para o planeamento, a previsão e a antecipação de desafios societais que envolvem a preparação das sociedades, das instituições e dos governos para o evitamento, gestão, resiliência e capacidade de recobro e “ressurgimento”, após catástrofes. O que pode ser mais problemático entender, particularmente num momento em que o tempo da política está tão dependente dos tempos da ciência e da inovação, é o desajuste de adequação dos tempos da ciência e os tempos e ritmos sociais e naturais, ou seja, ao tempo dos eventos e dos desafios societais.

Por várias vezes, desde o início de contágio por COVID-19, pôs-se em causa a celeridade com que os governos supranacionais e nacionais lidaram com o fenómeno, dada a capacidade científica e tecnológica instalada e o lugar que o “desconhecido” ocupa enquanto objeto de estudo e análise científicos. Por várias vezes, no tempo da pandemia, se fizeram interrogações sobre a capacidade dos países para acertarem os tempos de decisão com os tempos do acontecimento. Por várias vezes, também, surgem as interrogações sobre a possibilidade de uma (des)sincronia de tempos à escala global, (in)capaz de concretizar a comunalidade da ciência, na descoberta de conhecimento e a inovação de meios de cura e de acesso democrático.

Comparam-se também a destrezas e a eficácia das lideranças dos diversos governos na tomada de medidas de retenção do contágio. Num plano transnacional e não apenas nacional, assume-se que os ritmos da ciência e da tecnologia (de trabalho, produção, circulação, inovação) estão a mudar, mas seguimos aqui o mesmo raciocínio que apresentamos para a análise dos ritmos sociais em geral: importa entender não apenas os ritmos que surgem de novo, mas, principalmente, em que medida estes são apenas reconfigurados a ajustados aos objetivos que continuam a

presidir amplamente ao modo de fazer (desfazer) ciência e tecnologia no contexto mundial: ciência orientada para a resolução de problemas imediatos do presente; ciência orientada para o mercado (Gibbons et al., 1994).

Barbara Adam (2011) disse que a ciência tem um compromisso especial com o tempo estrutural. Na prática, longo e curto prazo conflituam hoje nas instâncias de decisão política sobre o financiamento à ciência e criam o lugar desconfortável para o e a cientista que entrega o seu tempo ao tempo dos projetos financiados e avaliados pelo seu impacto na resolução de um problema imediato da emergência do presente.

Em grande parte, e felizmente, assistimos, enquanto cientistas, cidadãos e cidadãs, aos impactos positivos do desenvolvimento científico e as enormes capacidades da ciência e da tecnologia na prevenção, tratamento e resolução de problemas. Mas também assistimos a algumas das consequências do desajuste dos ritmos e dos tempos da ciência, face à sociedade e, sobretudo, na moldagem do comportamento social e político dos grupos e que conduzem a potenciais catástrofes.

A crise pandémica revela, nesse sentido, as estruturas de tempo que têm vigorado nos últimos anos na indústria da ciência e da tecnologia e onde os governos supranacionais e nacionais têm feito mergulhar investigadores/as e cientistas nos processos de produção de produtos e bens comercializáveis, em desfavor da aposta na simulação e na antecipação do futuro. Alguns indicadores relevantes são, porventura, a constatação da falta de ventiladores, camas ou mascarar, gel ou desinfetante no início da pandemia e para a reserva dos quais é preciso tempo.

É bem certo que os tempos da ciência e, principalmente, no que respeita à preocupação com o longo e o curto prazo, não são uniformes e os próprios tempos da ciência estão cada vez mais encurralados no tempo acelerado da cobrança da opinião pública e dos média. Mas, em geral, é elevado o risco que corremos enquanto sociedade e civilização de centrarmos a ciência no tempo emergencial e não no tempo futuro, ainda que desconhecido.

Neste sentido, orienta-nos este texto no sentido de aprofundar a sociologia do futuro, nas suas múltiplas facetas, descortinando também as relações que se pronunciam entre política, sociedade e ciência (Adam, 2011; Lösch, Grunwald, Meister & Schultz-Schafer, 2019; Konrad, van Lente, Groves & Selin, 2019).

Referências

Adam B. (2011). Towards twenty-first century sociological engagement with the future. *Insights*, 4(11), 1-18. <https://www.dur.ac.uk/resources/ias/insights/Adam29Mar.pdf>

Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P. & Trow, M. (1994). *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. Londres: Sage.

Konrad K., van Lente I., Groves, C. & Selin, C. (2017). Performing and governing the future in science and technology. In U. Felt, R. Fouché, C. A. Miller & L. Smith-Doerr (Eds.), *The handbook of science and technology studies* (pp. 465-494). Cambridge/Massachusetts: MIT Press.

Lefebvre, H. (2003). *Rhythmanalysis – space, time and everyday life*. Londres: Continuum. https://monoskop.org/images/d/d2/Lefebvre_Henri_Rhythmanalysis_Space_Time_and_Everyday_Life.pdf

Lösch A., Grunwald, A., Meister, M. & Schulz-Schaeffer, I. (Eds.) (2019). *Socio-technical futures shaping the present. Empirical examples and analytical challenges*. Wiesbaden: Springer.

Voltas e reviravoltas: crise e os sistemas económicos

Rodrigo da Costa Dominguez

Investigador do CICS-UMINHO (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID:
0000-0002-3083-6680

Ao tentar-se medir a importância de discursos políticos, de medidas governativas económicas, de relatos impressos ou visuais, esbarramos em questões de fundo que, provavelmente fogem à nossa percepção enquanto meros “espectadores” daquilo que ocorreu em tempos idos e que, em boa medida, ainda ocorre nos tempos presentes. Seremos nós capazes de aferir a relevância de tais ações em termos históricos e historiográficos? Seriam tais elementos fundamentais enquanto aspiração dos povos por melhores tempos e melhores condições materiais? De que povos realmente estamos a falar? Deveria o historiador (ou o economista, ou ambos) realmente levar em consideração aquelas informações contidas nas atas dos debates parlamentares, nos textos e diários oficiais dos governos e Estados, na imprensa? Ou seria tudo isso apenas retórica, ou seja, um recurso, uma maneira de se tentar dobrar aquele a quem se dirigem os pleitos? Ainda seriam as crises económicas (assim como a História), conforme escreveu Fernando Catroga, “as mestras da vida”? Mais ainda, seriam as crises económicas as causas essenciais das tentativas de implementação de mudanças estruturais, levadas a cabo por processos revolucionários e conflitos?

Várias destas questões podem e devem ser pensadas à luz do contributo da História e da Economia como Ciências Sociais fundamentais para se analisar o passado, olhar para o presente e projetar (ou perspetivar) o futuro. Esta é a base que se propõe para se meditar sobre questões de fundo no plano económico-financeiro, com o suporte da observação temporal histórica. Desta combinação nasce o contributo da História Económica: a interdisciplinaridade é, exatamente, uma das forças desta área do conhecimento que, precocemente “se apropriou do instrumental das demais ciências” (Faleiros, 2010, p. 243), vertente esta do conhecimento histórico que atualmente se encontra bastante fortalecida.

De uma maneira geral e abrangente, é comum associarmos a ideia de crise com a de dificuldades económicas. A própria definição de crise que consta no Dicionário Houaiss da língua portuguesa tem mais de um significado. Pode ser, enquanto aceção, um elemento de composição, derivado do grego *krísis*, *eós*, que seria uma “ação ou faculdade de distinguir, ação de escolher, decidir, julgar”¹. Ainda de acordo com a mesma fonte, o verbete como datação é um substantivo feminino, e por derivação tem também outro significado interessante: enquanto conceito económico, pode ter o sentido de “grave desequilíbrio conjuntural entre a produção e o consumo, acarretando aviltamento dos preços e/ou da moeda, onda de falências e desemprego”, desorganização dos compromissos comerciais.

Ainda dentro do aspeto financeiro, o mesmo verbete também assiste para designar uma fase de transição entre um surto de prosperidade e outro de depressão, ou vice-versa. Entretanto, o seu conceito de derivação sociológica também é interessante: serviria como a caracterização de uma situação socioeconómica repleta de problemas. Uma conjuntura desfavorável à vida material, ao bem-estar da maioria. Um momento histórico indefinido ou de riscos inquietantes. Uma situação de falta, escassez, carência. Interessa-nos exatamente explorar esta vertente.

¹ Definição encontrada no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* em versão digital, disponível em <http://houaiss.uol.com.br/>

Afinal, há situações que podem ser destacadas e analisadas, utilizando esse verbete e suas derivações como parâmetros comparativos em relação a vários momentos da história portuguesa e mundial, sobretudo nos últimos três séculos (XIX, XX e XXI). Tempo este que testemunhou, por um lado, enormes progressos económicos e materiais e, por outro, o agravamento extremo das desigualdades económico-sociais ao redor do mundo. Observamos o surgimento de crises locais, nacionais e globais, ocasionadas pelas mais variadas razões, mas que, invariavelmente, possuíam um item em comum: as dificuldades económicas. Situações geradas pelas mais variadas razões: desequilíbrios produtivos, problemas de competitividade e de inserção no mercado internacional, desvalorizações monetárias, barreiras e conflitos comerciais intransponíveis, acesso a mercados consumidores, o fim das relações coloniais entre países europeus e as novas nações ao redor do globo, assim como o acesso a fontes de energia não-renováveis.

No que diz respeito a um grave *desequilíbrio conjuntural entre a produção e o consumo*, a Europa vivenciou este aspeto da maneira mais visceral. Estados europeus digladiaram-se para ocupar parcelas territoriais e possuírem, cada um, o seu enclave próprio no continente africano nos finais do século XIX. Disputa essa que foi uma das causas estruturais da Primeira Grande Guerra (1914-1918), e que visava, sobretudo, obter vantagens na disputa por novos mercados consumidores para os produtos manufacturados/industrializados europeus e acesso privilegiado às *commodities* locais, minerais e combustíveis fósseis (petróleo) necessários para a retroalimentação do sistema então vigente.

Este conflito mundial, naturalmente, repercutiu-se em Portugal. Não obstante a relação de séculos que Portugal já possuía com aquele continente, e do envolvimento português nos combates em si, os efeitos económicos da guerra não tardaram a chegar. O mesmo Portugal que, no século anterior, viu eclodir uma revolução no Porto, em 1820, que clamou pelo retorno do monarca, por uma constituição e, fundamentalmente, por melhores condições económicas e uma menor dependência de Inglaterra, que controlava não só os setores-chave da atividade produtiva portuguesa, mas que também passou a ter acesso livre ao mercado brasileiro após a abertura dos portos em 1808 (Cordeiro, 2020). Menos de um século depois, Portugal passaria pelo choque de uma mudança de regime – da Monarquia para a República – em boa medida impulsionada pela grande questão nacional de fundo refletida no título de uma das obras de Jaime Reis: o atraso económico português. Atraso este que, em grande parte, era devido à persistência de uma economia ainda agarrada ao setor primário e com taxas muito elevadas de concentração de renda e centralização da propriedade nas mãos de poucos.

Conforme Pedro Lains observou nos seus estudos sobre a economia portuguesa, apesar do crescimento da produção industrial na segunda metade do século XIX, nos anos imediatamente anteriores à Primeira Grande Guerra, Portugal tinha cerca de 60% de sua população economicamente ativa alocada no setor da agricultura, enquanto os restantes 40% estariam “igualmente repartidos pelos setores industrial e dos serviços”. Mais do que isso, a produção agrícola “valeria o dobro da produção

industrial em 1913, de acordo com estimativas contemporâneas” (Lains, 1995, pp. 155-156). A própria implantação do regime republicano apoiava-se na questão do desenvolvimento como uma das prioridades nacionais. Por outro lado, os atores políticos envolvidos na derrubada da Monarquia não vislumbravam ações concretas para solucionar as questões económico-financeiras do país. Traziam proposições e ideias concretas para uma transformação social. Havia, de facto, a promessa de uma educação pública gratuita e universal, mas com as demais propostas gerais “muito simples e abstratas” no que diziam respeito à necessidade de uma evolução económica sólida e duradoura (Magalhães, 2009, pp. 325-326). Era primordial um aumento no comércio externo e uma maior inserção na economia internacional, combinados. E, para que tal ocorresse, questões como a restrição de recursos naturais e a baixa competitividade dos produtos portugueses, quando em competição com a forte concorrência exterior, eram obstáculos a serem superados na busca de um processo transformador (Reis, 1984, pp. 24-26).

Os anos 20 do século XX viram ruir a I República em Portugal ao mesmo tempo em que se viu também outros regimes democráticos colapsarem, todos desgastados economicamente pelos efeitos da Grande Guerra. No caso de Portugal, a ascensão do Estado Novo tem as suas origens na condução de Salazar como Ministro das Finanças e condutor de uma nova política, que tinha como objetivo de fundo o resgate da situação económico-financeira ruínosa, apoiada por uma elite industrial que via com bons olhos a oportunidade de crescer no período entre guerras (Rosas, 1984, pp. 872-873).

A Segunda Grande Guerra e o pós-guerra trouxeram uma nova realidade política e económica para Portugal e para o mundo. O período de “crescimento ininterrupto” da economia portuguesa entre os anos 40 e 70 do século XX contrastava com os “novos ventos” da mudança, materializados na descolonização afro-asiática e, por consequência, na guerra colonial. A retomada do desenvolvimento económico português contava, naturalmente, com a força das ex-colónias, transformadas em províncias do ultramar pela reforma constitucional de 1951 (Mata & Valério, 2011, pp. 298-301). Contudo, os movimentos separatistas em África e a guerra, para além das consequências sociais, tiveram efeitos terríveis na estrutura económica portuguesa. O aumento da despesa militar e a perda de rendimentos criaram uma situação de *deficit* na balança de pagamentos e nas contas públicas.

Novamente, a economia teria o seu contributo a dar para a queda de outro regime. A Revolução do 25 de Abril teria, entre uma de suas causas, a questão da fragilidade económica de Portugal. Uma debilidade exposta pelo cenário de crise internacional, com a implosão do sistema internacional de Bretton Woods, em 1971, acabando com a conversão direta do dólar americano em ouro, e o choque do petróleo de 1973, com a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de reduzir os volumes de exportação para o ocidente (Amaral, 2019, pp. 226-228).

O Portugal pós-25 de Abril, envolto em grave convulsão social e divisões políticas entre defensores dos regimes democráticos ocidentais e os apoiantes das soluções

socialistas/comunistas, precisou de passar pelo acompanhamento de instituições internacionais e por intervenções de fundo entre os fins da década de 1970 e meados de 1980. O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi chamado a intervir e apoiar a reestruturação económica do país, que sofria com altas taxas de inflação, elevados níveis de desemprego e baixa capacidade do sistema bancário e dos tecidos produtivos (Amaral, Silva & Simpson, 2020, pp. 4-9), ainda que com a intervenção, Portugal tenha sido capaz de se juntar à CEE em 1986, compondo o grupo que estaria na génese da Comunidade Europeia e, posteriormente, da União Europeia, e que nos levaria à adesão a moeda única em 1999.

Mesmo o escudo europeu não foi suficiente para proteger Portugal das crises do novo mundo globalizado. Assim vimos com a crise dos *subprimes* de 2007-2008, que causou grande impacto nas instituições bancárias portuguesas (Amaral, 2015; Paula, 2009), e a crise da dívida pública da Zona Euro de 2009-2010, as quais ainda nos fazem sentir as consequências nos tempos atuais, evidentemente agravados por uma situação pandémica que restringe sobremaneira a atividade económica em escala global.

Passada toda esta trajetória histórica, fica claro que a globalização, com os seus avanços e recuos económico-sociais das últimas décadas, se por um lado, ofereceu o agravamento das desigualdades, por outro lado, também nos trouxe, do ponto de vista científico, no campo da História Económica, um contributo significativo. Uma maneira de se construir o conhecimento histórico “menos comprometida com os debates sistémicos em função do próprio esgotamento da Guerra Fria, do Socialismo e de modelos alternativos vis a vis o coroamento de um capitalismo triunfante e unísono” (Faleiros, 2010, p. 257) e mais empenhada em observar os efeitos “totais” ou “globais” dos eventos locais, tentando ampliar cada vez mais a sua dimensão comparativa e ficando assim mais próxima de quem a lê. Por outro lado, a “nova era imperialista” (Fiori, Medeiros & Serrano, 2008) partilhada entre os Estados Unidos, China e Rússia certamente oferecerá novos desafios a quem se propuser investigar, escrever e construir a História Económica e responder aos reptos do futuro.

Referências

Amaral, L. (2019). *The modern Portuguese Economy in the twentieth and twenty-first centuries*. Basingstoke-London: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-24548-1>

Amaral, L. (2015). *Em nome do pai e do filho... O grupo Espírito Santo, da privatização à queda*. Alfragide: Dom Quixote.

Amaral, L., Silva, A. F. & Simpson, D. (2020). A long International Monetary Fund intervention: Portugal 1975-1979. *Nova SBE Working Paper Series*, Working Paper #635, 1-67. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/99746/1/WP635.pdf>

Cordeiro, J. M. (2020). *1820 Revolução Liberal do Porto*. Porto: CMP.

Faleiros, R. N. (2010). História Económica. História em construção. *Dimensões – Revista de História da UFES*, 24, 242-261. <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2532>

Fiori, J. L., Medeiros, C. & Serrano, F. (2008). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record.

Lains, P. (1995). *A economia portuguesa no século XIX: Crescimento económico e comércio externo (1851-1913)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Magalhães, J. R. (2009). *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Almedina.

Mata, M. E. & Valério, N. (2011). *The concise economic History of Portugal: a comprehensive guide*. Coimbra: Almedina.

Paula, M. R. S. M. (2009). *Impacto da crise subprime no sector bancário português*. Tese de Mestrado. ISCTE Business School, Lisboa, Portugal. <http://hdl.handle.net/10071/1699>

Reis, J. (1984). O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, XX(80), 7-28. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223472983X6iYR2re6Rj50YV5.pdf>

Rosas, F. (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*, XXIX(128), 871-887. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377862S2yDZ6ad3Zv90JB8.pdf>

Vírus, robôs e o mundo em mudança: um comentário sobre crise e dinâmicas sociais

Fernando Bessa Ribeiro

Professor Associado com Agregação do departamento de Sociologia Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0001-7431-8562

Situar a mudança social

O "3º Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia", realizado em 1996, contou com a presença de Immanuel Wallerstein na conferência de abertura. Tendo o evento como tema a mudança social, o sociólogo norte-americano, desaparecido em agosto de 2019, ofereceu-nos uma análise vibrante sobre o funcionamento do sistema mundial moderno, dissertando em torno de "a mudança é eterna. Nada muda, nunca" (Wallerstein 1995, p. 3). Hoje parece que o mundo se agita intensamente, com as forças da mudança a ganhar às forças da estabilidade. Se há muito nos confrontamos com as reformas permanentes promovidas por cada novo ciclo de governação, hoje dominam as inovações técnicas, as alterações nos campos do trabalho, dos modos de vida e das mobilidades, todas elas conectando-se com as novas formas de comunicação, a digitalização e a aceleração e arritmia dos diversos tempos nos quais a vida de cada um se consome.

Será que as transformações em curso liquidificaram o mundo (Bauman 2001), fazendo mesmo desaparecer as estruturas que organizam e dão solidez a um sistema social? Ou, pelo contrário, estas transformações, algumas de amplitude mundial, apenas nos revelam, uma vez mais, a flexibilidade das estruturas do sistema mundial, suficientemente dúcteis para acomodar o que muda, manter a diversidade de modos de vida e de práticas culturais, sem que tal coloque em causa os processos intensivos de acumulação de capital? Neste sentido, será que a crise pandémica, em lugar de dar origem a um mundo novo, como repetidamente tem sido anunciado pelos média e pela publicidade, acentuará determinadas dinâmicas já em curso, nomeadamente no domínio da automatização, da robotização e da chamada inteligência artificial, cujos impactos no campo do trabalho já começamos a sentir? Tudo isto ocorrendo num quadro de uma mudança decisiva, a da passagem do poder do Ocidente para o Oriente?

Não cabendo aqui analisar a posição controversa de Wallerstein (Vindt, 1999), quando sugere que as crises com que nos confrontámos têm de ser compreendidas no contexto mais amplo da crise sistémica do capitalismo, há que reconhecer que, não obliterando que as estruturas fundamentais que organizam o sistema mundial continuam relativamente estáveis, está em curso uma mudança de amplitude global. Marcada por tensões, diante dos nossos olhos desenrola-se a mudança de hegemonia no sistema mundial. Sendo raro, é um processo conturbado, cheio de riscos, incluindo conflitos militares, como aconteceu com a última mudança hegemónica, na primeira metade do século XX, que elevou os Estados Unidos da América (EUA) à condição de potência hegemónica. Como detetaram Arrighi (1996) e Todd (2002), na viragem do século XX para o XXI, este processo, caracterizado por uma transferência de riqueza, conhecimento e poder do Ocidente para o Oriente, irá certamente colocar a China como potência hegemónica na próxima década, sem que os EUA se vejam totalmente arredados de continuarem a ter um papel relevante no comando do mundo.

A pandemia como acelerador da crise e da mudança

Uma década depois da última grande crise do capitalismo, temos agora a pandemia provocada pela COVID-19. Este evento volta a lembrar-nos que a história humana também é preenchida por pandemias, algumas das quais mataram em número apreciavelmente superior ao que a atual parece capaz de fazer. A gripe espanhola de 1918 a 1920 ceifou a vida de 20 a 50 milhões de pessoas; a outra grande pandemia, a peste negra do século XIV, terá provocado entre 75 e 200 milhões de mortos na Europa e na Ásia, dizimando seguramente mais de um terço da população então existente. Ainda não sabemos como acabará a atual pandemia, embora seja certo que estamos face a uma crise sanitária global, tendo já superado largamente o primeiro milhão de mortos, cujas repercussões, nomeadamente económicas, ninguém consegue com razoável certeza antever, embora existam já sinais, sobretudo nos países mais pobres e entre os trabalhadores pobres e precarizados de todo o mundo.

Fatores distintos combinados entre si rapidamente fizeram a Europa disputar com os EUA e o Brasil o epicentro da crise. Com a “segunda vaga” em curso, a resposta a esta infeção exprime o fracasso dos estados europeus, sobretudo os assistidos,¹ e, num sentido mais amplo, do Ocidente². Apesar dos surtos epidémicos ocorridos no presente século, os governos ocidentais atuaram como se estivessemos face a mais um sobressalto gripal que o tempo se encarregaria de resolver. Podendo interpretar-se esta abordagem como expressão de uma certa disposição mental, já presente noutras pandemias ocorridas entre os séculos XIV e XVIII – “quando surge o perigo de contágio começa-se por tentar não o ver” (Delumeau citado em Lambert & Rimbart 2020, p. 26) –, a compreensão desta atias dustude obriga a convocar a velha mas persistente soberba eurocêntrica, com raízes fundas na dominação colonial. Desprezando as respostas dadas pelos países asiáticos, experientes em surtos pandémicos (por ex. SARS)³, os governos europeus desvalorizaram a gravidade da Covid19, optando por medidas insuficientes. Tal permite o vírus “andar por aí”, fazendo com que ele atue como um cutelo que lesa a economia, tornando evidente que não há estabilização económica desligada da supressão da pandemia. Tomando como medida o curto prazo, a opção pela mitigação (e em alguns casos nem isso) revela uma escolha política, a de “governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (Foucault 1979/2008, p. 165).

Neste cenário, a pandemia parece assumir-se como o acelerador da crise e de uma das principais mudanças em curso, a referida transferência de riqueza e poder para o Oriente. Os dados atualmente disponíveis apontam para assinaláveis diferenças no desempenho económico dos países do sudeste asiático e da Oceânia face aos europeus. Quer isto dizer que o combate exitoso à COVID-19 não se coloca em

¹ Trata-se de um argumento desenvolvido por Baptista (1994), classificando os países europeus em dois tipos: produtivos e assistidos, sendo que Portugal pertence a este segundo tipo. Se dúvidas existissem sobre a atualidade desta tipologia, já com mais de um quarto de século, a pandemia aí está para a confirmar.

² De acordo com Davis (2020) para o caso dos EUA.

³ SARS é a sigla, em língua inglesa, para *Severe Acute respiratory Syndrome*.

contramão à defesa da economia. Esta opção é também uma escolha moral que se reflete na defesa da vida de milhões de seres humanos, sobretudo idosos e doentes, isto é, pessoas frágeis que exigem especiais cuidados de saúde. Voltando a pandemia a acelerar, o fracasso do Ocidente não impede que, como justamente sublinha Žižek (2020), tudo nos pareça possível, o melhor e o pior, pelo que esta é a hora da política, confrontando-nos com escolhas radicais distintas para o nosso futuro.

Tudo parece possível, sugere Žižek (2020). Talvez nem tudo... rejeitando, é claro, qualquer tipo de leitura fatalista das dinâmicas sociais, existem hoje forças sistémicas imparáveis. São elas que produzem o movimento da referida mudança de riqueza, conhecimento e poder para o Oriente, no qual se digladiam estados e grandes interesses para controlar e tirar proveito das dinâmicas tecnocientíficas em curso. Sob o já bem conhecido conceito de “indústria 4.0”, temos a internet das coisas, os sistemas ciberfísicos e as fábricas inteligentes, mobilizando robôs e algoritmos cada vez mais potentes. Esta revolução tecnocientífica e industrial implica uma automatização radical da produção, ampliando as possibilidades de redução da utilização de trabalho humano. Dirão os mais atentos que o mesmo assim ocorreu nas anteriores revoluções industriais. Sim, é incontestável, mas esta comporta uma dimensão nova, ao mesmo tempo fascinante e inquietante: promete substituir trabalho inteligente, incluindo aquele que implica a mobilização de emoções e de aprendizagem face a situações inesperadas, em lugar de apenas alargar a extinção de trabalho humano ligado a tarefas repetitivas.

Não sendo as inovações científicas e tecnológicas sempre expressões de progresso (Beck 1992), elas confrontam os cidadãos. Ocorrendo num contexto marcado pelas desigualdades sociais que, como demonstrou Piketty (2013), só têm paralelo com as existentes em meados da segunda metade do século XIX, estas inovações poderão acentuar os fenómenos de dualização no mercado de trabalho, identificados há mais de duas décadas por Castells (1999). Isto é, uma segmentação do mercado de trabalho entre um núcleo de trabalhadores essenciais às empresas e ao funcionamento do Estado e uma multidão de trabalhadores, num vai-e-vem permanente entre o emprego precário, em regra mal pago, e o desemprego. Uns e outros mergulhados naquilo que Francisco (2015) designa por *rapidáccion*, expressão dos impactos que a aceleração económica tem na vida pessoal, nas sociedades e nos ecossistemas.

Encerrando o comentário: a mudança interpela a ação coletiva e as dinâmicas sociais

Sendo o caminho do Oriente guiado por dinâmicas a bem dizer inelutáveis, muito permanece em aberto. Se, “mais do que nunca, e mais do que na época de Marx ou de Weber, somos submetidos ao poder total de forças impessoais – o mercado, as finanças, a dívida, a crise, o desemprego – que se impõem aos indivíduos como um destino implacável” (Löwy 2014, pp. 137-138), a ação coletiva continua a ser possível para influenciar, senão mesmo determinar, o sentido das dinâmicas sociais. Se há algo que a crise pandémica permitiu recuperar, estilhaçando parcialmente

uma outra cegueira, também ela pandémica, convocando ao debate Saramago (1995) e o seu *Ensaio sobre a cegueira*, é que, contra todas evidências que nos diziam ser evidências mais seguras do que a certeza da morte, afinal existem caminhos distintos, alternativas com as quais os estados e os cidadãos, desde que coletivamente organizados, podem mudar o sentido da história.

No velho confronto entre otimismo e pessimismo, a atual crise pandémica, cujo curso e fim ninguém consegue traçar e prever com razoável certeza, mostra-nos que são muitas as razões para optarmos pelo segundo. Vivendo a humanidade dentro de um “habitação duro como o aço”, lembra Löwy (2014), convocando Max Weber, nem por isso a ação coletiva viu desaparecer as suas possibilidades de ação. Voltando a Wallerstein, “o futuro não está escrito em parte alguma (...) ninguém sabe o que sairá das próximas décadas” (Vindt, 1999, p. 153). Quer isto dizer que os desafios colocados pelas mudanças em curso podem ser convertidos em oportunidades se formos capazes de nos organizarmos coletivamente. Embora as possibilidades de sermos bem-sucedidos sejam exíguas, considerando a dimensão dos problemas que enfrentamos, temos de tentar, de modo a inverter e não apenas abrandar a “locomotiva” da história que nos leva para a catástrofe ambiental (Löwy 2013). Apesar do cansaço coletivo geral e da intensidade com que as referidas forças impessoais nos obrigam a competir nos mais diversos espaços da nossa vida, com destaque para o profissional, confiscando-nos tempo e energia para refletirmos sobre o nosso mundo e as mudanças em curso, a ação coletiva é necessária para que no horizonte não se anteveja um futuro ainda mais distópico do que o presente.

Referências

- Arrighi, G. (1996). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: UNESP.
- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage.
- Baptista, F. O. (1994). A agricultura e a questão da terra: do Estado Novo à Comunidade Europeia. *Análise Social*, 128(XXIX), 907-921. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377943B0oKY7lL2Yf98UQ6.pdf>
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade (Vol. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Davis, M. (2020, 14 de maio). COVID-19 e nós: chega o monstro. *A terra é redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/covid-19-e-nos-chega-o-monstro/>
- Foucault, M. (1979/2008). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lambert, R. & Rimbart, P. (2020, 31 de março). “Até ao próximo fim do mundo...”. *Le Monde Diplomatique (edição portuguesa)*, 162, 26-28.
- Löwy, M. (2014). *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo
- Papa Francisco (2015). *Carta encíclica Laudato si Sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Piketty, T. (2013). *Le capital au XXIe siècle*. Paris: Seuil.

Saramago, J. (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. Lisboa: Caminho.

Todd, E. (2002). *Após o império: ensaio sobre a decomposição do sistema americano*. Lisboa: Edições 70.

Vindt, G. (1999). Um sistema desmorona-se hoje sob os nossos olhos [Entrevista com Immanuel Wallerstein]. In G. Vindt, *500 anos de capitalismo: a mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates* (pp. 148-153). Lisboa: Temas e Debates.

Wallerstein, I. (1995). Mudança social? "A mudança é eterna. Nada muda, nunca". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 3-24. <https://ces.uc.pt/rccs/index.php?id=578>

Žižek, S. (2020). *Pandemic! Covid-19 shakes the world*. Nova Iorque e Londres: OR Books.

2. CRISE E TERRITÓRIOS

Ambiente e sociedade: será “crise” a palavra certa?

Anabela Carvalho

Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-7727-4187

Do estado das coisas

Começamos com duas “vinhetas”.

- junho de 2017. Sob temperaturas muito elevadas e fenómenos meteorológicos invulgares, como os *downbursts*, um dos mais vorazes incêndios alguma vez registados em Portugal conduz à morte de mais de 60 pessoas e a um largo número de feridos. Uma vasta área de floresta do centro interior esvai-se em fumo.
- outubro de 2017. Repete-se o horror. O centro e norte de Portugal ardem de forma imparável com as chamas a serem alimentadas por Ophelia, o furacão que mais a Leste do Atlântico chegou na história da meteorologia mundial, bem como por temperaturas anormalmente altas. Meia centena de pessoas perdem a vida. Desaparece muita floresta e outros espaços naturais; desaparecem habitações e unidades industriais. A quase totalidade do pinhal de Leiria, mandado plantar por D. Afonso III e D. Dinis nos séculos XIII e XIV, fica reduzida a cinzas.

Como é sabido, em Portugal os incêndios relacionam-se com uma multiplicidade de fatores, do ordenamento do território à gestão dos espaços florestais. Porém, é inegável que as alterações climáticas potenciam incêndios maiores e mais frequentes devido à redução de precipitação e ao aumento das temperaturas médias no território nacional.

Os dois momentos descritos acima, de dolorosa memória coletiva para os portugueses, exprimem o que está a tornar-se frequente à volta do mundo: ocorrências meteorológicas extremas e/ou anormais numa determinada época, com impactos severos a muitos níveis. Vários meses antes do fim de 2020, a lista anual de incêndios-record era já tragicamente longa: Austrália, Sibéria, Amazónia, Pantanal, Califórnia... O laranja e cinza repetem-se nos ecrãs do nosso dia a dia. A devastação ocorre em escalas sem lembrança. Ela toma também a forma de inundações sem precedentes, de secas avassaladoras, e de violentíssimas tempestades, entre outras.

No final da Década das Nações para a Biodiversidade, um relatório recentemente publicado concluía que nenhum dos 20 objetivos definidos em 2010 em Aichi, Japão, para a conservação da natureza fora atingido (embora se tivessem registado melhorias parciais em seis objetivos), e que a pressão humana sobre os sistemas biofísicos terrestres continuava a aumentar (UNCBD, 2020). Como resultado do crescimento da população mundial e do consumo excessivo de uma grande parte dela, tem continuado a expansão das áreas de cultivo agrícola, de pastoreio de gado, de exploração mineira, etc. à custa da destruição ou degradação de habitats para muitas espécies. Cerca de um milhão de espécies encontram-se agora ameaçadas de extinção na sequência da ação de uma: a humana.

É certo que nem tudo é negro e que alguns indicadores têm vindo a melhorar – a qualidade da água em vários rios europeus, a dimensão das áreas protegidas, os processos de recolha seletiva de resíduos nalgumas regiões do mundo, por exemplo.

Mas estas são pequenas benesses. Globalmente, o estado do ambiente é dramático. Só na muito limpa e privilegiada Europa, morrem anualmente cerca de 800.000 pessoas devido à poluição do ar (European Society of Cardiology, 2019). Para além das alterações climáticas e da perda de biodiversidade, o sistema planetário está contaminado por quantidades inimagináveis de substâncias químicas sintéticas, de petróleo, de plástico (muito dele já convertido em micro-plásticos, de impossível remoção), de “lixos” de todo o tipo... A lista poderia continuar longamente. Todos os dias a fórmula se repete às mãos da espécie dominante: subtrai-se em natureza, devolve-se em agentes agressores.

Um tempo para além do tempo

Nas últimas décadas, a velocidade e dimensão destes processos atingiram níveis nunca antes vistos. O léxico comum tem procurado dar conta disso com expressões como “crise ambiental” e “crise climática” (e, mais recentemente, “emergência climática”). O domínio científico da Comunicação Ambiental tem, também, debatido amplamente a ideia de crise. Foi precisamente esse o objeto de discussão do primeiro número da revista *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*¹, de 2007. Robert Cox defendeu aí que a comunicação ambiental é uma “disciplina de crise” que tem um dever ético fundamental: “melhorar a capacidade da sociedade de responder adequadamente aos sinais ambientais relevantes para o bem-estar das comunidades humanas e dos sistemas biológicos naturais” (Cox, 2007, p. 5). A assunção de uma posição normativa orientada para a concretização de sociedades ambientalmente sustentáveis é partilhada por muitos outros investigadores de Comunicação Ambiental e de Jornalismo Ambiental (Girardi, Moraes & Loose, 2012).

Mas, em 2020, impõe-se uma questão basilar a propósito de comunicação e ambiente: fará ainda sentido falar em “crise”? No que diz respeito às alterações climáticas, sabe-se que se está perto de atingir o que os climatologistas designam como *tipping points* – pontos de viragem ou de não retorno – em que a intensificação do efeito de estufa é de tal ordem que desencadeia um conjunto de processos que alimentam esse mesmo efeito de estufa, num círculo verdadeiramente vicioso, do qual não há regresso, pelo menos nas próximas centenas ou mesmo milhares de anos. A paleo-climatologia mostra que esses momentos de mudança súbita ocorreram já na história da Terra e que levaram, num intervalo de uma década, ou menos, a alterações drásticas. A diferença é que agora o risco decorre não da variabilidade natural mas das emissões *antropogénicas* de gases como o dióxido de carbono, o metano, e outros.

Mesmo sem essa aceleração para o abismo potenciada pelo provável ultrapassar de limites biofísicos que estão muito próximos, encontramos já, segundo muitos analistas, numa fase qualitativamente diferente de toda a história da Terra. Trata-se de uma fase em que as atividades humanas marcam de uma forma muito significativa os sistemas biológicos e físicos: a biosfera, a atmosfera, a hidrosfera, e

¹ A revista foi precedida pela publicação do *Environmental Communication Yearbook* entre 2004 e 2006.

a pedosfera (os solos). Os seres humanos tornaram-se, portanto, uma força geofísica a nível planetário comparável a alguns processos naturais que interferem no sistema terrestre. Estamos, alegadamente, no Antropoceno, uma nova fase geológica do planeta Terra (Crutzen & Stoermer, 2000)².

A acuidade e pertinência de “crise” enquanto categoria analítica (De Rycker & Don, 2013) para pensar o presente é, como tal, discutível. Uma crise é algo que se pode ultrapassar, que é passível de “gestão” e de “resolução”. As crises são tipicamente vistas como fazendo parte de ciclos de mudança, como sendo limitadas no tempo e são mesmo frequentemente associadas à possibilidade de renovação (recordemos que o símbolo chinês para crise é muitas vezes evocado a propósito da remissão para a ideia de oportunidade, a par com risco ou perigo, embora tal interpretação não seja consensual). Porém, o tempo que vivemos está já para lá do tempo “normal”. O Antropoceno é um outro tempo. O dano está feito³.

Não sabemos quanto desse dano é irreversível. Sabemos, porém, que não voltarão as vidas – humanas e outras – que se perderam no colapso ambiental e que não se apagará o sofrimento que já aconteceu.

Políticas despolitizadas

O ambiente simbólico que nos rodeia ora pende para a atração apocalíptica e fatalista, ora nos promete tecnologias milagrosas que garantirão conforto e felicidade, a par com “sustentabilidade” (um termo profundamente ambíguo). Vamos imaginando um mundo novo, com cidades “verdes” e “inteligentes,” resultado da “transição ecológica,” da “transição energética” e da “transição digital”. Reconhecendo que o que se tem que mudar envolve mais do que um mero transitar ou fluir para outras tecnologias, vários documentos oficiais e outros tipos de textos referem-se à necessidade de “transformações” (por exemplo, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ou a Visão 2050 para a Biodiversidade). No entanto, não é habitualmente claro que transformações são essas, quem decide mudar o quê e/ou com que impactos para diferentes grupos sociais. Tal como aconteceu com “desenvolvimento sustentável”, “transformação” e “mudança transformativa” vão-se tornando novos significantes vazios (Schneidewind & Augenstein, 2016).

A par com isto, *as políticas ambientais são despolitizadas* nos espaços públicos, como apontado por vários investigadores (por ex. Swyngedouw, 2018). Esta afirmação, aparentemente paradoxal, remete para vários aspetos importantes. Aponta para o facto de que as decisões sobre ambiente são muitas vezes tomadas por uma elite tecnocrática, em função de critérios “técnicos”, e não são debatidas de uma forma

² Sendo um conceito controverso, o Antropoceno tem gerado muito interesse por parte dos investigadores de muitas áreas científicas diferentes e deve, pelo menos, suscitar reflexões profundas na academia e na sociedade.

³ Ver o poderoso relato de uma climatologista australiana, disponível em <https://www.theguardian.com/australia-news/2020/oct/15/the-great-unravelling-i-never-thought-id-live-to-see-the-horror-of-planetary-collapse>

inclusiva e plural. Despolitizar significa, também, obscurecer o facto de que as decisões sobre ambiente (como qualquer decisão) resultam de contextos e instituições moldados por relações de poder. Implica, ainda, suprimir o facto de que tais decisões incorporam valores, visões do mundo e ideologias específicas que são deixados na penumbra. As sociedades e as suas instituições assentam sempre em escolhas em que nada há de obrigatório ou necessário, ou seja, em opções que poderiam ser diferentes; porém, é muitas vezes criada uma aparência de inevitabilidade, expressa na sigla TINA (There Is No Alternative).

Tome-se como exemplo, a alteração da Política Agrícola Comum (PAC) votada no Parlamento Europeu no final de outubro de 2020. A PAC corresponde a mais de um terço do orçamento global da União Europeia e tem impactos essenciais a nível ambiental: na água, nos solos, na atmosfera, na biodiversidade, etc. A Comissão Europeia prometeu uma PAC mais “verde”, em conformidade com o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e a Estratégia Do Prado Ao Prato. O processo de negociação entre grupos políticos representados no Parlamento Europeu levou, posteriormente, à introdução de inúmeras emendas que limitam fortemente os potenciais benefícios ambientais deste mega-instrumento, bem como o acesso a financiamento por parte de pequenos agricultores, ou seja, o seu impacto ambiental e a equidade social. No meio do jargão legalístico e de extensos documentos, compreender exatamente o que está em jogo é muito difícil para os não-peritos. O generalizado desconhecimento dos modos de funcionamento das instâncias europeias e dos processos de *lobbying* governamental e corporativo, bem como a sensação de impotência e de falta de agência política por parte dos cidadãos, promovem a inação. Um diminuto debate mediático e um quase nulo debate político a nível nacional em nada ajudam à democratização do processo. Neste quadro, não é garantido que se altere o que tem acontecido nos últimos anos: 85% do financiamento da CAP (que tem ascendido a 53 mil milhões de euros por ano) tem ficado nas mãos de 18% dos empresários agrícolas (sobretudo os maiores da Europa), alguns dos quais têm exercido diversas formas de exploração laboral e contribuído largamente para a degradação ambiental.

Que contributos pode dar a investigação social para democratizar o Antropoceno? Em colaboração entre si e com as Ciências Humanas, as Ciências Sociais devem desenvolver um programa de inquirição sistemática sobre os problemas socio-ambientais. Foquemo-nos, especificamente, nas oportunidades (e responsabilidades) das Ciências da Comunicação, que são múltiplas. Não se trata apenas de olhar as questões de comunicação numa perspetiva habermasiana e produzir contributos para melhorar a qualidade do discurso público e dos processos de decisão em torno de questões ambientais. Reconhecendo a imbricação de processos materiais e processos simbólicos, a investigação em comunicação tem uma obrigação de crítica ideológica e, nesse sentido, de expor as consequências ambientais das práticas comunicacionais (Schwarze, 2017) (por exemplo, os discursos de empresas e governos que são ambientalmente destrutivos). É claro que é de evitar, porém, reduzir a análise crítica a uma denúncia das práticas comunicativas que produzem ou perpetuam a degradação ambiental; o que se procura é desenvolver modos

sofisticados e reflexivos de explicar e compreender a relação entre realidades sociais e simbólicas, por um lado, e realidades materiais, por outro (Schwarze, 2017), evidenciando as funções dos significados que são construídos, reforçados ou contestados pela linguagem. Tais significados têm uma função constitutiva crucial relativamente ao mundo social e ao mundo natural. Por exemplo, o valor afetivo, cultural e até financeiro de uma planta, animal ou espaço natural resultam de processos discursivos, que são, portanto, determinantes para as ações “materiais” que são desenvolvidas.

As práticas de comunicação têm efeitos imensamente importantes. De uma forma genérica, podemos considerar que muitas esferas discursivas, como a do jornalismo, têm tido predominantemente um efeito de *naturalização das sociedades* (e, de particular relevo para esta análise, também da forma como se relacionam com os seus entornos biofísicos), ou seja, não questionam ou desafiam, no que é fundamental, as relações de poder que estruturam essas sociedades e que subjazem a diversas formas de degradação ambiental; a distribuição de custos e benefícios no uso de recursos naturais; ou a lógica de procura de crescimento económico constante. Estes são alguns dos traços do nosso mundo social com forte impacto ambiental que parecem *inquestionáveis, inalteráveis ou sem alternativa* na maior parte do jornalismo dominante. Repolitizar o mundo político e, mais globalmente, o mundo social, como *construções discricionárias* que são, é vital para democratizar o futuro e mitigar a destruição do sistema planetário de suporte à vida.

“Embora não seja visível, a verdade última do mundo é que este é algo que fazemos e que poderíamos igualmente fazer diferente” (Graeber, 2015, p. 89).

Referências

- Cox, R. (2007). Nature's “crisis disciplines”: does Environmental Communication have an ethical duty? *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, 1(1), 5-20. <https://doi.org/10.1080/17524030701333948>
- Crutzen, P.J. & Stoermer, E. F. (2000). The “anthropocene”. *Global Change Newsletter*, 41, 17-18.
- De Rycker, A. & Don, Z.M. (Eds.) (2013). *Discourse and crisis. Critical perspectives*. Amesterdão: John Benjamins.
- European Cardiology Society (2019, 12 de março). Air pollution causes 800,000 extra deaths a year in Europe and 8.8 million worldwide [Press release]. *EurekaAlert!* https://www.eurekaalert.org/pub_releases/2019-03/esoc-apc030819.php
- Girardi, I. M. T., Moraes, C. H. & Loose, E. B. (2012). Bases do jornalismo ambiental e os desafios para a cobertura da Rio+20. *Razón y Palabra*, 79. http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/01_Tourinho-HerteBeling_M79.pdf
- Graeber, D. (2015). *The utopia of rules: on technology, stupidity, and the secret joys of bureaucracy*. Brooklyn/Londres: Melville House.
- Schneidewind, U. & Augenstein, K. (2016). Three schools of transformation thinking: the impact of ideas, institutions, and technological innovation on transformation processes. *Gaia*, 25(2), 88-93. <https://doi.org/10.14512/gaia.25.2.7>

Schwarze, S. (2007). Environmental Communication as a discipline of crisis. *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, 1(1), 87-98. <https://doi.org/10.1080/17524030701334326>

Swyngedouw, E. (2018). Depoliticised environments and the promises of the Anthropocene. In R. L. Bryant (Ed.), *The international handbook of political ecology* (pp. 131-145). Cheltenham e Northampton: Edward Elgar.

United Nations Convention on Biological Diversity (UNCBD). (2020). *Global biodiversity outlook 5* [Relatório]. <https://www.cbd.int/gbo/gbo5/publication/gbo-5-en.pdf>

Crise e cidade

Flávio Nunes

Professor Auxiliar do Departamento de Geografia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-4818-3825

Uma reflexão, mais ou menos profunda, sobre crises e a manifestação das suas consequências e implicações é indissociável da sua relação e interação com o fenómeno urbano. Desde logo porque facilmente se constata ser nas cidades e nas suas populações que mais se fazem sentir os efeitos e consequências das principais crises. Tal ocorre mesmo quando os fatores que estão na génese dessas crises não se relacionam apenas com dinâmicas que derivam diretamente de mutações ocorridas no funcionamento do sistema *polis*, mas inclusivamente de alterações, mais ou menos abruptas e complexas, que se processam no funcionamento de outros sistemas mais vastos e integrados, como seja o geofísico, o técnico-informacional, o político, o biológico, ou o económico-financeiro, entre outros.

Embora uma visão histórica da sociedade esteja abundantemente ilustrada por eventos e acontecimentos indesejados que condicionaram reformulações na estrutura e funcionamento das cidades, é possível, apenas recorrendo à observação das dinâmicas da contemporaneidade, encontrar abundantes exemplos que evidenciam a forte manifestação urbana das repercussões que decorrem de crises de natureza muito diversa. Pode destacar-se, por exemplo, as múltiplas crises ambientais associadas aos processos mais ou menos naturais que promovem o aquecimento global, colocando sob risco de emergência climática uma parte muito considerável da população urbana. Tal é especialmente preocupante quando se constata a subida do nível médio das águas do mar e os expressivos quantitativos demográficos que residem nas formações urbano-metropolitanas que se espraiam pelas áreas costeiras. Refira-se também os exemplos de conflitos de soberania sobre determinados territórios, associados a opções políticas de reposicionamento geoestratégico. Estes são frequentemente indutores de expressivos fluxos migratórios, a que muitos indivíduos se sujeitam para procurar escapar a crises de segurança, alimentares ou do próprio funcionamento dos serviços públicos. É conhecida a preferência desta população refugiada em procurar acolhimento em cidades de países vizinhos, por ser maior a probabilidade de nesses contextos territoriais poderem beneficiar de redes de solidariedade que possam ajudar a satisfazer as suas necessidades mais prementes. Pode ainda enunciar-se os efeitos perversos das crises financeiras, muitas vezes de alcance global, como aquela que ocorreu na sequência do *crash* de 2008 e que desencadeou inúmeros problemas económicos e sociais (Fujita, 2013; Konvitz, 2016). Muitas vezes a severidade destes problemas atinge nas cidades uma magnitude mais elevada que nas áreas rurais, onde, para muitos, o cultivo da terra (mesmo que praticado num contexto apenas de complementaridade) ajuda a amortecer alguns constrangimentos provocados pela desregulação dos mercados financeiros nas economias familiares. Quer constrangimentos promovidos pelo desemprego, quer limitações mais vastas e transversais decorrentes de finanças públicas débeis e de medidas de maior controlo e austeridade que estas acabam por justificar.

Todavia, se é a população urbana que sofre de forma mais intensa os efeitos das múltiplas crises com que as sociedades contemporâneas se defrontam, não pode deixar também de se referir que muitas vezes são as cidades que mais reagem e combatem as consequências indesejadas dessas crises. As cidades encerram em

si um potencial de investimento, talento, criatividade e inovação que as dotam de especiais recursos para enfrentar e contornar as consequências mais hostis destas crises. Assistindo-se inclusivamente nestes contextos às tentativas mais estruturadas para debelar os fatores promotores dessas crises, quando estes não se restringem a causas exclusivamente naturais, ou quando estes podem ser de algum modo influenciados pela ação humana. A espessura institucional mais densa que caracteriza a realidade urbana, dota as cidades de um leque diversificado de agentes de desenvolvimento, cujas missões muitas vezes se complementam na perseguição do interesse coletivo geral, o qual muitas vezes exige a atenuação local dos efeitos adversos das mais variadas crises. Tal desafio, por mais ambicioso que seja, é sempre mais eficazmente enfrentado quando para ele concorre a ação conjunta de organismos públicos diversos, mas também de múltiplas entidades do setor privado, assim como da ação das instituições derivadas da capacidade organizativa da sociedade civil (Santos, 2010).

Vários exemplos podem ser mencionados da forte resiliência urbana a perturbações extremas que por vezes ocorrem, mesmo que de modo mais ou menos inesperado e imprevisível. Refira-se os casos em que as crises humanitárias resultantes de conflitos armados dão origem a profundas carências das populações afetadas, sendo estas muitas vezes forçadas a procurar refúgio nos países vizinhos e, como já referido, procurando instalar-se quase sempre nas suas principais cidades. Essa preferência locativa decorre em parte da maior probabilidade de nessas cidades esses indivíduos poderem beneficiar de redes de apoio e solidariedade que possam ajudar a satisfazer as suas necessidades mais prementes, quer ao nível da sua segurança, mas também dos cuidados de saúde, alojamento ou alimentação. Mas também por ser nas cidades que mais facilmente podem concretizar outros desejos e vontades, como os associados às intenções de ingresso no mercado de trabalho, na tentativa de o mais rapidamente possível restabelecerem o controlo sobre os seus projetos de vida. A um outro nível, pode referir-se o caso das crises ambientais associadas à voracidade do consumo dos recursos energéticos não renováveis. Se é verdade que são as cidades os principais sorvedouros destes recursos, também é em contexto urbano que se assiste aos maiores esforços de conceção, aplicação e difusão de novas soluções tecnológicas que visam aumentar a eficiência energética dos modos de transporte, dos processos produtivos, das soluções construtivas, dos modelos de gestão de redes infraestruturais, entre muitos outros campos de inovação no domínio energético.

As cidades estão assim sob a influência do efeito tenaz resultante da aplicação destas duas forças de sentidos opostos. Se por um lado são o palco onde se manifestam os principais efeitos e repercussões das mais relevantes crises com que as sociedades atuais se confrontam. Por outro lado, são igualmente os contextos onde estão reunidos os recursos mais eficazes para lidar com as consequências dessas crises, conseguindo estes mobilizar-se para muitas vezes atenuar ou mesmo esbater algumas das influências mais hostis dessas crises. É especialmente relevante constatar que, curiosamente é por via da **acção** simultânea destas duas forças que se impulsiona muita da dinâmica de evolução das cidades, a qual, abundantes

vezes, acaba por favorecer a adaptação da sua população às novas oportunidades e também aos novos desafios e exigências que constantemente vão emergindo nas nossas sociedades.

São múltiplos os casos de como as crises e a reação que estas promovem, se revelam motores indutores de processos de transformação urbana, processos esses que muitas vezes se articulam e contribuem para mudanças sociais mais amplas e até estruturais. Como quando um episódio de destruição do edificado na sequência de um conflito bélico ou um desastre natural desencadeado por um terremoto ou tsunami, constituem o motivo e o pretexto para projetos inovadores de renovação urbana com a aplicação de novos princípios e diretrizes de planeamento, com a concretização dos quais se prepara e adequa a cidade às exigências emanadas pelos novos desafios das sociedades pós-industriais e hedonistas. Ou o caso de crises sanitárias e de saúde pública como a que a humanidade presentemente enfrenta associada à pandemia da COVID-19, e a oportunidade que a mesma está a revelar para a adequação das cidades à massificação do teletrabalho, apesar de este ser uma prática já conhecida e aplicada desde a década de 70 do século XX e decorrente da transição para a era digital em que vivemos (Nunes, 2008). De facto, a difusão do teletrabalho como uma das respostas a esta crise é uma tendência em curso que está a promover processos variados de transformação urbana, os quais no seu conjunto vão contribuindo para uma mais intensa e progressiva generalização de um diferente modo de organização do trabalho. Este é sucintamente caracterizado por uma elevada flexibilidade geográfica no desempenho da atividade profissional, flexibilidade essa proporcionada pelas potencialidades inerentes às redes digitais de telecomunicação e às aplicações telemáticas de trabalho à distância. Entre esses processos de transformação urbana que estão associados a esta tendência de maior vulgarização do teletrabalho, encontram-se os que decorrem do modo como esta crise está a afetar o mercado imobiliário, nomeadamente com a crescente valorização das habitações que conseguem garantir uma melhor conciliação em ambiente doméstico das responsabilidades profissionais com a vida familiar. Pode também referir-se o modo como o teletrabalho está a afetar o funcionamento dos sistemas de transporte que vão progressivamente se adaptando a horários de trabalho mais diversos e dessincronizados. Ou ainda o modo como nas cidades se intensifica e vulgariza o aparecimento de espaços de *coworking*, pela sua especial adaptação às exigências de um número crescente de nómadas digitais, que podendo tirar partido do teletrabalho optam por variar continuamente o seu local de residência, descobrindo e explorando destinos diferentes enquanto continuam a assumir as suas responsabilidades profissionais.

Para concluir, importa referir que o modo como as cidades são afetadas pelas crises e a forma como reagem a elas não é de modo algum uniforme. *Grosso modo* é possível categorizar quatro tipos de cidades, embora com a debilidade inerente a qualquer tipologia e ao esforço de generalização e simplificação da realidade. Por um lado, temos as cidades que são afetadas pelas crises e que simplesmente aguardam que os efeitos nefastos destas deixem de se fazer sentir. Por outro lado, as cidades que replicam estratégias de reação às crises, sem grande esforço de reflexão acerca da

pertinência dessas respostas face às especificidades do seu contexto. Destacam-se ainda aquelas cidades que enfrentam as crises procurando identificar as melhores respostas locais face à sua realidade própria (a sua história, a sua demografia, a sua economia, o seu tecido institucional, a sua estrutura governativa, etc.). E, por fim, as cidades cujo planejamento das suas estratégias de desenvolvimento beneficia do contributo de urbanistas visionários, capazes de antecipar crises que ainda não se manifestam, mas para as quais existem já sinais que fazem vislumbrar a sua ocorrência e repercussões.

Na primeira categoria encontram-se as cidades que ignoram ou desvalorizam o potencial regenerador que algumas crises encerram para os seus processos de transformação urbana. A título exemplificativo refiram-se aquelas que não promovem qualquer esforço ao nível da criação de planos estratégicos de mitigação e adaptação às alterações climáticas em curso, parecendo acreditar que estão imunes às inúmeras consequências do aquecimento global ou parecendo ignorar o efeito da ação local na manifestação de forças globais.

Na segunda categoria podem agregar-se as cidades que simplesmente mimetizam soluções, replicando reações desenhadas e testadas noutros locais como resposta às crises em curso, procurando assim as suas estruturas de administração, sobretudo, demonstrar que estão sintonizadas com os grandes desafios da contemporaneidade e com as preocupações que estes encerram. Por exemplo, na sequência da crise ambiental e da premência de políticas promotoras de uma mobilidade urbana mais sustentável, difundem-se os exemplos de introdução de frotas de transportes públicos movidas a energias renováveis ou a aposta na criação de ciclovias, sem uma prévia reflexão sobre se no seu contexto não se justificaria equacionar e priorizar outro tipo de respostas mais adequadas às especificidades locais.

Na terceira categoria desta tipologia encontramos as cidades que na definição das suas estratégias de desenvolvimento e das iniciativas de reação às crises em curso, reconhecem os inúmeros problemas inerentes à transferibilidade das políticas urbanas. Embora possam ser muito eficazes numa qualquer outra cidade, tal não significa que na singularidade de um outro contexto essas mesmas políticas consigam alcançar resultados semelhantes ou sejam até as mais adequadas. Estas cidades enfrentam muitas vezes as crises com respostas criativas e inovadoras, mas sobretudo ajustadas à sua realidade e às suas características, mobilizando para tal o potencial único dos seus recursos próprios (população, instituições, património, redes, ...).

Por fim, na última categoria desta sistematização encontram-se as cidades em que, num dado momento da sua história, foi possível não só detetar profundos processos de transformação urbana que derivaram das crises que então se fizeram sentir e/ou das respostas aplicadas no combate a essas crises, mas também da antecipação de crises futuras cujos prejuízos para a cidade ainda não se manifestavam. O carácter visionário de alguns urbanistas esforça-se por preparar o planejamento destas cidades para os desafios do longo prazo. Por exemplo aquelas que mais precocemente identificaram

os constrangimentos da crise energética e da excessiva dependência do automóvel privado, foram aquelas que mais apostaram na estruturação de sistemas e transportes públicos eficientes, ou, por exemplo, no ensaio de novas políticas de miscigenação dos usos do solo em contraponto às mais tradicionais práticas de gestão urbanística favorecedoras do zonamento funcional do espaço urbano.

Referências

Fujita, K. (2013). *Cities and crisis. New critical urban theory*. Londres: SAGE Publishing. <http://dx.doi.org/10.4135/9781446288436>

Konvitz, J. (2016). *Cities and crisis*. Manchester: Manchester University Press.

Nunes, F. (2008). Using telework and e-work as flexible working alternatives. In G. Putnik & M. M. Cunha (Eds.), *Encyclopedia of networked and virtual organizations* (vol. III, pp. 1730-1734). Hershey: Idea Group Reference.

Santos, R. (2010). As cidades e a urbanização na contemporaneidade. Crise nas cidades ou crise das cidades. *Revista Terra Livre*, 1(34), 69-78. <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/311>

Crise societal e turismo – o (re)caminho do global para o local

Paula Remoaldo

Professora Catedrática do Departamento de Geografia (Instituto de Ciências Sociais da
Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-9445-5465

A consciência da crise societal

Este pequeno ensaio almeja verter para o “papel” a leitura de uma geógrafa e cidadã, sem ambição de concretizar um texto de cariz científico. Como cientista social, assumo a obrigação do código deontológico que me é imposto, que dificulta a possibilidade de “esculpir” algo mais emotivo sobre um problema que atinge a vida de muitos cidadãos.

Como portuguesa, tenho assistido a várias crises em vários domínios da sociedade onde me integro. Ciente e consciente de algumas particularidades associadas geralmente ao povo português, e que José Gil (recorde-se a este propósito a sua obra *Portugal, hoje – O medo de existir*, de 2007) e outros filósofos e ensaístas portugueses têm insistido em denunciar, eis que, pela primeira vez, em 2020, sou confrontada, de forma quase síncrona, tal como todos os restantes 7.520.850.574 habitantes do planeta Terra (estimativa assumida pelo Population Reference Bureau na tarde de 4 de outubro de 2020¹), com uma nova força invisível e criadora de uma crise diferente.

É uma crise que foi apelidada de sanitária e que, pela primeira vez, manifesta o potencial de atingir todos os seres humanos num muito curto espaço de tempo. Uma crise sanitária que depressa conduziu a uma crise económica e social e que todos os dias reivindica a atualização do número de atingidos, quer em termos de doença COVID-19, quer em termos do número de pessoas em risco de desemprego e de pobreza. Uma crise que nos levou a constatar que não somos invencíveis e que chama a atenção para a necessidade de partilha e de solidariedade. Uma crise que contraria o período pós-moderno e trans-moderno, onde nos inserimos, em que muitos seres humanos alcançaram um significativo empoderamento em termos educacionais e de literacia em saúde, mas que os tornou também em seres pouco felizes, e que acreditam na sua quase invencibilidade.

Desta vez, sem termos certezas sobre a sua origem, surgiu um novo coronavírus (o coronavírus SARS-CoV-2), que inicialmente acautelou os mais jovens e que, pela sua difusão de forma quase exponencial, tem revelado novas dinâmicas, quer na sua composição quer na sua difusão e respetivos padrões espaciais, quer ainda nos seus impactes.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e um elevado número de investigadores vão alertando para a possibilidade de virmos a ser fustigados por novas ameaças num futuro próximo. Uma das ilações que podemos retirar da atual pandemia da COVID-19 é que o risco de contrair COVID-19 tem sido desigual e que não estamos todos a correr o mesmo risco de contrair a doença. Os que possuem uma mais consistente literacia em saúde estão em situação menos vulnerável. O lugar onde residem também tem influência no acesso ao sistema de saúde, quando necessitam do mesmo, e a eficiência do sistema também desempenha um papel relevante.

¹ Ver www.prb.org

Mas como é que chegámos a este cenário? O risco de pandemias e as suas implicações em termos económicos e sociais tem sido enunciado por muitos investigadores e organizações internacionais, tendo sido habitualmente pouco escutados pela classe política. O World Economic Forum (2019, 2020) tem sido uma das instituições que tem insistido na erosão que se tem vindo a verificar da solidariedade internacional, que deveria constituir o alicerce da governança global (Remoaldo, no prelo-a; Remoaldo, no prelo-b). Acresce ainda a dificuldade em assumir os impactes das alterações climáticas mesmo sabendo-se que, entre outros efeitos, estas tendem a aumentar a incidência de doenças infecciosas (Remoaldo, no prelo-b).

A crise no turismo

Ainda que possuam particularidades que, em certas circunstâncias, os tornam mais vulneráveis em termos económicos e denunciem algum “medo” em acreditar nas suas potencialidades, os portugueses têm demonstrado uma elevada capacidade de resiliência e de adaptação às mudanças que vão ocorrendo em vários domínios da sociedade ocidental.

Na atividade turística, as particularidades do povo português, em competição com as de outras culturas, têm-se revelado positivas/únicas e têm possibilitado o desenvolvimento de inúmeros destinos. A hospitalidade, o culto tão recordado por António Barreto nos anos de 1990 de que os estrangeiros (os outros) devem ser usados como modelo (preferencialmente os mais difíceis de alcançar, como os povos do Norte da Europa), juntamente com as características da nossa paisagem e outros atributos histórico-culturais nacionais foram-se conjugando para termos assistido a um crescimento substancial do número de turistas.

Os dados mais recentes confirmam que, em 2019, Portugal recebeu 24,6 milhões de turistas, correspondendo a um crescimento de 7,9% face ao ano anterior (INE, 2020a). Tal constituiu um aumento superior ao evidenciado a nível internacional, que abrandou em 2019 (+3,8%), situando-se em 1,5 mil milhões de turistas (+54,0 milhões face ao ano de 2018) (INE, 2020a).

Felizmente, sobretudo na última década, aprendemos a acreditar nos nossos recursos e atrativos turísticos e a preservar o nosso património. Era notório o crescente reconhecimento por parte dos turistas que nos visitavam de outros países, mas os portugueses manifestavam alguma dificuldade em avaliarem de forma positiva o potencial patrimonial que possuíam e tiveram que realizar uma aprendizagem lenta. Recebemos, entretanto, vários prémios internacionais, estando entre eles o de melhor destino mundial, contribuindo de forma destacada as características da nossa paisagem, assim como da nossa cultura.

Entretanto, o ano de 2020 tem coincidido com uma crise acentuada global na atividade turística. Tal deriva do facto de ser um setor económico com fâcies globalizante e um poder amplificador, decorrente da relação que mantém com um número significativo de outros setores (por exemplo, transportes, restauração e hospedagem, animação

cultural). Em setembro de 2020, no relatório que nessa altura o INE publicou (2020b) foi confirmado que, em julho do mesmo ano, o setor do alojamento turístico registou 1,0 milhões de hóspedes e 2,6 milhões de dormidas. Estes dados corresponderam a variações homólogas de -64,0% e -68,1%, respetivamente, com uma recuperação em relação ao mês de junho (INE, 2020b). Não obstante, em termos homólogos, a hotelaria contribuiu mais para o decréscimo (-70,4% de dormidas), assim como os estabelecimentos de alojamento local (-65,5%), do que o turismo no espaço rural e de habitação (-22,7%) (INE, 2020b).

Concomitantemente, nos primeiros sete meses de 2020, os residentes em Portugal foram os que contribuíram mais para que a crise não fosse ainda mais profunda na atividade turística, já que a diminuição de 66,4% nas dormidas totais resultou de variações de -48,1% nos residentes e de -73,9% nos não residentes (INE, 2020b). Este facto denota a importância que o turismo doméstico passou a ter no período on-going da COVID-19, que deverá manter-se nos próximos meses.

O futuro que ambicionamos ... até para o turismo

Este subtítulo tem a sua pertinência em termos de escolha. O futuro que ambicionamos e que queremos... até para o turismo? O futuro que ambicionamos e pelo qual estamos dispostos a lutar? Ou o futuro que ambicionamos... até para o turismo, mas que dificilmente alcançaremos?

A geração à qual pertença, nascida na década de 1960, tem um papel determinante a desempenhar nesse futuro que ambicionamos alcançar. Vivenciámos um pequeno período de ditadura em Portugal e assistimos e participámos num já longo período de democracia, que nos deveria vincular a alguma maturidade cultural e social.

Os que têm uma vivência mais longa do que a minha podem já não ter possibilidade nem vontade de serem ativos na consecução desta ambição. Compreendo-os. Parte deles foram também ambiciosos e lutadores noutra período da sua vida.

Se os mais maduros podem não estar disponíveis para ou com dificuldades em o fazer, por seu turno, os jovens, que conseguem conectar-se e interagir de forma mais rápida do que as outras gerações, podem não ter outro futuro senão aquele pelo qual têm que lutar. Não obstante, mais do que nunca, precisam do suporte da nossa geração, pois pertencem a uma geração que necessita de algum tempo para amadurecer e até para aprender a lutar por causa sociais. Temos proporcionado, pela educação que lhes fomos facultando nas últimas décadas, que assim sejam.

Em tempos de crise pandémica, novas possibilidades se abrem. Aliás, a palavra crise pressupõe sempre um período antónimo, por vezes pouco preditivo, de bonança, de avanço, de crescimento, de progresso e até de desenvolvimento.

Ainda que o período de COVID-19 se prolongue no tempo, as pessoas vão continuar a viajar, com adaptações ao cenário existente e com diferenças para o crescimento que

a World Tourism Organization previa que acontecesse nos próximos anos, à escala global. Os jovens serão seguramente um grupo importante a considerar, até porque é baixo o risco de se confrontarem com consequências graves em caso de infeção por COVID-19, comparativamente com os mais velhos. A sua/nossa vivência assim o exige já que cada vez mais precisam/precisamos de pausas da nossa escravatura laboral, para descansar, refletir e encontrar novos significados para a nossa vida. A situação de anomia (recordada por Émile Durkheim) em que vivemos também exige que dediquemos alguma parte da nossa vida a viajar.

Paralelamente, continuaremos, em período de crise, a assistir a um movimento contrário ao de refúgio nas grandes cidades (ainda que seja prematuro afirmar qual será a sua real dimensão), a que se foi assistindo em muitos países, inclusive no nosso país. A densidade populacional foi aumentando e conduzindo à identificação de novos problemas associados às cidades, que, desde a sua origem, têm revelado características pouco positivas, ainda que não as queiramos identificar.

O eminente urbanista Richard Florida tem-nos ajudado, nos últimos anos, a fazermos uma reflexão sobre o papel das cidades no acentuar das desigualdades sociais. Depois de ter enaltecido, no início dos anos 2000, o papel das grandes cidades, reconheceu, em 2017, várias forças na nova crise urbana, destacando-se a segregação espacial, a gentrificação e as desigualdades de vária índole.

Por seu turno, as grandes cidades têm revelado que são mais vulneráveis no caso da difusão de doenças infecciosas. Como a relação ambiente-sociedade-ser humano tem vindo a alterar-se de forma muito rápida nas últimas décadas e como continuará nesse caminho, parece ter chegado a oportunidade dos espaços menos urbanizados, quer para viver quer para visitar. No caso da escolha de residência, isso pressupõe uma atitude disruptiva (porque pressupõe a rutura em várias dimensões da nossa vida), enquanto no caso da visita parece ser mais fácil de concretizar.

Se nos focarmos num segmento turístico pouco massificado, como é o caso do Turismo Criativo, Portugal poderá dar um contributo sustentado neste domínio a nível internacional. Este tipo de segmento tem crescido no nosso país, assim como noutros países do Sul da Europa, resultante do rico património material e imaterial existente e da saturação que atingiu o modelo de turismo cultural massificado (Remoaldo et al., 2019). O turismo criativo possibilita ao turista a descoberta do seu potencial criativo e a construção de experiências únicas e dificilmente repetíveis. Também é atenuada a relação desigual que costuma ser registada entre turistas e residentes, devido ao poder que é dado a estes últimos.

Os territórios de menor densidade poderão dar um bom contributo, ajudando a acautelar parte do rico património que está em risco de desaparecimento. O progressivo envelhecimento demográfico registado nesses territórios tem ajudado a que o risco aumente e seja cada vez mais real, mas ainda podemos recuperar parte do tempo perdido.

(Re)Caminhar do global para o local pode parecer um caminho difícil de ser trilhado, mas com parcerias (sempre difíceis de gerar) entre os vários stakeholders, começando pelos empresários e associações interessadas em desenvolver um turismo menos massificado, assim como um maior diálogo com as autarquias, o mesmo será menos penoso de fazer. Afinal, trata-se de proporcionar ao turista um contacto o mais genuíno possível com as suas raízes, fazendo-o sentir-se como um “local”, um cidadão do lugar que visita.

As universidades de quarta geração também têm um papel central a desempenhar nesta ambição. O que é que um professor universitário pode fazer? Qual é o seu papel? No caso da ciência geográfica, pode representar, mapear, procurar a “verdade territorial”, usar as tecnologias que temos ao nosso dispor. Por exemplo, fazer uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e pôr em ação a respetiva vontade de encontrar e denunciar padrões e injustiças espaciais e até ajudar a prever o futuro é claramente exequível, tal como o fez há décadas o geógrafo Peter Gould (1993), aquando da análise da difusão de um outro vírus, o do VIH/SIDA e nos Estados Unidos da América. Os académicos, estando entre eles os geógrafos, também devem proporcionar uma maior participação da sociedade civil nas atividades que realizam, que aparecem muitas vezes demasiado centradas na comunidade científica. Todos os saberes devem e podem ser mais partilhados.

É aqui que entra também o importante papel das gerações mais jovens. Estas têm revelado um novo modo de vida e têm acusado os da nossa geração de sermos demasiado consumistas e de não acautelarmos o futuro do planeta.

As gerações mais jovens têm vindo a ganhar mais consciência de que têm que viver com menos recursos e bens materiais (apesar de estarem inseridas numa sociedade que instiga diariamente ao bem-estar individual), o que não equivale a dizer com menos qualidade de vida (este último conceito também tem sofrido alterações nas últimas décadas). Temos necessidade de tornar mais visíveis e mais eficientes as várias Greta Thunberg que começam a proliferar em Portugal. Neste sentido, tem que ser efetivado um contrato social entre as várias gerações e importa pôr no terreno uma governança nacional e regional mais sustentável.

Referências

Florida, R. (2017). *The new urban crisis. How our cities are increasing inequality, deepening segregation, and failing the middle class – and what we can do about it*. Nova Iorque Basic Books.

Gil, J. (2007). *Portugal, hoje – O medo de existir*. Lisboa: Relógio D'Água.

Gould, P. (1993). *The slow plague: a geography of the AIDS pandemic*. Oxford: Blackwell Publishers.

INE. (2020a). *Estatísticas do Turismo*. Lisboa.

INE. (2020b). *Síntese INE @ COVID-19, 25.º reporte semanal*. Lisboa.

Remoaldo, P., Matos, O., Freitas, I., Lopes, H., Ribeiro, V., Gôja, R. & Pereira, M. (2019). Good and not-so-good practices in creative tourism networks and platforms: an international review. In G. Richards & N. Duxbury (Eds.), *A research agenda for creative tourism* (pp. 167-181). Londres: Edward Elgar Publishing.

Remoaldo, P. (no prelo-a). Creative tourism: what is the role of urban and rural territories? In P. Remoaldo, O. Matos, V. Ribeiro & J. Alves (Eds.), *Tourism innovation and sustainability of territories: contribution of creative tourism in South Europe*. Berlim: Springer.

Remoaldo, P. (no prelo-b). Criatividade em turismo em período de pandemia COVID-19 – a ambição e o papel do local no global. In *A Universidade do Minho em tempo de pandemia, Tomo III*. Braga: Editora UMinho.

World Economic Forum (WEF). (2019). *The global risks report 2019*. Genebra: WEF. http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2019.pdf

World Economic Forum (WEF). (2020). *The global risks report 2020*. Genebra: WEF. http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risk_Report_2020.pdf

Crise e território

Virgínia Teles

Professora Auxiliar do Departamento de Geografia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-3088-4930

Sim, foi essa
A primeira miséria, a deserção
Dos deuses. A segunda, a sua morte,
Já na morte de Pã anunciada
Pelo lamento dos bosques, o clamor
Lutuoso das ilhas do Egeu.
Esse grito o escudou o outro Friedrich,
Dionysos de seu nome, o europeu,
O anunciador, o que caminha
Sobre águas estagnadas e parece,
Ao afundar-se, desenhar no lodo
Um mapa para o qual não há leitura.
(Correia, 2012, p. 24)

Entender a crise na sua relação com o território convoca-nos à compreensão das múltiplas relações que se podem estabelecer entre estes dois conceitos. Não obstante, falar de crise é por si só abrir um leque de possibilidades às suas múltiplas conexões. Usa-se e abusa-se da utilização do termo *crise*, nem sempre em contextos e significados coincidentes, o que dificulta a sua definição. A crise de valores, a crise económica, a crise da democracia, a crise energética, a crise climática e, atualmente, a crise pandémica assumem-se, entre outras, como partes compósitas do mosaico deste conceito. Contudo, é consensual que a crise é uma disrupção com a situação anterior, um bloqueio ou obstáculo, que se materializa numa nova realidade. As ameaças económicas, as tecnologias da informação, os conflitos bélicos e os desastres naturais são exemplos disso.

Os desastres ou as catástrofes naturais representam uma verdadeira ameaça ao desenvolvimento dos países, pois ao afetarem o território e a própria população terão, a médio e a longo prazo, consequências sociais, económicas e mesmo políticas, de intensidade variável. Os governantes verão limitada a capacidade de gestão dos recursos enquanto as populações verão aumentada a sua vulnerabilidade, podendo instalar-se no seu seio estados de alguma insegurança.

É neste sentir de insegurança e medo que as questões da segurança devem ser contempladas, mesmo que seja no seu sentido mais clássico: o de ameaça ao Estado. A segurança dos países foi, até aos anos 70, entendida exclusivamente em termos de ameaças militares, todavia é-nos agora fácil perceber que a segurança de um determinado território pode ser comprometida por ameaças de outra ordem: a) a globalização, com as suas interdependências económicas; b) as disparidades regionais, com os movimentos migratórios que origina a nível mundial; c) a desintegração de determinados regimes políticos e a multiplicidade de Estados, com delimitação ainda incerta no sistema político internacional; d) a propagação de doenças como o VIH/SIDA, Ébola (EVD), Dengue, COVID-19 (SARS-Cov-2); e) organismos geneticamente modificados; f) destruição da camada de ozono; g) deflorestação; h) desaparecimento de espécies animais e vegetais raras, são algumas delas.

A incerteza e a insegurança são geradas por novos riscos, o que justifica que as sociedades atuais, ditas pós-modernas, se preocupem, cada vez mais, com os riscos naturais, os riscos tecnológicos, os riscos biológicos e os riscos económicos e sociais. A contemporaneidade caracteriza-se por um período de mudanças, incertezas, transição histórica a que Boaventura Sousa Santos (2008) chama de desregulação, de crise.

É a pensar nos conceitos de risco e crise que recordo os ensinamentos de Fernando Rebelo (1999) sobre a “teoria do risco” (Faugères, 1990), organizada em torno da sequência de três conceitos *risco – perigo – crise*. Para o autor existe uma continuidade temporal entre eles, o primeiro corresponde à probabilidade de ocorrência de um processo perigoso, o segundo marca, através de diferentes sinais, a iminência da manifestação do risco e, o terceiro, o da manifestação efetiva do risco através de um acidente, de um desastre ou de uma catástrofe. Quando a crise se manifesta podemos dizer que o risco se materializou, passou do domínio do provável para o domínio do real, momento em que é necessário desencadear os processos de gestão da emergência, acionar os meios de socorro e nos casos mais graves, porque mais intensos ou de maior abrangência espacial, criar as condições de recuperação económica e social.

O estudo do risco analisa a probabilidade de ocorrência de um processo perigoso (perigosidade ou *hazard*) num determinado tempo (probabilidade) e num determinado espaço (susceptibilidade) e as consequências previsíveis sobre a sociedade, o ambiente e o território (vulnerabilidade) expressa na exposição da população, no valor dos bens potencialmente afetados ou o grau de perda dos elementos expostos mas, também, no modo como a sociedade reage e recupera de uma situação de crise, ou seja, qual o grau de resiliência e capacidade de adaptação que apresenta. Interessa aqui dar destaque à vulnerabilidade, importarmo-nos, como diz José Gomes Canotilho (2008), com os “contornos sociais do risco, onde se incluem as pegadas dos dinossauros humanos, umas vezes assentes em réguas e esquadros dos modernos planificadores das ‘mediapolis’, outras vezes incrustados em vivências trágicas de pobreza”. Sem a investigação da dimensão social do risco pouco mais conseguimos que uma “semântica de risco”.

É essencial conhecer a vulnerabilidade dos indivíduos, das comunidades e dos territórios e, sobretudo, perceber o modo como as características económicas, sociais e culturais ajudam a enfrentar, resistir e recuperar de uma crise. Embora se saiba que o caráter completamente reversivo é pouco frequente no domínio dos riscos, quanto mais rapidamente se possam restabelecer as condições iniciais, menos vulnerável é uma sociedade. E, sem dúvida, que a capacidade das sociedades em escapar, em resistir, ou em reparar os efeitos dos fenómenos naturais, passa pela ação dinâmica e ativa do ordenamento do território, do planeamento e da gestão da crise.

Existem, na opinião de J. Ferrão (2015), “ao mesmo tempo, regiões, grupos sociais e indivíduos que estão desigualmente expostos e revelam diferentes sensibilidades aos impactos de uma crise, ou seja, o seu grau de vulnerabilidade, e também a

sua capacidade de adaptação, são desiguais, tornando ainda mais complexa a compreensão dos seus impactos”. Se pensarmos no território nacional, podemos constatar, a diferentes escalas, que tem aumentado a assimetria entre territórios e os grupos sociais que os apropriam. O exemplo da dicotomia urbano-rural permite perceber que nos territórios rurais de baixa densidade, os lugares mais remotos, o despovoamento, o envelhecimento, a perda de equipamentos, são fatores determinantes que fazem baixar a exposição de pessoas e bens, não obstante, fazem aumentar a vulnerabilidade dos que ficam (Cunha, 2013).

O território é uma construção, não é algo predefinido ou estável. A ideia de território vai-se construindo pelo conjunto de leituras, representações, discursos e debates colectivamente produzidos em torno daquilo que se (re)conhece como qualquer coisa de comum e que confere sentido à realidade (Domingues & Travassos, 2015). É, também, o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder, e pelo facto de possuir limites e fronteiras, trona-se num espaço de conflitualidades (Marques, 2010). Há uma multiplicidade de territórios, na medida em que as relações sociais produzem, de modo contínuo, novos espaços e novos territórios de contornos contraditórios, interdependentes e conflituosos.

Que se construam territórios de resistência para vender a crise.

Referências

- Canotilho, J. G. (2008) . Prefácio: A procura da segurança perdida. *Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente*, 22, 5.
- Correia, H. (2012). *A terceira miséria*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Cunha, L. (2013). Vulnerabilidade: a face menos visível do estudo dos riscos naturais. In L. Lourenço & M. Mateus (Eds.), *Riscos naturais, antrópicos e mistos. Homenagem ao Professor Fernando Rebelo* (pp. 153-165). Coimbra: Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4735.8802>
- Domingues, A. & Travasso, N. (Eds.) (2015). *Território: Casa comum. Morfologias e dinâmicas do território*. Porto: Circo de Ideias/FAUP.
- Faugères, L. (1990). Les risques naturelles. *Bulletin de l'Association Géographie Française*, 89-98.
- Ferrão, J. (2015). Prefácio: Condicionantes locais e económicas da saúde mental em contexto de crise: um roteiro para uma questão complexa. In P. Santos (Ed.), *Território e saúde mental em tempos de crise* (pp. 4-9). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. https://www.uc.pt/fluc/gigs/Publicacoes/Territorio_Saude_Mental_Tempos_Crise.pdf
- Marques, A. (2010). Da construção do espaço à construção do território. *Fluxos & Riscos*, 1, 75-88. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/article/view/2496>
- Rebelo, F. (1999). A teoria do risco analisada segundo uma perspectiva geográfica. *Cadernos de Geografia*, 18, 3-13. http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_18_1
- Santos, B. S. (1994). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

Crises e proteção civil

António Bento Gonçalves¹, António Vieira² e Francisco Costa³

¹ Professor Auxiliar do Departamento de Geografia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-9646-156X

² Professor Auxiliar do Departamento de Geografia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0001-6807-1153

³ Professor Auxiliar do Departamento de Geografia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0001-7041-7811

A Proteção Civil é uma das temáticas mais presentes nos debates da atualidade nacional e internacional em diferentes escalas. Com efeito, sobretudo a partir do final do último quartel do século passado, a gestão das crises tem assumido uma importância crescente, quer como consequência da ocorrência de eventos extremos, cada vez mais recorrentes e destruidores, quer em consequência de uma muito maior divulgação mediática e de um nível muito superior de exigência, por parte da sociedade.

A Proteção Civil em Portugal

Em Portugal, segundo a Lei nº 27/2006, de 3 de julho (Lei de bases da Proteção Civil - alterada pela Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, que republica o diploma),

proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas, autarquias locais, cidadãos e por todas as entidades públicas ou privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidentes graves ou catástrofes, de atenuar os seus efeitos e de proteger as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorrerem.

De acordo com o mesmo diploma, “o organismo responsável por planejar, coordenar e executar a política portuguesa de proteção civil é a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil” (ANEPC), que, a partir de 1 de abril de 2019 (Decreto-Lei nº 45/2019 de 1 de abril), veio substituir a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), fruto de a uma reorganização/reestruturação. A ANEPC prossegue atribuições no âmbito do planeamento civil de emergência, da previsão e gestão de riscos e planeamento de emergência de proteção civil, da atividade de proteção e socorro, dos recursos de proteção civil e no âmbito da atuação dos bombeiros.

São vários os domínios de atuação da proteção civil: 1) levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos; 2) análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco; 3) informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades; 4) planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações; 4) inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local, regional e nacional; 5) estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais; 6) previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos.

Alterações climáticas, território e riscos naturais em Portugal

O *The Global Risks Report 2017* (WEF, 2017) identifica os eventos climáticos extremos, a falta de água, os grandes desastres naturais e as falhas na mitigação e adaptação

às mudanças climáticas entre os principais riscos globais em termos de impacto sobre a vida e a atividade humana.

Em Portugal, “as mudanças climáticas agravarão vulnerabilidades já existentes hoje, nomeadamente a pressão e perda de territórios litorais, a severidade de secas e de incêndios rurais associados a eventos extremos e condições climáticas mais adversas, bem como a suscetibilidade à desertificação” (Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro).

O aumento da temperatura, conjuntamente com a alteração dos padrões da precipitação e a subida do nível médio do mar são as principais manifestações das alterações climáticas em Portugal. Agravados pelo aumento de eventos meteorológicos extremos, os efeitos das alterações climáticas vão ter expressões territoriais muito diferenciadas, sendo também um fator de injustiça social, com consequências sobre as desigualdades intra e intergeracionais.

A esta realidade soma-se o facto de, nas últimas décadas, as mudanças sociais (na família, na estrutura etária e na mobilidade residencial) terem tido uma forte expressão territorial, exibindo vulnerabilidades socio espaciais. Neste contexto, o recente Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) (Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro) reconhece que, atualmente, em Portugal, a mitigação não é suficiente para lidar com as mudanças do clima, sendo por isso fundamental reforçar a adoção de medidas de adaptação.

Incorporação do conhecimento e cooperação entre instituições

Na sequência dos graves incêndios de 2017, foram vários os documentos (por exemplo, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020 de 16 de junho, que aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais ou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2018 de 18 de dezembro, que estabelece o modelo de formação na área de proteção civil) a reconhecer a carência de incorporação do conhecimento científico e técnico nas decisões operacionais. A referida Resolução do Conselho de Ministros apresenta uma reforma, assente em três princípios, o da “aproximação entre prevenção e combate”, o da “profissionalização e capacitação do sistema de gestão integrada de fogos rurais” e o da “especialização”, sendo que o terceiro exige o envolvimento das instituições académicas e científicas, com a intervenção de especialistas nas áreas relevantes, de modo a incorporar conhecimento nas ações de planeamento, prevenção e gestão de ocorrências, bem como a qualificação técnica de todos os intervenientes.

Com efeito, esta Resolução define ser necessário, no âmbito dos desafios que se colocam às autoridades de proteção civil, reponderar o modelo de formação atualmente existente, fazendo-o evoluir no sentido de promover uma maior articulação entre as entidades que atuam nesta área, designadamente através da criação de um consórcio de instituições de ensino superior que desenvolvam atividade de formação ou

investigação nas áreas relevantes para a proteção civil, especialmente nas seguintes áreas disciplinares: Proteção Civil, Geografia e Planeamento Territorial, Engenharias e Ciências Florestais ou Naturais, Meteorologia, Oceanografia e Geofísica, Sistemas de Informação Geográfica, Ordenamento e Gestão do Território.

As crises

São muitas e variadas as crises que assolaram, e assolam, o nosso país ao longo dos séculos, com a ocorrência de acidentes graves (ferroviários, aéreos, industriais, ...), epidemias, incêndios urbanos e florestais, inundações, secas, sismos... Com efeito, o nosso país, pela sua história, pela sua localização geográfica, pelo seu clima, pela sua orografia ou pela sua dinâmica demográfica, entre outras causas, configura-se como um território propenso à plena manifestação de múltiplos e variados riscos, especialmente no atual contexto de mudanças globais.

Podemos, a título de exemplo, lembrar que muito recentemente assistimos aos mais dramáticos incêndios da história de Portugal (2017), onde perderam a vida, diretamente encurraladas pelo fogo, 116 pessoas, e que, 2020 nos trouxe uma situação igualmente dramática, a COVID-19, tendo, até outubro, falecido mais de 2100 pessoas e registando-se uma necessidade de reorganização da sociedade, tal como a conhecíamos.

Ambas as crises são recorrentes, mas com um período de retorno muito diferente, pois, sem sermos exaustivos, relembramos que, Portugal, entre 1961 e 2019, sem contabilizar os bombeiros mortos em acidentes rodoviários (a caminho ou no regresso de incêndios florestais) viu perder-se a vida de 257 pessoas, sendo os anos mais dramáticos os de 1966, 1985, 1986, 2003, 2005, 2006, 2012, 2013 e 2017. Relativamente às pandemias, igualmente a título meramente exemplificativo, podemos referir a Gripe A (H1N1) ocorrida em 2009, causadora de 124 mortes (1.436 internados) e, principalmente, a Gripe Espanhola, que em Portugal ficou conhecida como a “pneumónica”, de 1918-1920, que terá sido responsável por mais de 60 mil mortos no nosso país.

Com efeito, atualmente, debatemo-nos com crises que, não sendo novas na sua essência, assumem, por vezes, uma grande dimensão, porque, em parte, os riscos aumentaram em funções dos novos modos de vida, da globalização e das mudanças globais, tudo isto a par de uma nova perceção da realidade por parte da sociedade e dos cidadãos, muitas vezes condicionada pelo imediatismo das redes sociais e pela espetacularização dos dramas, promovida por muitos meios de comunicação, em particular, pelas televisões.

Crises e proteção civil

A proteção civil é uma responsabilidade de todos, o que se torna particularmente evidente em caso de uma qualquer ocorrência, independentemente da sua natureza,

pois, num primeiro momento, a segurança de cada um depende de cada um de nós e dos que nos estão mais próximos.

A criação e assimilação de uma cultura de responsabilidade, individual e coletiva, que passa, por exemplo, por evitar comportamentos de risco, é um primeiro passo, mas essencial para que as atividades de proteção civil não se esgotem em ações de socorro e se possam focar no planeamento e na preparação e apresentem um elevado grau de prontidão. Nesse sentido, há que apostar numa sensibilização/formação/educação contínua, orientada e adequada aos diversos “públicos-alvo”, tendo em conta fatores tão diversos como a idade, a escolaridade, o ambiente e os riscos com que podem ser confrontados.

Mas, se a alteração de atitudes e comportamentos individuais e coletivos é uma área que carece de muito investimento, a estrutura institucional da proteção civil, precisa, igualmente, de ser profundamente melhorada. Com efeito, os dois exemplos de crises apresentados anteriormente, vieram mostrar profundas debilidades no âmbito da cultura de autoproteção da população e de toda a estrutura da proteção civil, demonstrando claramente que o atual sistema não está preparado para enfrentar estas novas situações, as quais, se poderão tornar mais recorrentes, ou mesmo crónicas, num futuro muito próximo.

Assim, urge incorporar mais conhecimento científico e técnico nas estruturas operacionais, apostando na educação, na formação, na cooperação e na comunicação, tendo as universidades que ter um papel pró-ativo em todo este processo. Nesse sentido, a Universidade do Minho, por iniciativa do Instituto de Ciências Sociais (ICS), em parceria com a Escola de Engenharia, criou e implementou, com início em 2018/2019, a Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território. Trata-se de um curso universitário alavancado no Departamento de Geografia, mas que conta com a colaboração dos restantes departamentos do ICS, diversos departamentos da Escola de Engenharia, Escola de Ciências, Escola de Direito, Escola de Enfermagem, Escola de Educação e Escola de Psicologia.

O seu plano de estudos, multi e interdisciplinar, reflete uma visão da proteção civil onde a dimensão preventiva constitui a via para reduzir os efeitos das manifestações de riscos, seja pela adoção de medidas prévias, que permitam tornar os territórios mais resilientes, seja pelo reforço da implementação de medidas de adaptação, seja ainda, por uma melhor preparação de todos os envolvidos.

A Universidade do Minho, com esta oferta formativa, pioneira no âmbito das instituições públicas de ensino superior, em Portugal continental, deu um primeiro passo no sentido de, no âmbito da proteção civil, contribuir para alterar o perfil dos operacionais que, sendo especialistas no “saber fazer”, poderem incorporar o “saber como” e o “saber porquê”, competências fundamentais num mundo em rápida e profunda mudança e num país profundamente fragmentado, com um importante desequilíbrio entre o litoral e o interior.

Referências

Decreto-Lei nº 45/2019, de 1 de abril, República Portuguesa.

Lei nº 27/2006, de 03 de julho, República Portuguesa.

Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, República Portuguesa.

Lei nº 99/2019, de 5 de setembro, República Portuguesa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 176/2018, de 18 de dezembro, República Portuguesa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 45-A/2020, de 16 de junho, República Portuguesa.

World Economic Forum (WEF). (2017). *The global risks Report 2017*. http://www3.weforum.org/docs/GRR17_Report_web.pdf

3. CRISE E INOVAÇÃO

A emoção na comunicação de crise – aprendizagens de uma pandemia

Teresa Ruão

Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-9723-8044

O ano de 2020 parece irremediável e lamentavelmente marcado pela palavra “crise”, com consequências paradoxais. Uma crise de saúde pública (a pandemia de COVID-19) despertou as maiores emoções na população mundial, ao mesmo tempo que instigou a racionalidade da ciência na busca de soluções, influenciando de modo incomum a produção científica em todo o mundo. Um estudo de El Mohadab, Bouikhalene e Safi, de outubro deste ano, mostra que o tema foi amplamente tratado (com 23 mil artigos identificados, entre janeiro e maio de 2020, em três importantes bases de dados: Scopus, Web of Science e Pubmed), que tem particular expressão nas áreas da Medicina, Física, Química ou Engenharia, mas que tem igualmente influenciado a produção em Ciências Sociais, como, aliás, também atesta esta constatação de Fowler:

o apetite do público por mais informações sobre a COVID-19 é compreensivelmente insaciável. Os cientistas sociais foram rápidos a responder. Estes escrevem artigos em um ritmo record, e as revistas académicas estão a acelerar o processo de revisão para que esses novos e empolgantes resultados possam ser publicados em tempo útil e de modo proveitoso. (...)

Durante décadas, os cientistas sociais estudaram questões de grande importância para as pandemias e mais além: como devemos estruturar o nosso sistema político para melhor responder às crises? Como devem as respostas à crise ser coordenadas entre os governos locais, estaduais e federais? Como devemos implementar verbas de emergência para obter os maiores benefícios económicos? Como podemos comunicar melhor as informações de saúde ao público e maximizar o cumprimento das novas normas?” (Fowler, 2020, s.p.)

No contexto desta ampla produção científica, que apresenta ainda as limitações das observações feitas em cima do acontecimento (Fowler, 2020; Galea, 2020), é possível já perceber, pela análise da representação visual das palavras dominantes em parte dos artigos considerados no estudo de El Mohadab et al. (2020), por exemplo, que a comunicação, as organizações e os seus públicos são assuntos que chamam a atenção no âmbito da crise mundial (Figura 1).

Figura 1
Representação visual das palavras-chave predominantes em cerca de 10 mil artigos científicos sobre a COVID-19, identificados na base de dados Scopus, entre janeiro e maio de 2020
Fonte: El Mohadab et al., 2020, p. 14.



Contudo, para quem ensina e investiga na área da Comunicação Organizacional, as circunstâncias atuais não trouxeram nada de fundamentalmente novo, pois as crises (nomeadamente em saúde) são um tema recorrente, amplamente estudado e comprovadamente pouco cuidado pelas organizações contemporâneas (Coombs, 2014). Uma crise é um evento repentino e inesperado que ameaça afetar, ou mesmo interromper, a vida das organizações ou de outros grupos sociais. Por isso, são fenómenos carregados de emoções. Reações psicológicas que se exprimem no interior das comunidades que vivem os acontecimentos críticos e na leitura que deles fazem os seus públicos.

Mas a larga maioria da literatura sobre a gestão de crises parece mais atenta à necessidade de melhorar a eficácia dos sistemas, processos e modelos, do que em aprofundar os aspetos humanos, sociais e comunitários associados a um evento crítico. Por isso, propomo-nos refletir aqui sobre o papel da comunicação na cocriação de experiências positivas em situações de crise, através do envolvimento dos públicos num processo partilhado de compreensão da realidade e de construção de um sentido coletivo para os acontecimentos, que torne a experiência menos penosa para todos. Neste caminho, discutiremos o papel da *comunicação emocional* na resposta às crises organizacionais, aproveitando os resultados da produção científica mais recente e centrada na COVID-19.

Comunicar, comunicar, comunicar

Como foi já amplamente demonstrado pela pesquisa (Charoensukmongkol & Phungsoonthorn, 2020), as crises organizacionais trazem consigo, com frequência, contextos de elevada incerteza com consequências negativas na vida dos colaboradores. As alterações nas condições e rotinas de trabalho são as consequências que mais parecem preocupar as empresas e instituições, pelos seus impactos na produtividade. Mas há também efeitos na saúde mental que importa não esquecer. A exaustão emocional é, por exemplo, apontada por muitos como um problema psicológico comum, resultante da exposição a longos períodos de ansiedade e tensão.

O caso da crise COVID-19 constitui um exemplo de um acontecimento deste tipo e já deu origem a numerosos estudos e publicações, mas a verdade é que só perceberemos as suas consequências mais profundas na vida organizacional daqui a alguns anos. Ainda assim, tomando como exemplo um caso que nos é próximo, o das universidades (Knight, 2020), podemos referir que os impactos psicológicos negativos da pandemia têm sido grandes nas comunidades que compõem o ensino superior. O excesso de trabalho, a perceção de falta de segurança no emprego, a mudança de modelos de ensino ou o teletrabalho são reportados como causas de variados problemas de saúde física e mental, com efeitos na motivação e na performance das pessoas. Em contextos desta natureza, a comunicação é apontada como um elemento importante para reduzir os impactos negativos da crise na experiência dos indivíduos que fazem parte de uma organização, desempenhando

um papel fundamental na redução da incerteza (Verčič, Verčič & Combs, 2019; Charoensukmongkol & Phungsoonthorn, 2020). Uma comunicação da crise eficaz permite melhorar as percepções dos colaboradores sobre as inseguranças causadas pela crise e sobre os seus impactos, pois proporciona um entendimento mais claro da situação, ajuda a lidar com as circunstâncias e aumenta potencialmente a confiança na atuação dos líderes.

Na verdade, uma comunicação clara, completa e atempada ajuda os indivíduos a interpretarem um conjunto de dados e informações complexas e inusitadas. Mas uma mensagem meramente informativa não parece ser suficiente para acalmar a ansiedade individual e envolver os públicos na resolução dos problemas. Integrar os valores organizacionais e sociais no centro da comunicação de crise é, então, fundamental para desencadear respostas individualmente satisfatórias, mas também preocupadas com o bem-estar dos outros (McGuire, Cunningham, Reynolds & Matthews-Smith, 2020). Trata-se de incluir nas mensagens de crise um reconhecimento das situações pessoais e das necessidades coletivas, mesmo que a resposta à situação de emergência implique algum sacrifício individual ou organizacional. E esta abordagem, que os autores designam de “perspetiva ética” (Armitage, 2018), pode incluir uma comunicação de crise mais emocional.

Emoção, emoção, emoção

“O ato comunicativo de partilhar sentimentos pessoais é habitualmente contraditório às expectativas convencionais dos líderes” (McGuire et al. 2020, p. 365). Talvez por isso, a comunicação de crise nas organizações tenda a ser essencialmente informativa e normativa. Contudo, sabe-se que a expressão de emoções no contexto de mensagens de gestão de crise ajuda a superar as dificuldades (e até a reduzir os danos reputacionais). Estudos recentes sobre o uso de mensagens emocionais na relação com os públicos (internos e externos), por oposição ao uso de conteúdos neutros, mostram, por exemplo, que são benéficas na percepção que se estabelece sobre a organização antes, durante e depois da crise (De Waele, Schoofs & Claeys, 2020).

As opiniões e comportamentos dos públicos em tempos de crise não são apenas moldados por factos objetivos, mas são também amplamente marcados pelo enquadramento da situação que é feito pelos média e pela própria organização, num processo que alguns autores designam de “contágio emocional” (Lu & Huang, 2018; De Waele et al., 2020). De resto, vários estudos mostraram que, quando a resposta à crise organizacional contém apelos emocionais, o público apresenta intenções comportamentais mais positivas em relação à organização em crise, quando comparadas com respostas sem apelos emocionais (Kim & Cameron, 2011). E mais, outras investigações revelam que mesmo as expressões de tristeza, vergonha ou raiva (aparentemente negativas) na comunicação de crise levam a uma reputação pós-crise mais positiva do que uma resposta racional e ausente de emoção (De Waele et al., 2020).

As emoções na comunicação de crise podem ser expressas de formas variadas. São conhecidos os exemplos frequentes de manifestações verbais de tristeza e responsabilização, que procuram criar sentimentos de empatia junto dos públicos e, desse modo, buscam conseguir o seu apoio no momento crítico; mas é igualmente importante a consideração das manifestações de comunicação não-verbal. Referimo-nos às expressões faciais, à postura ou ao tom de voz na comunicação face a face (mesmo que disseminada através dos média), mas também às imagens e ícones que dão vida às mensagens nos websites e nas redes sociais. Neste último caso, lembramos os conhecimentos adquiridos no campo do “design emocional”, que mostra como a criação de um design gráfico que evoque emoções pode levar a experiências de utilização muito positivas (Norman, 2004). Os estudos indicam que as expressões não-verbais de emoção parecem ter um efeito até mais forte do que as declarações verbais, porque os públicos tendem a considerar que estas são mais sinceras (Jacob et al., 2012). Neste contexto, muito se tem vindo a refletir sobre o efeito da comunicação não-verbal na construção de emoções positivas, como a empatia, junto do público-alvo. Jin e Pang (2010) consideraram até que esta abordagem empática seria “a última fronteira” a explorar na pesquisa sobre a comunicação de crise.

A empatia é a capacidade ou propensão para experimentar os sentimentos de outras pessoas em sofrimento emocional e reviver esses sentimentos em si próprio. E no contexto das crises organizacionais, que estimulam emoções fortes, como ansiedade, pânico ou angústia, considera-se que os líderes e/ou mensagens com maior empatia permitem envolver mais eficazmente aqueles que vivenciam essas emoções ou aqueles que são espectadores (König, Graf-Vlachy, Bundy & Little 2020).

Este é aliás um entendimento reforçado em pesquisas recentes, como um estudo realizado sobre a liderança e comunicação da Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, na gestão da pandemia de COVID-19 (McGuire et al. 2020). De acordo com os resultados do estudo, a abordagem empática utilizada incentivou a solidariedade entre a comunidade, a partilha de um entendimento comum sobre a situação e a convicção da necessidade de atuação coletiva na sua resolução. O tom da comunicação de Jacinda Ardern evoluiu, passando de uma fase de evocação de uma experiência partilhada da crise, para um momento de apelo à necessidade de apoio às decisões do governo, para, em última análise, procurar exprimir um posicionamento da Primeira-Ministra como cidadã comum próxima do público. Estas etapas fizeram parte de uma estratégia de comunicação assente nos eixos motivacionais da autenticidade e da acessibilidade, levada a cabo através de mensagens nos média e nas redes sociais, que retrataram a “humanidade informal da líder” (McGuire et al., 2020, p. 374)¹.

¹ Enquanto escrevemos este artigo, chegam notícias da reeleição de Jacinda Ardern como Primeira-Ministra da Nova Zelândia, com maioria absoluta (17/10/2020): <https://www.bbc.com/news/world-asia-54519628>. Na análise destes resultados, os média avançam com referências à popularidade e liderança carismática de Ardern, que enfrentou várias situações de crise no primeiro mandato – um ataque terrorista, um desastre natural e uma pandemia global –, que geriu com “bondade e compaixão” (nas palavras da jornalista da BBC).

Ardern introduziu restrições sociais fortes logo no início da pandemia e, desde então, implementou medidas eficazes para testar, rastrear e isolar aqueles que apresentam sinais de contaminação. Mas o que realmente se destaca é a forma como comunica com seu país – principalmente usando a emoção para criar relação com as pessoas. Como resposta a esta política, Ardern apresenta 80% de aprovação pública, de acordo com uma pesquisa realizada pela agência neozelandesa Colmar Brunton², o que mostra o alto nível de confiança que o país tem na sua líder. A mesma pesquisa, também indica que nove em cada dez neozelandeses estão a cumprir as medidas propostas pelo governo para desacelerar a disseminação do vírus.³

Estudos como este têm vindo a mudar a orientação das teorias de gestão de crise, que vêm acrescentando às abordagens mais técnicas outras perspectivas centradas na pertinência de promover a construção de sentido coletivo. A pandemia de COVID-19 veio, de resto, testar a liderança e as competências comunicativas dos líderes mundiais, mostrando que as melhores performances se associam a mensagens positivas e consistentes, na medida em que são capazes de inspirar a confiança e a solidariedade das populações. No enquadramento das “novas” realidades geradas pela crise, revelam-se importantes os aparelhos discursivos, as imagens de solidariedade e a informação de responsabilização e de esperança no processo de cocriação de experiências emocionais positivas.

Comunicação, emoção e organização

A verdade é que a Comunicação Organizacional recorre com frequência à emoção para conseguir o efeito de persuadir, ainda que as organizações tendam a ignorar os eventos emocionais que acontecem no seu seio na medida em que interferem com a lógica racional dominante. Sabe-se, contudo, que emoção constitui um estímulo crítico no comportamento organizacional, tratando-se de configurações cognitivas, motivacionais e relacionais organizadas, cujo status muda quando há transformações na relação com o ambiente. Face ao exposto, percebe-se que as organizações são, na verdade, entidades altamente emocionais (Claeys, Cauberghe & Leysen, 2013).

Neste quadro, a comunicação constituiu, muitas vezes, o estímulo que gera a emoção, positiva ou negativa, dentro e fora da empresa/instituição. Por isso, cabe aos responsáveis pela comunicação atender aos efeitos emocionais das mensagens organizacionais, que levam, em alguns casos como as situações de crise, a consequências nefastas na comunidade interna, como a exaustão emocional, a desmotivação, o absentismo ou a redução de produtividade. Os efeitos emocionais da comunicação deveriam inclusive ser tidos em conta na definição das políticas de comunicação das empresas, nomeadamente as relativas à comunicação de más notícias. Nessas circunstâncias, a informação é muito relevante, mas a introdução de argumentos emocionais ou o reconhecimento dos efeitos emocionais das situações nas pessoas é essencial. Procurar evitar as emoções não parece ser realista e as organizações têm de aceitar essa realidade. Mas atuar e comunicar com transparência,

² Ver https://static.colmarbrunton.co.nz/wp-content/uploads/2019/05/CB-COVID-Times_8-April-2020.pdf

³ Ver <https://www.ekoapp.com/blog/crisis-communication-3-things-business-leaders-can-learn-from-new-zealands-prime-minister-jacinda-ardern>

integridade e confiança parece ser o caminho para tranquilizar as pessoas e a envolvê-las na solução de uma crise ou na vida organizacional regular. Nesta medida, cabe também à comunicação a gestão das emoções no seio da comunidade organizacional (Zagelmeyer, Sinkovics, Sinkovics & Kusstatscher, 2018).

Mas a Comunicação de Crise só recentemente começou a estudar o papel das emoções na gestão da relação com os públicos (Coombs & Holladay, 2005). Numa crise, consoante o conflito que surge entre os públicos e a organização, as emoções são uma âncora na interpretação que os *stakeholders* fazem sobre os eventos. E o seu uso na comunicação tem em vista a introdução da persuasão na mensagem organizacional, com o propósito de moderar o impacto da crise nas atitudes dos públicos (Jin, Pang & Cameron, 2007).

Os profissionais de comunicação demoraram a reconhecer a importância dos apelos emocionais como opções tão válidas quanto os argumentos racionais nas estratégias de resposta às crises. Mas hoje advogam que ao comunicar emoções, uma organização mostra a sua face humana e empática. Já a falta de emoções parece ser interpretada pelo público como um sinal negativo. Uma resposta distanciada e sem emoção implica a ausência de envolvimento organizacional, de sinceridade e pode ser percebida como fria. Enquanto a emoção pode desencadear uma reação cognitiva empática (van der Meer & Verhoeven, 2014; De Waele et al., 2020).

Conclusões

Em 1994, o neurocientista português António Damásio alertou para o papel central das emoções na vida humana e afirmou: “é este o erro de Descartes: ... a separação das operações mais refinadas da mente, para um lado, e da estrutura e funcionamento do organismo biológico, para outro” (Damásio, 1994, p. 255). No seguimento de outros estudos, Damásio argumentou e demonstrou que a memória emocional é central à tomada de decisão dos seres humanos e com isso revolucionou o modo de pensar o papel da razão e da emoção nas sociedades. E, também, as estratégias de comunicação conseguiram incorporar este novo conhecimento. Os profissionais e estudiosos da Comunicação Organizacional, admitindo que as campanhas podem ser informativas e/ou persuasivas, perceberam ainda que estas têm de ser sempre “emocionalmente competentes” para promover a compra de produtos/serviços, conduzir a mudanças comportamentais ou cocriar interpretações partilhadas da realidade.

Portanto, encerrando a reflexão deste texto, sobre a presença da emoção na comunicação de crise a partir dos estudos sobre a COVID-19, diríamos que esta constitui o elemento-chave para que as organizações consigam influenciar a tomada de decisão dos públicos. Como nos mostra a literatura que percorremos e o caso de comunicação política analisado, a comunicação de crise para ser eficaz – no sentido de ajudar os cidadãos a lidar com situações dramáticas e as organizações a gerirem o imprevisto – precisa de incluir informações claras sobre as circunstâncias que conduziram à crise e sobre as condições da sua superação, mas necessita igualmente de integrar elementos de empatia que projetem os sentimentos de todos e ajudem a

lidar com a incerteza. Ou seja, razão e emoção são elementos a considerar sempre na composição da mensagem de crise, enquanto fatores fundamentais na compreensão da realidade, na construção de um sentido coletivo para os acontecimentos e na cocriação de experiências positivas em situações de crise. O papel da comunicação emocional na resposta às crises organizacionais é, portanto, o de promover uma partilha ampla das circunstâncias que preocupam indivíduos e empresas/instituições, num processo de envolvimento coletivo. E a pandemia de COVID-19, que vivemos hoje, é um exemplo claro deste desafio racional-emocional que enfrentamos.

Neste ano de celebração do 44º aniversário do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, lembraria (e citando o título do artigo de Fowler, 2020) que “curar o coronavírus não é uma tarefa dos Cientistas Sociais”, mas o trabalho que têm vindo a fazer nos últimos meses, como o que fazem regular e sustentadamente há décadas, permite criar sociedades mais conscientes e preparar populações mais resilientes para enfrentar inevitáveis crises.

Referências

- Armitage, A. (2018). Is HRD in need of an ethics of care? *Human Resource Development International*, 21(3), 212-231. <https://doi.org/10.1080/13678868.2017.1366176>
- Charoensukmongkol, P. & Phungsoonthorn, T. (2020). The interaction effect of crisis communication and social support on the emotional exhaustion of university employees during the COVID-19 crisis. *International Journal of Business Communication*, 1-18. <https://doi.org/10.1177/2329488420953188>
- Claeys, A. S., Cauberghe, V., & Leysen, J. (2013). Implications of stealing thunder for the impact of expressing emotions in organizational crisis communication. *Journal of Applied Communication Research*, 41(3), 293-308. <https://doi.org/10.1080/00909882.2013.806991>
- Coombs, W. T. (2014). *Ongoing crisis communication: planning, managing, and responding*. EUA: Sage Publications.
- Coombs, W. T. & Holladay, S. J. (2005). An exploratory study of stakeholder emotions: Affect and crises. *Research on Emotion in Organizations*, 1(5), 263-280. [https://doi.org/10.1016/S1746-9791\(05\)01111-9](https://doi.org/10.1016/S1746-9791(05)01111-9)
- Damásio, A. R. (1994). *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- De Waele, A., Schoofs, L. & Claeys, A. S. (2020). The power of empathy: the dual impacts of an emotional voice in organizational crisis communication. *Journal of Applied Communication Research*, 48(3), 350-371. <https://doi.org/10.1080/00909882.2020.1750669>
- El Mohadab, M., Bouikhalene, B. & Safi, S. (2020). Bibliometric method for mapping the state of the art of scientific production in Covid-19. *Chaos, Solitons & Fractals*, 139, 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.chaos.2020.110052>
- Fowler, A. (2020, 3 de maio). Curing coronavirus isn't a job for social scientists. *Bloomberg*. <https://www.bloombergquint.com/gadfly/crises-like-coronavirus-are-bad-for-social-sciences>
- Galea, S. (2020, 7 de maio). Social scientists can play a key role in stopping the coronavirus. *Times Higher Education*. <https://www.timeshighereducation.com/opinion/social-scientists-can-play-key-role-stopping-coronavirus>
- Jacob, H., Kreifelts, B., Brück, C., Erb, M., Hösl, F. & Wildgruber, D. (2012). Cerebral integration of verbal and nonverbal emotional cues: Impact of individual nonverbal dominance. *NeuroImage*, 61(3), 738-747. <https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2012.03.085>

- Jin, Y. & Pang, A. (2010). Future directions of crisis communication research: emotions in crisis – The next frontier. In W. T. Coombs & S. J. Holladay (Eds.), *Handbook of crisis communication* (pp. 677-682), USA: John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781444314885.ch33>
- Jin, Y., Pang, A. & Cameron, G. T. (2007). Integrated crisis mapping: toward a publics-based, emotion-driven conceptualization in crisis communication. *Sphera Publica*, 7, 81-96. https://ink.library.smu.edu.sg/cgi/viewcontent.cgi?article=7033&context=lkcsb_research
- Kim, H. J., & Cameron, G. T. (2011). Emotions matter in crisis: The role of anger and sadness in the publics' response to crisis news framing and corporate crisis response. *Communication Research*, 38(6), 826-855. <https://doi.org/10.1177/0093650210385813>
- Knight, M. (2020). Pandemic communication: a new challenge for higher education. *Business and Professional Communication Quarterly*, 83(2), 131-132. <https://doi.org/10.1177/2329490620925418>
- König, A., Graf-Vlachy, L., Bundy, J. & Little, L. M. (2020). A blessing and a curse: how CEOs' trait empathy affects their management of organizational crises. *Academy of Management Review*, 45(1), 130-153. <https://doi.org/10.5465/amr.2017.0387>
- Lu, Y., & Huang, Y. H. C. (2018). Getting emotional: An emotion-cognition dual-factor model of crisis communication. *Public Relations Review*, 44(1), 98-107. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2017.09.007>
- McGuire, D., Cunningham, J. E., Reynolds, K. & Matthews-Smith, G. (2020). Beating the virus: an examination of the crisis communication approach taken by New Zealand Prime Minister Jacinda Ardern during the Covid-19 pandemic. *Human Resource Development International*, 23(4), 361-379. <https://doi.org/10.1080/13678868.2020.1779543>
- Norman, D. A. (2004). *Emotional design: why we love (or hate) everyday things*. Nova Iorque: Basic Civitas Books.
- Tkalac Verčič, A., Verčič, D. & Coombs, W. T. (2019). Convergence of crisis response strategy and source credibility: who can you trust? *Journal of Contingencies and Crisis Management*, 27(1), 28-37. <https://doi.org/10.1111/1468-5973.12229>
- van der Meer, T. G. & Verhoeven, J. W. (2014). Emotional crisis communication. *Public Relations Review*, 40(3), 526-536. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2014.03.004>
- Zagelmeyer, S., Sinkovics, R. R., Sinkovics, N. & Kusstatscher, V. (2018). Exploring the link between management communication and emotions in mergers and acquisitions. *Canadian Journal of Administrative Sciences/Revue Canadienne des Sciences de l'Administration*, 35(1), 93-106. <https://doi.org/10.1002/cjas.1382>

Crise e transformação – um ensaio sobre os catalisadores da mudança

Sara Balonas

Professora Auxiliar do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0003-0885-1718

A ser possível encontrar um lado positivo numa crise, será o facto de esta poder trazer novas soluções com potencial de transformação dos diversos modos de ver e de viver em sociedade. Deste modo, uma crise como a que o mundo atravessa em 2020, absolutamente inédita, pode ser um agente catalisador de mudanças societais. Como escreveu em tempos Diogo Vasconcelos, uma crise deve ser um momento de criatividade social (2010, p. 33).

Com a pandemia a irromper abruptamente em Portugal, viveram-se os primeiros meses entre a perplexidade, o medo perante o desconhecido e o improvisado, reações plasmadas nas medidas, nas ações e nos comportamentos. No que diz respeito aos cidadãos, desde a rutura de stocks em supermercados à corrida às farmácias, o instinto de sobrevivência ecoou, no país e um pouco por todo o mundo. As grandes instituições, entre as quais o Governo, passaram a viver em permanente estado de crise, numa sucessão de medidas em modo “penso rápido”, por diversas vezes marcadas pela tentativa e erro. O setor privado, de um modo geral, terá sido ágil na adaptação, encerrando instalações (ou restringindo o seu acesso) e recorrendo ao teletrabalho. Hospitais, escolas e lares, entre tantas instituições vitais ao ecossistema social, debateram-se (e debatem-se) com as fragilidades há muito percebidas e agora expostas pelo minúsculo vírus.

À vertigem galopante dos números, cidadãos e instituições reagiram, ora ficando perfeitamente perplexos e petrificados, ora inovando. E é sobre estes últimos que trata este texto. Sobre a capacidade daqueles que, perante a adversidade, procuram soluções, superam preconceitos e ideias feitas, testam limites, arriscando e ousando soluções. Reagir, improvisando já é, em si, um ato criativo. Começamos, então, por procurar compreender o que é a criatividade. No período da Renascença, o indivíduo era reconhecido como capaz de criar, porém, tal era tido como capacidade apenas reservada a “grandes homens” (Albert & Runco, 1999). Wallas (1962) dá um importante contributo para a dessacralização do conceito de criatividade: considerava-a parte do processo evolutivo, permitindo aos humanos adaptarem-se rapidamente a alterações de ambientes. Por conseguinte, a criatividade pode ser uma propriedade da qual todos podemos ser detentores, e não apanágio de uma elite de iluminados. Hoje facilmente reconhecemos que a criatividade está não apenas nas artes e na literatura, mas também nas áreas científicas, nos meios de comunicação, no mundo empresarial, nas indústrias e até nos governos. Richard Florida (2002) dá outro tipo de contributo ao distinguir três tipos de criatividade: a criatividade tecnológica (invenção), a criatividade económica (empreendedorismo) e a criatividade cultural/artística. Estamos, deste modo, perante um conceito multidimensional. Mas, o que é, a sua essência, a criatividade? Certos autores convergem na ideia de que a criatividade ou a invenção é ver o que todos viram e pensar o que ninguém pensou, como Einstein e Feynman. Mas será também o processo de trazer algo de novo, que estaria escondido e que aponta para novas vias, como anota May (1975). Afinal, no fio do tempo e da evolução da sociedade, criatividade é isso: partir em busca de soluções. Que podem, por sua vez, trazer novos problemas. A diferença é que são novos, como dizia Steve Jobs. Por conseguinte, a criatividade é um recurso inestimável, contínuo, na roda da transformação.

Daniel Pink (2005) defende mesmo que estamos a entrar numa era em que a criatividade está a ganhar importância, numa era em que precisamos de alimentar e encorajar o lado direito do cérebro (da criatividade e da emoção) mais do que o lado esquerdo (do pensamento lógico e analítico). E isso é um sinal de esperança.

Relacionando este poder inventivo com o atual contexto de crise pandémica, o que está em causa é valorizar soluções, provavelmente nunca antes testadas (porque os problemas são novos), como parte da resposta à encruzilhada da contemporaneidade. E aqui se colocam algumas questões: quem são os geradores de soluções, os catalisadores da mudança? Será um papel reservado ao Estado, aos cientistas, aos “iluminados”? Na verdade, assistimos a movimentos em diferentes escalas. Observando a crise de 2020, quem está neste turbilhão de transformação? Por um lado, os cidadãos. Os novos cidadãos, mais informados, mais sofisticados, mas também mais desconfiados em relação às instituições (Edelman Trust Barometer, 2019). Mas, por outro lado, mais participativos no sentido da cooperação (Innerarity, 2006, p. 241), disponíveis para participar em novos modelos de agir em sociedade. E a reagir a apelos de caráter humanitário ou social. No primeiro semestre do ano, assistimos a iniciativas dispersas mas muito significativas: redes de anónimos juntaram verbas por *crowdfunding*, ou via redes sociais, para aquisição de equipamentos para hospitais públicos; vizinhos criaram sistemas de compras comunitárias rotativas para evitar idas ao supermercado e minimizar riscos de contágio; empresários transformaram tecidos de vela de barcos em material de proteção; produtores de vinho produziram álcool a partir dos processos dedicados ao vinho. Um pouco por todo o lado, surgiram novas ideias, como a instalação de ultravioleta para desinfeção de espaços e superfícies ou algo tão simples como o recurso a *ipads* nos lares para combater o isolamento dos idosos, pondo-os em contacto com os familiares em direto. Ou, ainda, uma empresa laboratorial a lançar um centro de rastreio de testes COVID em modo *drive-in*, entre tantos outros exemplos de inovação e resiliência.

A capacidade de gerar respostas também se fez notar ao nível do poder local. E, neste aspeto, autarquias e juntas de freguesias inscrevem-se no que podemos rotular de inovadores sociais, demonstrando o quão relevantes são por conhecerem o tecido social local. A título meramente exemplificativo, em poucos dias, uma autarquia montou um hospital de recurso, como retaguarda aos hospitais públicos que servem a região e face à sobrelotação esperada, dinamizando contactos com os mais diversos atores – de empresas a instituições públicas ou recorrendo ao voluntariado cidadão. Freguesias criaram redes de apoio a idosos, através da captação de voluntários para prestação de cuidados ao domicílio, entrega de medicamentos ou, simplesmente, para reduzir a solidão provocada pelo isolamento.

Estas formas de ação, em pequena ou em maior escala, são respostas que indicam a erosão do Estado Social, nomeadamente a falência da sua capacidade em corresponder aos desafios societais, algo que Innerarity identifica como a “ingovernabilidade” do Estado a partir dos anos 60, fazendo com que as tarefas que “já não podia executar satisfatoriamente fossem delegadas noutras instâncias, como na economia privada ou nas organizações da sociedade civil” (Innerarity, 2006, p.233). Sugere ainda o autor que a tarefa fundamental da política e do Estado na

sociedade do conhecimento passe a ser a de coordenar e mediar os sistemas sociais “tão complexos, experientes e dinâmicos que excluem o comando estatal autoritário” (2006, p. 249). Uma opinião seguida por Vasconcelos, para quem esta mudança de paradigma faz com que o Estado encontre no setor privado e no terceiro setor respostas para as mais relevantes questões do nosso tempo (2010, p. 31). Assim, do Estado espera-se capacidade de adaptação, promovendo ambientes participativos, estabelecendo parcerias ou escalando ideias promissoras.

De notar que a capacidade de reação a crises é sempre mais rápida em pequena escala do que em estruturas pesadas, como o Estado. Daí que, no início da crise sanitária de 2020, tenhamos assistido a inúmeras formas de resposta mais imediatas da parte da sociedade civil, das instituições locais e das empresas do que da parte do Governo: ainda as medidas de confinamento oficiais não estavam decididas e já particulares, escolas, universidades e empresas tinham decidido fechar, por iniciativa própria, uma semana antes. Estas reações não devem induzir-nos na demissão do papel do Estado, mas, sim, à da leitura de uma mudança de paradigma, sintetizada na metáfora das abelhas e das árvores, proposta por Mulgan:

a mudança social depende de alianças entre o que podem ser chamadas as “abelhas” e as “árvores”. As abelhas são as pequenas organizações, indivíduos e grupos que têm as novas ideias, que são móveis, rápidos e que podem polinizar. As árvores são as grandes organizações – governos, empresas ou grandes organizações sem fins lucrativos que são pobres em criatividade, mas geralmente boas na implementação, e que têm a resiliência, raízes e escala para fazerem as coisas acontecerem (2010, p. 60).

Para Vasconcelos, “a inovação nasce da diversidade, do mix de diferentes competências e tipos de organizações. Gente das artes e do design, da tecnologia e do setor público; agências públicas, entidades sem fins lucrativos e empresas, pequenas, médias e grandes” (2010, p. 35). Defende ainda a proliferação de incubadoras de inovação social que permitam um trabalho colaborativo por parte dos três setores – público, privado e terceiro setor –, algo que já existe em diversas partes do mundo.

Vivemos, em suma, tempos de questionamento. O que compete ao Estado “num mundo em que a lógica do ‘comando e controlo’ é crescentemente substituída pela expectativa de colaboração, de criação coletiva e de participação de cidadãos e da sociedade civil?”, pergunta Vasconcelos (2010, p. 32), que acredita que a inovação social estará nas respostas que “mobilizem diferentes grupos (público, privados e organizações sem fins lucrativos), envolvam os utilizadores (cocriação) e criem inegável valor social”. Porém, para haver consequências realmente transformadoras, tal não pode passar de um desígnio bem-intencionado. Assim, é preciso ir mais além: como influenciar políticas públicas em tempos de crise e transformação? Qual o papel dos indivíduos, mais capacitados e mais reivindicativos? Terão as organizações sem fins lucrativos poder influenciador ou continuarão a ser entidades “prestadoras” do bem, muitas vezes, suportadas na boa vontade do voluntariado?

Como refere Vasconcelos, “hoje a Europa precisa de mobilizar a criatividade coletiva (...) criando novos modelos de prestação de serviços para responder aos desafios sociais (...) incluindo o envelhecimento, o desemprego juvenil e a redução das

emissões de carbono” (2010, pp. 31-32). Em 2020, acrescentam-se novos problemas, como a crise sanitária e as suas consequências brutais, assim como a crise dos populismos, apenas para citar dois traços de um tempo historicamente trágico. Por tudo isto, poder-se-á dizer que não “vai ficar tudo bem” mas, seguramente, “vai ficar tudo diferente”. O que será esse “diferente”? Certamente, o somatório da ação dos diferentes catalisadores sociais e das políticas públicas, alinhados ou dispersos. Interligados ou fragmentados. Mais coesos ou detonadores de mais desigualdades. As palavras-chave parecem emergir: cooperação, colaboração, cocriação. O risco (real) é o caminho inverso: a energia despendida em pequenas invenções ou grandes inovações esfumar-se em atos isolados e dar lugar à desilusão.

Poder-se-á ter esperança? D. Manuel Clemente acredita que a marca distintiva dos portugueses é a sua “capacidade de resistência e a sua adaptação criativa, que só requer mais autoconfiança e acompanhamento público para ir por diante.” (Faria, 2013, p. 10).

Nesta complexa equação terá de se prever o papel transformador do ensino – do pré-escolar ao universitário – na formação para a cidadania. Numa sociedade cada vez mais desorientada face à descrença nas instituições tradicionais, poderemos estar a assistir à procura de novas saídas, como aponta Daniel Innerarity: “as soluções não virão dos mercados nem das formas estabelecidas de política e administração; a esperança vira-se, em vez disso, para a mobilização de recursos cívicos, sociais”. (2006, pp. 197-198). Na sua obra *O novo espaço público*, o autor analisa os conceitos tradicionais de espaço público e de bem comum, à luz da sociedade contemporânea, considerando que nos encontramos num momento histórico, em que a educação para a cidadania e a formação das virtudes públicas são fatores para a renovação política das sociedades.

Referências

- Albert, R. S. & Runco, M. A. (1999). A history of research on creativity. In R. J. Sternberg (Ed.), *Handbook of creativity* (pp. 16-31). Cambridge: Cambridge University Press.
- Edelman Trust Barometer (2019). *Global Report*. <https://www.edelman.com/trustbarometer>
- Faria, N. (2013, 26 de maio). D. Manuel Clemente: o intelectual estilo “português suave”. *Público*, pp. 8-10. <https://www.publico.pt/2013/05/26/jornal/o-intelectual-estilo-portugues-suave-26588308>
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class*. Nova Iorque: Basic Books.
- Innerarity, D. (2006). *O novo espaço público*. Lisboa: Editorial Teorema.
- May, R. (1975). *The courage to create*. Nova Iorque: W.W. Norton & Co.
- Mulgan, G. (2010). Inovação social. In C. Azevedo, R. C. Franco & J. W. Meneses (Eds.), *Gestão de organizações sem fins lucrativos: o desafio da inovação social* (pp. 51-74). Porto: Imedições.
- Pink, D. (2005). *A whole new mind*. Crows Nest: Allen&Unwin.
- Vasconcelos, D. (2010). Inovação social, a agenda do futuro. In C. Azevedo, R. C. Franco & J. W. Meneses (Eds.), *Gestão de organizações sem fins lucrativos: o desafio da inovação social* (pp. 31-49). Porto: Imedições.
- Wallas, G. (1926). *The art of thought*. Nova Iorque: Harcourt Brace.

Crises, tecnologias e média sociais: uma reflexão sobre os novos períodos de turbulência

José Gabriel Andrade

Professor Auxiliar do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-9778-5865

As crises são processos pelos quais, em algum momento, todas as organizações, ou entidades físicas ou jurídicas irão passar. O estar atento, o vigiar, o gerir uma crise, tirando dela o melhor benefício, aproveitando as oportunidades é, para a gestão organizacional, um exercício diário. Porém, na atualidade, com a “sociedade da informação”, onde crises aparecem “noticiadas” segundos depois de a turbulência ter iniciado, existe uma maior possibilidade de falhas na gestão de comunicação de crises organizacionais. Atualmente, vivemos rodeados por novas tecnologias, onde todos podemos ser, ao mesmo tempo, espiões, vigilantes sociais, ou denunciadores das diversas “crises”. A partilha pode acontecer segundos depois da divulgação da “informação” e, nesse momento, já faz parte do “espaço público”. Neste modelo, a sociedade “ultrapassa” as formas da comunicação social e pode transformar-se na própria “divulgadora” da “informação”.

No início do ano 2000, os média sociais estavam restringidos aos blogues e aos fóruns de discussão. Com o progresso tecnológico que tem vindo a desenvolver-se a uma velocidade impressionante, em paralelo com a evolução contínua dos direitos humanos e ambientais, através da partilha tecnológica, as micro-criSES começavam a ocupar um espaço na comunicação internacional. Essa aceleração tecnológica influenciou o aparecimento de novas crises, contribuindo muitas delas para a abertura e discussão de um espaço mais democrático. Convém salientar que a presença tecnológica cria um debate facilitador no espaço democrático, como por exemplo nos casos de quebra de reputação ou de denúncias de corrupção através das novas tecnologias de informação e comunicação.

As novas tecnologias criaram a possibilidade de serem registadas transgressões, erros, falhas, perdas que, antes, poderiam passar despercebidas. Assim, a tecnologia tornou-se decisiva para a perceção, evolução e constatação de diversas crises, tendo proporcionado a identificação de novos flagrantes, dos quais destacamos as escutas telefónicas, as lentes indiscretas dos elevadores, as lentes dos fotógrafos amadores ou as lentes dos telemóveis. Percebemos que a tecnologia não é apenas uma componente teórica do nosso dia a dia, mas uma realidade cada vez mais prática, que impõe desdobramentos concretos e objetivos. Esta vai muito além dos equipamentos que captam conversas ou imagens. Assim, é imperativo colocar todo o aparato tecnológico na estratégia de comunicação envolvendo imagem, posicionamento público e reputação.

Neste sentido, não vivemos num período em que pequenas falhas exprimem pequenas perturbações. Nos tempos da convergência e da interatividade, a crise pode tornar-se muito maior, chegando muito mais longe e a muito mais gente. Hoje em dia existe uma maior consciência dos direitos, o que leva a comunidade a exigir das empresas, instituições, entidades e órgãos públicos, posturas corretas. Com a criação do Código de Defesa do Consumidor e o surgimento de associações e entidades de defesa do consumidor, em Portugal, a DECO (Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores) e outras entidades do género, além das organizações não-governamentais (ONG), com preocupações ambientais, sociais, raciais, as conveniências dos consumidores e parceiros, estão cada vez mais vigiadas. Por outro

lado, assistimos a um progressivo interesse dos média em denunciar empresas ou personalidades que ficam mais vulneráveis a enfrentar situações de crise.

Em 2009, Manuel Castells propunha, na sua obra *Communication power*, um modelo de “auto-comunicação de massas”, algo que tinha começado a ser discutido em *Sociedade em rede* (Castells, 1995). Segundo este autor “o poder na sociedade em rede é o poder da comunicação”, propondo que existe uma fadiga do escândalo, que produz diferentes crises: de legitimidade, descaso da política, desconfiança generalizada, acabando por eclodir no que classificou como “fadiga do escândalo”, onde todos podem ser considerados culpados. O mesmo autor afirma que existe um poder multidimensional dentro da sociedade em rede que depende de sistemas de comunicação, criando essas partilhas uma rede de comunicação cada vez maior. Para Castells, quando os governos começam a perguntar como controlar a comunicação dentro dos seus territórios, é porque, então, estão a identificar uma perda do poder de batalha na comunicação dentro desses espaços. Atualmente assistimos a alguns modelos complexos de resposta com desinformação. Assim, na busca pelo poder da comunicação persegue-se o mensageiro, tal como se observou no caso do Julian Assange. No entanto, dentro da proposta dos média sociais, já não é mais possível controlar a mensagem, assistindo-se a diversos processos jurídicos sobre o controlo ou a perseguição de mensageiros. Segundo McLuhan “os homens criam máquinas e as ferramentas recriam os homens” (McLuhan, 1995). Tendo em linha de conta essa perspetiva, como é que um gestor de comunicação, que vai trabalhar numa comunicação estratégica como um todo, deve encarar a comunicação de crise para esses momentos, caracterizando-a como momentos de turbulência?

Tal como propôs Henry Jenkins (2006), vivemos na contemporaneidade numa cultura da convergência, com um modelo transmediático, onde somos consumidores e produtores de informação e de conteúdos, propiciando a partilha de (re)conhecimento e criação de crise. Logo, as plataformas sociais são espaços e não apenas um canal. Logo, esse formato em mosaico de comunicação muda a forma de entender a crise.

Essa integração e transformação tem sido observada em diversos aspetos tecnológicos, como no mapeamento do ADN, na nanotecnologia, nas interfaces naturais, como a voz, o gesto. Na atualidade, o papel do comunicador, do cientista da comunicação é determinante. Este já está a participar nesta transformação social, criando e discutindo este modelo.

O grande desafio para a Comunicação Organizacional e Estratégica passa pela mudança de um modelo assimétrico para um modelo mais simétrico, que vem sendo disponibilizado pelas transformações tecnológicas, observadas em diversos aspetos, mas sobretudo nos média sociais. Isto representa uma mudança na forma como nós olhamos para as estratégias que as organizações e instituições apresentam na forma de comunicar.

A estratégia de comunicação organizacional tem sido repensada como um todo, sendo utilizados todos os canais de comunicação de uma organização e, usando mais uma vez a cultura da convergência de Jenkins e os modelos transmídia, sendo

valorizada uma comunicação integrada, para que a presença e legitimidade da organização apareça em diferentes mídia.

A divisão entre gestão operacional de crise e gestão de comunicação de crise é relevante, tendo os comunicadores de estar muito atentos a essas definições. Na perturbação que estamos a viver atualmente, com a COVID-19, esta poderia ser classificada como uma crise natural, pelas dimensões tecnológicas que tem englobado; poderia também compreender outras tipologias de crise, de acordo com as instituições e as tecnologias, sejam elas relacionadas com aspetos tecnológicos, como o de confronto, ou de malevolência.

A comunicação pode responder às crises nos média sociais. Para se implementar o procedimento de comunicação, uma crise não pode ser entendida como um evento, mas como um processo, que tem começo, meio e fim. Neste sentido, devem ser pensados cenários, para gerir uma crise e preparar a organização. Atualmente, as instituições utilizam novos modelos de pedidos de desculpas, assumindo a responsabilidade, tal como algumas organizações fizeram (por exemplo, a Volkswagen internacional ou a Vale do Rio Doce no Brasil). O comunicador será uma das figuras mais importantes em todos os processos, será ele que fará a distribuição de informações para os seus públicos preferenciais.

Assim, o que deve fazer o comunicador na gestão de crise nos média sociais? Reunir informação, evitar a ausência de conhecimento quando for questionado, não se apressar em comunicar, determinar formatos, reuniões, monitorizar os média sociais, conhecer bem as políticas da empresa, propor, por exemplo, planos de ação para que a imagem da organização seja relançada. Por outro lado, o comunicador não deve informar sem o aviso prévio do comité de gestão de crise, não pode permitir que os membros do comité comecem a falar para os diversos canais dos meios sociais, não pode comunicar apenas aos meios amigáveis, tem de comunicar a todos os meios, nunca fazer reserva sobre dados fundamentais para minimizar o acontecimento, deve ser sensível aos momentos que estamos a viver e a assistir, bem como ter cuidado com o *off the record*.

Então as crises podem serem apresentadas como oportunidades, funcionando como um relançamento da imagem. Portanto, neste caso, o comunicador deve ter os dados de todos os membros da gestão, os contactos de todos os eventuais envolvidos numa crise e planos de ação com todos os cenários que possam ocorrer, relatórios de outras crises e documentos prontos, fotos, posts, comunicados de imprensa, no modelo tradicional e no digital.

Assim, entre as ações preventivas para as crises no espaço digital, propomos, um site de *standby*, pronto a usar num momento de crise. Durante o período de turbulência vai ser mais difícil ter tempo para criar o site. Portanto, esse site de *standby* deve estar preparado com antecedência. Um outro aspeto a ter em conta é a monitorização das redes, que é complementar ao serviço de *clipping*, no entanto, essa supervisão deve ser constante na gestão de crises.

Um modelo de gestão de crise no espaço dos média sociais é um modelo piramidal. A Pirâmide das Relações Públicas é uma tentativa de resposta às crises (Dias & Andrade, 2015). Toda a manutenção de gestão de um meio social, pode ser gerida pelo marketing, e, em momentos de crise, pelas Relações Públicas, em situações de informação com a comunidade. Esse é o diálogo que a comunicação mais simétrica propõe.

Em resposta às crises nos média sociais, assistimos ao fenómeno de “Cancelamento na Web”. Cancelar uma empresa ou uma personalidade tornou-se uma prática nos média sociais. A “cultura do cancelamento” foi eleita como o termo do ano 2019 no Dicionário Macquarie. Assim, são “excluídos da sociedade” determinados grupos ou utilizadores, deixando de existir no espaço digital, não permitindo que sigam a comunicação sem punição, sem novas crises.

Este novo modelo para a gestão de crise nos média sociais em paralelo com a evolução tecnológica muda com as exigências e transformações sociais. A comunicação estratégica passa a ser pensada, não somente para responder às necessidades de um público interno e externo, ou públicos preferenciais e secundários, mas para um público misto onde são pensados os novos desafios da comunicação organizacional. É nos diálogos que o público misto vivencia, partilha e interage com essa proposta.

Vivemos um período em que as câmaras estão espalhadas por todo o lado, a denominada “sociedade do ecrã”, um este conceito que vai ao encontro da ideia do ator Will Smith que em 2016 defendeu que “o racismo não está a piorar, está a ser filmado”.

As tecnologias de informação e comunicação, o crescimento populacional e as novas ideias de gestão provocam impacto na maneira como as pessoas comunicam dentro e fora das organizações e instituições. Atualmente, a comunicação abrange muitos níveis organizacionais, envolvendo os públicos internos, externos e mistos. Assim, a comunicação das organizações e instituições nos média sociais deve constituir-se como um setor estratégico, agregando valores e facilitando os processos interativos, da comunicação organizacional com os seus diferentes públicos.

Referências

- Castells, M. (2005). *A sociedade em rede. Volume 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford: Oxford University Press.
- Dias, P. & Andrade, J. G. (2015). Desafios das RP na era dos média sociais. In G. Gonçalves & F. Lisboa Filho (Eds.), *Novos media e novos públicos* (pp. 83-108). Covilhã: LabCom.
- Jenkins, H. (2006). *The convergence culture – Where Ood and new media collide*. Nova Iorque: New York University Press.
- McLuhan, M. (1995). *Understanding media*. Massachusetts: MIT Press.

As metáforas guerreiras na crise da COVID-19

Jean-Martin Rabet

Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0001-7688-3186

As metáforas guerreiras insinuaram-se nos discursos sobre a crise da Covid logo após o anúncio, embora tardio, do surgimento de um vírus desconhecido na cidade de Wuhan, na China. Fazendo apelo à heroicização de figuras sacrificiais, o léxico de combate contra o vírus retoma as fórmulas consagradas que soam como um eterno refrão. Assim, a própria medicina tornou-se uma medicina de guerra com a construção precipitada de hospitais de campanha. O Presidente chinês, Xi Jinping, anunciou, em finais de janeiro de 2020, “a mobilização de todas as forças” contra o vírus, dizendo também que a China é capaz de “vencer a batalha” contra o vírus, indicando até o caminho a seguir: “face à situação grave de uma epidemia que está em fase de aceleração (...), é necessário reforçar a direção centralizada e unificada do Comité central do Partido” (citado no *Paris Match*, Coronavírus: Xi Jinping affirme que l'épidémie “s'accélère” en Chine, 2020). Em inícios de fevereiro, Xi Jinping falou ainda de “guerra contra o demónio” e de “guerra do povo” contra o coronavírus. Pudemos ler num tweet do canal China Global Television que Liang Wudong, o médico que acabou por falecer após ter contraído o vírus, estava “na primeira linha” quando a epidemia despoletou em Wuhan. Pudemos ler, também, que milhares de médicos e enfermeiros foram enviados para a “frente”, em Wuhan. Na edição francesa do órgão de comunicação chinês People's Daily, pode-se ler uma reflexão que condiz com a dramaturgia ambiente: “trata-se não apenas de uma luta para prevenir a epidemia, mas também de uma batalha especial para proteger o espírito da civilização humana” (Yin, 2020). Nem mais!

Donald Trump, por sua vez, anunciou ser “um presidente em tempos de guerra”. Emmanuel Macron deixou-nos entender que “estamos em guerra”. Marcelo Rebelo de Sousa, o Presidente português, não ficou aquém, ao afirmar, adotando a forma tautológica que a situação excecional em que nos encontramos exige: “Esta é uma guerra! Porque é de uma guerra que se trata” (Sá, 2020). Poderíamos multiplicar os exemplos até ao infinito e assinalar ainda que Macron se referiu explicitamente à noção de “união sagrada” utilizada por Raymond Poincaré, o então Presidente francês, nos inícios da Primeira Guerra Mundial.

Podemos interrogar-nos sobre o significado da utilização de uma linguagem referente à guerra na atual situação de pandemia e tentar compreender por que razão “os dois conflitos que devastaram o planeta em pleno coração do século precedente ressurgem nos espíritos e nos corações” (Jeanneney, 2020, p. 6). Tanto mais que, mesmo que os números de vítimas mortais sejam amplamente subestimados (oficialmente 4.746 mortos na China, em 6 de outubro de 2020, e 1.156.438 mortos, em 25 de outubro de 2020, a nível mundial), esta pandemia, que começou sensivelmente há um ano, é relativamente pouco mortífera, se a compararmos com as epidemias do passado. As epidemias passadas atingiram precisamente populações já exangues por longas guerras e por longos períodos de fome.

Para dar exemplos concretos, a chamada peste de Atenas, provavelmente uma febre tifoide, relatada pelo historiador Tucídides na sua obra História da guerra do Peloponeso, dizimou dezenas de milhares de atenienses, mais ou menos um terço da sua população, dos quais Péricles, entre os anos 430 e 426 (a. C.), em plena guerra que opôs os espartanos aos atenienses, guerra essa que durou de 431 a 404, com

alguns anos de tréguas pelo meio. Basta referir um excerto da obra de Tucídides para dar conta da violência destrutiva da doença:

ninguém, em parte alguma, se lembrava de um flagelo semelhante e de vítimas tão numerosas. Os médicos estavam impotentes, pois, no início, ignoravam tudo da doença; para além disto, estando em estreito contacto com os doentes, ficaram mais particularmente atingidos. Toda a ciência humana era ineficaz; em vão, multiplicavam-se as suplicações nos templos; em vão, recorriam aos oráculos ou a práticas semelhantes; tudo era inútil; finalmente desistiram, vencidos pelo flagelo. (...) A doença, impossível de descrever, assolava com uma violência que desorientava a natureza. (Tucídides, 1982, I, pp. 140-142)

A peste de Justiniano alastrou-se em toda a bacia mediterrânica, do ano 541 ao ano 767, conhecendo um pico em 592 e tendo matado aproximadamente entre um terço e a metade da população. Apareceu num momento conturbado de guerras expansionistas, por meio das quais Justiniano pretendia reunificar o império romano. Grégoire de Tours, na sua *Histoire des Francs*, refere-se às cidades de Arles, em 549, “cruelmente despovoada”, e de Clermont, em 567, como tendo num “certo domingo, 300 cadáveres na catedral” (citado em Brossolet, 1991, p. 546).

A peste negra, que se abateu sobre a Europa entre 1347 e 1352, fez entre 25 e 40 milhões de mortos, dizimando entre um terço e a metade da população deste continente. Pela sua importância e pela aura de que goza ainda hoje em dia no imaginário popular, esta peste revestiu vários nomes: grande pestilência, grande mortandade, doença dos inchaços, doença das virilhas, peste universal ou ainda morte negra. A peste ocorreu em plena Guerra dos Cem Anos, que se estendeu de 1337 a 1453, guerra essa que opôs o reino de França ao de Inglaterra e que coincidiu também com a grande fome de 1347, que assolou o continente europeu na sua quase totalidade. Boccace, o célebre escritor florentino, relatou-nos os dados sem rodeios:

quantos homens valentes, quantas belas damas, quantos graciosos jovens, que qualquer um e mesmo Galiano, Hipócrates, Esculápio teriam julgado em boa saúde, almoçavam de manhã com os seus pais, companheiros e amigos e, à noite, jantavam no outro mundo com os seus antepassados. (Boccace, 2006, p. 47)

Podemos ainda referir a epidemia de gripe espanhola que assolou o mundo de 2018 a 2020, ceifando à volta de cinquenta milhões de vidas e prolongando a carnificina da Primeira Guerra Mundial.

À luz destes dados, podemos interrogar-nos sobre o significado do recurso a uma linguagem que se refere explicitamente à guerra, na luta contra o coronavírus, numa altura em que não estamos em guerra, em que não conhecemos fomes, em que os Estados-providência colmatam as perdas suscitadas pelas situações de doença e de desemprego. E podemos interrogar-nos sobre o significado de uma guerra nestas circunstâncias:

concordemos, porém, que se trata de uma guerra estranha, em que o comandante-chefe tem como palavra de ordem: “escondam-se”; em que uma mobilização nos manda parar; em que nos apelam a não mais formar uma sociedade para formar uma nação, a isolar-nos para ficarmos juntos e a separar os corpos uns dos outros para nos aproximarmos deles em espírito. (Debray, 2020)

De um ponto de vista sociológico, esta interrogação não nos parece infundada. Talvez possamos invocar a situação de medo continuado que se deve à ausência de males reais, em sociedades enraizadas no liberalismo económico e no pluralismo político, governadas pelo processo da “securização” da vida. O mal, quer se chame doença ou terrorismo, é essa tendência residual que, nas nossas sociedades, não encontra mais nenhuma possibilidade de expressão. Recalcado, poderá ressurgir de forma paroxística e explosiva em qualquer altura e, enquanto não explodir, entorpecer o indivíduo no medo. Sintomático desse medo é o pânico gerado na população parisiense pela simples detonação de um avião supersónico a sobrevoar a cidade, em 30 de agosto de 2020. E é verdade que o 11 de setembro, bem como a COVID-19, nos apanharam de surpresa e soam como uma negação contundente das mais loucas esperanças que colocamos na proteção de Estados superpoderosos e nos progressos ilimitados em matéria de medicina.

Tornamo-nos muito fracos em matéria de energia satânica, irónica, polémica e antagónica, tornamo-nos sociedades fanaticamente moles ou molemente fanáticas. Ao perseguir a parte maldita dentro de nós e ao deixar brilhar apenas os valores positivos, tornamo-nos dramaticamente vulneráveis ao menor ataque viral... (Baudrillard, 1990, p. 89)

Podemos analisar e desmistificar as metáforas da guerra na presente pandemia, como o fez a ensaísta Susan Sontag acerca das metáforas da doença, no livro *La maladie comme métaphore* (1979). À metáfora patológica sucede, nos nossos dias, a metáfora guerreira. Em ambos os casos, uma figura retórica serve para designar o mal de que sofre a sociedade, para nomear e diabolizar um inimigo cuja perigosidade é proporcional à sua invisibilidade, para sublimar os medos adormecidos no fundo das nossas mentes, adaptando-se às necessidades ideológicas da época e às veleidades de poder que animam os políticos de todos os tempos e de todos os horizontes. A doença fica submetida a uma alteração de significado quando se lhe enxerta uma dimensão simbólica de que não dispõe à partida, quando se lhe conferem atributos que traduzem os disfuncionamentos sociais, a partir de considerações morais ou ideológicas. As expressões de uma guerra contra inimigos invisíveis sempre serviram para mobilizar os espíritos contra os perigos virtuais ou reais, potenciais ou atuais. Em tempos de COVID-19, estas expressões são objeto de uma requisição massiva por parte dos poderes políticos para legitimar a imposição de medidas drásticas de contingência e de emergência.

O recurso à metáfora guerreira acaba por desencadear uma guerra contra si próprio, exigindo do indivíduo que domine e reprima as suas pulsões gregárias: o desejo de beber um copo entre amigos, o desejo de prestar uma última homenagem a um ente desaparecido, o desejo de visitar um familiar num lar, o desejo de manifestar publicamente a sua alegria num estádio de futebol ou ainda o desejo de entrar em comunhão com os outros numa sala de concerto, num restaurante ou num bar. Sintomática dessa mania de enquadramento social e espacial foram as palavras do prefeito de Paris, Didier Lallemand, desejoso de controlar a ordem social e espacial, ao referir-se a uma guerra “cuja frente está em cada um de nós” (citado em Demoulin, 2020). É esta ideia de uma guerra contra nós próprios que subjaz ao sábio conselho que o Reitor da Universidade deu à comunidade académica da

Universidade do Minho, numa “Nota Informativa/COVID-19/Ponto de Situação”, num mail enviado em 16 de outubro de 2020: “todos somos agentes da saúde pública!”.

Os apelos à responsabilidade individual, tal como as críticas à inconsciência de comportamentos desrespeitadores das medidas do Estado de Emergência, remetem para uma caça ao animal gregário que está em todos nós, para uma generalização da noção de inimigo, que tanto diz respeito ao indivíduos como à sociedade em geral, e ainda para uma culpabilização e uma criminalização do inimigo: “todos aqueles que nos lindos bairros como nos subúrbios violam as regras sanitárias insultam a ciência e traem a República” (Perri, 2020). É ao endear a ciência e a República “una e indivisível” que os apologistas da ditadura político-sanitária procuram legitimar-se.

Do nosso ponto de vista, são os valores da pós-modernidade, cuja figura mítica é a de Dioniso, um deus com múltiplos rostos, incarnando as efervescências coletivas e os prazeres da vida, que estão a ser reprimidos. Ilustrativo desse facto são os discursos políticos que enaltecem de forma antecipada as virtudes profiláticas e curativas do recolher obrigatório, numa altura em que as medidas de confinamento, de distanciamento social e de generalização do uso das máscaras falharam os objetivos fixados.

A guerra é dual, dividindo o campo em amigos e inimigos, como no-lo dizia Carl von Clausewitz, que morreu com a epidemia de cólera, em 1831. E mais, Clausewitz acrescenta que a guerra é o meio pelo qual se realizam os fins políticos: “a guerra não é apenas um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios” (1980, p. 67). O que o eminente pensador alemão diz da guerra podemos dizê-lo dos discursos de guerra: são duais e um instrumento político para a justificação e a realização de determinados fins. Desse jeito, a metáfora guerreira na luta contra a COVID-19 está em sintonia com a visão apocalíptica cristã que era vivida nos termos dualistas de uma irremediável luta do bem contra o mal, sendo que pertencia a cada um nomear o seu inimigo, a sua “besta... com dez chifres e sete cabeças e nos seus chifres dez tiaras e nas suas cabeças nomes blasfematórios”, como nos é dito na Bíblia, no Apocalipse de João (Ap. 13: 1).

Na atual crise, a doença reveste a figura do caos ou do pecado, que encontramos respetivamente na mitologia grega e na religião cristã, ou ainda a da “patologia técnica”, para referir uma expressão do filósofo francês Jean-Claude Beaune (1998, p. 23). Na luta contra um inimigo invisível, são as reuniões em família, as socializações entre jovens, os agrupamentos entre amigos, à semelhança dos ajuntamentos desportivos, musicais e outros que estão em linha de mira, como se o vírus não se transmitisse em contexto laboral ou nos transportes públicos que os trabalhadores utilizam, como se o vírus fosse apenas contagioso de noite. Sintomáticas desta visão são as medidas adotadas em Portugal, com a proibição das deslocações entre concelhos, entre 30 de outubro e 3 de novembro, por causa do feriado do Dia de Todos os Santos e do Dia de Finados. Sintomáticas desta visão são também as últimas medidas adotadas em França, que submeteram 46 milhões de franceses

ao recolher obrigatório entre as 21 horas da noite e as seis horas da manhã e que sujeitaram toda a população a um novo confinamento geral, com exceção para os trabalhadores. Vemos que a mobilização total contra o vírus não é mais do que a encenação de uma “mobilização do mundo por meio da Figura do Trabalhador” (Jünger, 1989, p. 197).

Com efeito, estas medidas significam um retorno ao prometeísmo da modernidade. Ora, o atual prometeísmo, cego pela luz do dia e das suas promessas de libertação de redenção, não leva em consideração o simbolismo noturno, as imagens que são associadas ao regime noturno, sobre as quais se debruçou o antropólogo francês do imaginário, Gilbert Durand. Este lembra-nos que “a noite se torna, pelo contrário, o lugar privilegiado da incompreensível comunhão, [que] ela é jubilação dionisíaca” (Durand, 1979, p. 249). O atual prometeísmo esqueceu-se da profunda reflexão de Jorge Luis Borges (2016, p. 514): “ao longo das gerações, os homens erigiram a noite”. Por outras palavras, estas propostas, que pretendem liquidar a noite, deixam antever uma série de desobediências civis e de resistências contra a ditadura sanitária do Estado, contra “uma oligarquia político-mediática [que] se empenha, ao pretexto de uma crise sanitária, em manter a todo custo um individualismo exacerbado, que de forma alguma corresponde ao desejo profundo das tribos pós-modernas” (Maffesoli, 2020). Depois da intervenção do Presidente Macron que instaurava o recolher obrigatório, numa sondagem realizada para o canal informativo francês LCI, 6 % dos inquiridos declaravam que não iriam respeitá-lo, enquanto 16 % dos inquiridos afirmavam que o respeitariam, “outorgando-se algumas exceções” (Lenoir, 2020). É bem sabido que não há regras sem exceções. É sabido também que as exceções de hoje serão as regras de amanhã.

Referências

- Baudrillard, J. (1990). *La transparence du mal. Essai sur les phénomènes extrêmes*. Paris: Galilée.
- Beaune, J. C. (1998). *Philosophie des milieux techniques. La matière, l'instrument, l'automate*. Seyssel: Éditions Champ Vallon.
- Boccace (2006). *Le Décaméron*. Paris: Gallimard/Folio.
- Borges, J. L. (2016). *Poesía completa*. Madrid: Editora Debolsillo.
- Brosselet, J. (1991). Épidémies dans l'Antiquité. In J. L. Miège, J. Brosselet & G. Duby (Eds.), *Épidémies. Encyclopædia Universalis, Tomo 8* (pp. 544-553). Paris: Encyclopædia Universalis Éditeur.
- Clausewitz, C. V. (1980). *De la guerre*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Coronavirus: Xi Jinping affirme que l'épidémie “s'accélère” en Chine (2020, 25 de janeiro). *Paris Match*. <https://www.parismatch.com/Actu/International/Xi-Jinping-affirme-que-l-epidemie-s-accelere-en-Chine-1670631>
- Debray, R. (2020, 19 de março). Quitte ou double. *Marianne*. <https://www.marianne.net/agora/humeurs/quitte-ou-double-par-regis-debray>
- Demoulin, C. (2020, 19 de março). Drôle de déclaration de guerre... *Libération*. https://www liberation.fr/debats/2020/03/19/drole-de-declaration-de-guerre_1782230
- Durand, G. (1979). *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Bordas.

Jeanneney, J. N- (2020). *Virus ennemi. Discours de crise, histoire de guerres*. Paris: Gallimard.

Jünger, E. (1989). *Le travailleur*. Paris: Christian Bourgois Éditeur.

Lenoir, L. (2020, 15 de outubro). Ces Français qui ne respecteront pas le couvre-feu et dénoncent “une intrusion intolérable”. *Le Figaro*. <https://www.lefigaro.fr/actualite-france/ces-francais-qui-ne-respecteront-pas-le-couvre-feu-et-denoncent-une-intrusion-intolerable-20201015>

Maffesoli, M. (2020, 16 de outubro). Le port obligatoire de la muselière dans les rues suffit-il à nous faire obéir? *Le Courrier des stratèges*. <https://lecourrierdesstrategies.fr/2020/10/16/maffesoli-le-port-obligatoire-de-la-museliere-dans-les-rues-suffit-il-a-nous-faire-obeir/>

Perri, P. (2020, 19 de março). Violer le confinement, c’est insulter la science et trahir la République! *Les Echos*. <https://www.lesechos.fr/idees-debats/cercle/opinion-violer-le-confinement-cest-insulter-la-science-et-trahir-la-republique-1186825>

Sá, P. (2020, 18 de março). Marcelo. “Esta é uma guerra! Quanto mais depressa formos mais depressa salvamos vidas”. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/poder/marcelo-esta-e-uma-guerra-quanto-mais-depressa-formos-mais-depressa-salvamos-vidas-11951098.html>

Sontag, S. (1979). *La maladie comme métaphore*. Paris: Christian Bourgois Éditeur.

Tucídides (1982). *Histoire de la guerre du Péloponnèse, I-II*. Paris: Garnier-Flammarion.

Yin, H. (2020, 21 de fevereiro). Une bataille spéciale pour sauvegarder l’esprit de la civilisation. *People’s Daily*. <http://french.peopledaily.com.cn/Horizon/n3/2020/0221/c31362-9660496.html>

A pandemia e a inovação: o caso da “Stay Away Covid”

Ivo Domingues

Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-0976-0247

O objeto empírico aqui abordado consiste na alteração do regime jurídico de descarga e uso da aplicação informática designada Stay Away Covid (SAC). Esta aplicação é, no seu vídeo de promoção institucional, anunciada como sendo de descarga “voluntária, anónima e segura” e cujo uso é legitimado pela desafiante promessa “vamos quebrar a cadeia de transmissão”¹. A realização deste objetivo depende de fatores sociais e tecnológicos, não tendo condições de possibilidade de sucesso. Convicto disso, o governo quis alterar as condições jurídicas de uso da aplicação, tornando a sua descarga e o seu uso obrigatórios em contexto laboral, académico e militar. Este objeto empírico é abordado por meio de duas questões de pesquisa: Por que foi mínimo o sucesso da inovação tecnológica orientada para o rastreamento de contactos de risco de contaminação? Por que foi suspensa a medida política orientada para corrigir condições inibidoras do sucesso da inovação?

Orientação teórica

A abordagem aqui realizada é suportada na Teoria Ator-Rede (TAR). Esta recusa as dicotomias macro-micro e estrutura-agência (Latour, 2005b; Law & Bijker, 1992), reconhece a capacidade agêntica a actantes humanos e não humanos e adota os eventos sócio-técnicos como unidades de observação empírica (Latour, 1987, 2005b; Law, 1994); a agência é a capacidade para “fazer acontecer” (Latour, 2005a) e é realizada por actantes humanos e não humanos que “deixam/fazem fazer” (Gomart & Hennion, 2005). Esta comunhão ontológica permitiu alargar a diversidade de actantes que participam em redes (Lee & Stenner, 2005). Deste modo, criam-se condições para analisar o software e os telemóveis não como meros recursos dos actantes humanos, mas como entidades dotadas de capacidade transformacional. Assim, esta teoria foca as relações sócio-técnicas desenvolvidas em redes de actantes humanos e não humanos.

Análise empírica e teórica

A agência da prevenção é híbrida

As múltiplas agências alteram a natureza ontológica da ação. Ela é híbrida, partilhada entre actantes, sejam pessoas, máquinas, instrumentos, documentos, signos ou edifícios (Latour, 1996), conversas, textos, máquinas e arquiteturas (Law, 1994), o que implica reconhecer que o tecnológico e o social estão combinados em diversos graus (Law & Bijker, 1992). Todos os actantes pertencem a redes de dependências (Lee & Stenner, 2005), sendo a atividade humana potenciada e condicionada por actantes não humanos (Gomar & Hennion, 2005). Neste caso, participam actantes humanos (governantes, políticos, dirigentes públicos, médicos, especialistas de direito, responsáveis militares e corporativos, jornalistas) e não humanos (aplicação informática, telemóveis e rede internet). Assim, nova rede é constituída para

¹ Ver https://play.google.com/store/apps/details?id=fct.inesctec.stayaway&hl=pt_PT&gl=US

equacionar as translações operadas noutra rede de actantes e a informação produzida influenciará as translações sobre a SAC nas redes de deputados da Assembleia da República.

Múltiplas redes de actantes e múltiplos eventos

A inovação mobiliza diversas agências organizadas em redes que se entrecruzam em diversos eventos. Os eventos são translações em rede que transportam transformação (Latour, 2005b), entre si conectados por conhecimento pelos actantes criado (Latour, 1987); a literatura mostra que a realidade é produtora e produto de múltiplas agências (Korsgaard, 2011). Os eventos realizados e reportados nos meios de comunicação social pertencem a diferentes redes. A rede dos actantes políticos organizou a maior parte dos eventos: apresentação do programa “Simplex 20-21”, Conferência Nacional do Partido Socialista e a Cimeira Ibérica, admissão de diplomas do governo e de partido da oposição pelo presidente da Assembleia da República, pedido de suspensão da votação do diploma do governo e votação do diploma da oposição na Assembleia da República. A rede de actantes jornalistas participa em eventos organizados por actantes políticos e cria os seus próprios eventos através de entrevistas realizadas a diversas entidades públicas e privadas, coletivas e individuais.

O insucesso como consequência (não) intencionada

As agências são intencionais, mas a intencionalidade não assegura a relação entre intenção e resultados. A agência humana pode ser recurso ou resultado da ação (Latour, 1994) e a ação dos actantes humanos é sempre intencional, mas a sua intencionalidade é mediadora e não assegura conexão entre efeitos desejados e efeitos obtidos (Latour, 2005b). O sucesso da SAC foi limitado por condições de possibilidade motivacionais e tecnológicas que condicionaram a agência dos actantes humanos. Na verdade, as agências criadoras da aplicação terão desvalorizado esses limites e isso limitou as possibilidades de sucesso. A iniciativa legislativa para transformar a descarga e uso da SAC de voluntária em obrigatória também não considerou limitações legais, operacionais e éticas, o que transformou bem-intencionada proposta em proposta sem condições políticas de aprovação. A racionalidade limitada limitou as condições de possibilidade de nova inovação. Ou, alternativamente, facilita a realização de outras agências operacionalmente desconectadas desta agência legislativa. Foi dito, por actante não políticos consultado, que a iniciativa legislativa “é manobra de diversão do governo perante os riscos da aprovação do orçamento de estado”², ou seja, a agência legislativa sanitária altera o contexto da realização da agência orçamental e o (in)sucesso da primeira melhora as condições de sucesso da segunda.

² Ver <https://24.sapo.pt/tecnologia/artigos/covid-19-oficiais-das-forcas-armadas-repudiam-o-uso-obrigatorio-da-app-stayaway-covid-pelos-militares>

Ser rede sem ser ator-rede

A ocorrência de eventos mobiliza diversas redes. Uma associação de actantes transforma-se em ator-rede quando assenta em conexões entre atores que têm efeitos recíprocos (Steen, Coopmans & Whyte, 2006) e adquire uma figuração que explica as suas agências (Latour, 2005b). Neste caso, a conexão de redes não constitui um ator-rede. Os diversos eventos nela ocorridos são pouco estruturados e as translações realizadas produzem informação convertida em conhecimento que tem limitado impacto na agência dos actantes humanos e não humanos. Assim, os efeitos espaciais e temporais dos eventos micro não adquirem extensão instituinte do nível macro. De facto, uma semana após o lançamento oficial da SAC, mais de meio milhão de pessoas tinham descarregado a aplicação, mas apenas sete delas se declaram infetadas, tendo ativado 20 sinalizações de risco declaradas³. Assim, o número de translações realizadas entre actantes telemóveis é mínimo e o valor de uso da aplicação é irrelevante. Por isso, será mais fácil constituir uma figuração para justificar a frágil agência dos seus actantes do que os actantes constituírem uma figuração para explicar a sua agência.

A rede SAC é contextualizada mas não contextualizadora

A agência é contextualizada e contextualizadora. As interações são contextualizadas e instanciam os contextos (Latour, 2005b), os quais “fluem localmente entre redes” (Latour, 2005a, p. 18) e o contexto interno das redes, animado pela iniciativa, intencionalidade e criatividade dos atores, não se submete ao contexto externo, o qual é social e técnico (Latour, 2005b). O evento principal deste fenómeno – a declaração política da obrigatoriedade legal do uso da aplicação – é contextualizada e justificada por conexões entre diversos contextos específicos. No plano económico, o agravamento da despesa pública na saúde, o decréscimo da receita fiscal por diminuição da atividade económica e a indesejabilidade de agravamento da elevada dívida pública asfixiam as finanças públicas. No domínio sanitário, o elevado crescimento aritmético do número de contágios ameaça a capacidade dos cuidados intensivos hospitalares. No plano tecnológico, a aplicação foi desenhada para ser usada voluntariamente, dependendo a sua descarga e uso da vontade de cada actante humano, livre de constrangimentos com exceção da aptidão do seu telemóvel para uso e da sua consciência cidadã. Por isso, a desejada transformação do regime de voluntariedade em regime de obrigatoriedade permitiria que a aplicação interviesse no contexto e esta transformação *agêntica* será o motivo da agência política do governo.

³ Ver <https://expresso.pt/sociedade/2020-09-20-Covid-19-Mais-de-1-milhao-de-pessoas-descarregaram-a-aplicacao-Stayaway-Covid--INESC-TEC>

Associação de entidades heterogêneas reduz a capacidade agêntica do governo

O objeto sociológico são as associações reassembladas. O “social é conjunto de associações entre elementos heterogêneos” (Latour, 2005b, p. 5), podendo a associação de humanos e não humanos incluir diversas áreas de atividade (Johnson, 1988), e o social é um movimento de reassociação ou de reassemblagem operado por translações (Latour, 2005b). A rede de jornalistas criou nova rede sucessivamente recriada através de contactos com elementos de outras redes para produzir dados convertidos em informação e esta em conhecimento. Nela integrou entidades coletivas públicas e corporativas (Comissão Nacional de Proteção de Dados, Associação Defesa dos Direitos Digitais, Conselho Nacional de Saúde, União Geral dos Trabalhadores, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Associação de Oficiais das Forças Armadas), políticas (partidos políticos) e pessoas individuais (especialistas em direito constitucional). Esmagadoramente, as entidades envolvidas nesta rede sublinham a gravidade da proposta para as liberdades individuais e a sua potencial ineficácia. Estas translações que converteram textos oficiais e notícias jornalísticas em perceções partilhadas reduzem a capacidade agêntica do governo, tendo este requerido a suspensão da apreciação política do diploma legal.

Responsabilidade pessoal: o elo agêntico que falta

A TAR considera a responsabilidade no seu sistema teórico. Ela tem origem legal e social (Latour, 2005b), é atribuível a atores (Latour, 1987) que compõem a rede composta de co-responsabilidades (Lee & Steener, 2005). Contudo, a teoria não especifica quais as capacidades *agênticas* que facultam a responsabilidade (Waelbers, 2011), não considera os diferentes níveis de responsabilidade (Domingues, 2016) nem problematiza a responsabilidade como capacidade *agêntica* tipicamente humana. A abordagem da responsabilidade, enquanto mediadora da conexão entre a motivação voluntária da agência e os efeitos intencionais ou não intencionais da agência dos actantes humanos, ajuda a compreender o fenómeno. Em diferentes eventos, o primeiro-ministro sublinhou que descarregar a aplicação é “exercício de responsabilidade e de solidariedade” e que “é necessário usar a responsabilidade pessoal como arma de combate”. A necessidade de mobilizar a capacidade de responsabilidade significa que ela não tem capacidade *agêntica*. O desenho da aplicação sobrevalorizou a capacidade transformadora da responsabilidade e estimulou a criação do modelo baseado na voluntariedade dos actantes humanos, cuja prática minimizou as translações a frequências irrelevantes. Em suma, esta inovação é ineficaz e ineficiente porque faz depender o seu sucesso coletivo (a prevenção da contaminação) da voluntariedade individual (dos actantes humanos).

Conclusões

A reflexão sobre esta inovação permite formular as seguintes conclusões: a inovação obteve baixo nível de sucesso, o que é revelado pelo baixo número de translações

entre telemóveis para sinalizar riscos de contaminação; o insucesso é explicável por desadequada conceptualização da agência humana na qual se baseou o desenho da aplicação; a alteração formal e técnica do protocolo de descarga e uso implica discussão pública que envolve comunidade de redes existentes, cujas agências produzem conhecimento limitador da agência política do governo; a conceptualização da responsabilidade pessoal no desenho de inovações tecnológicas é fundamental, pois a agência humana pode ser mais importante do que a agência não humana; a deficiente conceptualização da agência não humana pode reduzir a eficiência social da inovação tecnológica; a inovação tecnológica também é inovação social.

Referências

- Domingues, I. (2016). Organizational change success as a communicational agency effect: Structuration, textualizing, and networking. In C. Machado & P. Darwin (Eds.), *Technological challenges and management: Matching human and business needs* (pp. 51-79). Londres: Taylor & Francis.
- Gomart, E. & Hennion, A. (1999). A sociology of attachment: music amateurs, drug users. *The Sociological Review*, 47(1_suppl), 220-247. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1999.tb03490.x>
- Johnson, J. (1988). Mixing humans and nonhumans together: The sociology of a door-closer. *Social Problems*, 35(3), 298-310. <https://doi.org/10.2307/800624>
- Korsgaard, S. (2011). Entrepreneurship as translation: Understanding entrepreneurial opportunities through actor-network theory. *Entrepreneurship & Regional Development*, 23(7-8), 661-680. <https://doi.org/10.1080/08985626.2010.546432>
- Latour, B. (1987). *Science in action*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Latour, B. (1994). On technical mediation: Philosophy, sociology, genealogy. *Common knowledge*, 3(2), 29-64.
- Latour, B. (1996). On ator-network theory: A few clarifications. *Soziale Welt*, 47(4), 369-381. <https://www.jstor.org/stable/40878163>
- Latour, B. (2005a). On recalling ANT. In J. Law & J. Hassard (Eds.), *Actor Network Theory and after* (pp.15-25). Oxford/Malden: Blackwell.
- Latour, B. (2005b). *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: University Press.
- Law, J. & Bijker, W. E. (1992). Postscript: technology, stability and social theory. In W.E. Bijker & J. Law (Eds.), *Shaping technology/building society-studies in sociotechnical change* (pp. 290-308). Cambridge/Massachusetts/Londres: MIT Press.
- Law, J. (1994). *Organizing modernity*. Oxford: Blackwell.
- Lee, N. & Stenner, P. (2005). Who pays? Can we pay them back? In J. Law & J. Hassard (Eds.), *Actor Network Theory and after* (pp. 90-112). New Jersey: Blackwell Publishing.
- Steen, J., Coopmans, C. & Whyte, J. (2006). Structure and agency? Actor-network theory and strategic organization. *Strategic Organization*, 4(3), 303-312. <https://doi.org/10.1177/1476127006067033>
- Waelbers, K. (2011). *Doing good with technologies: Taking responsibility for the social role of emerging technologies (Philosophy of Engineering and Technology)*. Londres: Springer.

4. CRISE E INSTITUIÇÕES

Crise de confiança

Helena Machado

Professora Catedrática do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0001-8554-7619

A dimensão sociológica da confiança

A confiança tem uma vertente emocional e cognitiva, mas também uma dimensão coletiva que permite sustentar em termos sistémicos a ordem social. Uma das funções principais da confiança é assegurar dispositivos de controlo de incerteza face à imprevisibilidade do futuro, sem criar disrupção social. Mais do que uma função psicológica e individual, em termos sociológicos torna-se crucial abordar a confiança como um fenómeno social que é moldado por trajetórias históricas, políticas e culturais que irão condicionar a forma como as sociedades lidam com futuros incertos.

Autores como Luhmann (1979), Barber (1983) e Lewis e Weigert (1985) propuseram abordagens que colocaram o tema da confiança no centro da compreensão das dinâmicas sociais, económicas e políticas das sociedades contemporâneas. Entre outras funções, a confiança representaria, para estes autores, um papel fundamental em todos os sistemas sociais por permitir que os membros de uma dada sociedade pudessem agir de acordo com futuros expectáveis, por sua vez tornados possíveis pela segurança veiculada pela previsibilidade da presença e ação dos outros ou pelas suas representações simbólicas (Lewis & Weigert, 1985, p. 968). Em suma, sem a segurança da previsibilidade dos fluxos das interações sociais e da contenção de riscos – ou seja, sem confiança – as sociedades entregar-se-iam ao que Luhmann descreveu como cenário de “caos e medo paralisante” que, em última instância, tornaria inviável a continuidade de um determinado sistema social (Luhmann, 1979, p. 4).

Ao contrário do que alguns pensadores que se debruçaram sobre o tema da confiança tendem a veicular, a confiança não é algo monolítico ou um simples dado adquirido. Exige antes uma contínua revalidação e legitimação. Ou seja, a confiança tem uma importante dimensão performativa. Neste pequeno texto, proponho-me refletir sobre a “crise de confiança” instalada na sociedade portuguesa, numa perspetiva de performatividade. Ou seja, coloco interrogações sobre a volatilidade da confiança em Portugal, à luz de acontecimentos recentes relacionados com a gestão da pandemia da COVID-19. A análise que realizarei inspira-se em estudos sociológicos sobre a “sociedade do risco” – termo cunhado por Ulrich Beck (1992) e Anthony Giddens (1999) – para abordarem as complexidades criadas pela ação da ciência e tecnologia em sociedades de modernidade tardia. A confiança e a desconfiança dos cidadãos parecem depender cada vez mais de dois fatores interrelacionados: por um lado, a legitimação do papel de comités de cientistas e peritos em processos de tomada de decisão e de políticas públicas; por outro, a forma como os governos promovem ou apelam à participação dos cidadãos no combate à crise sanitária.

O que é que a pandemia de COVID-19 nos diz sobre a perpetuação da sistémica debilidade de confiança pública na classe política e nas instituições do Estado em Portugal? O que é que nos transmite sobre as relações entre a ciência, os decisores de políticas públicas e os cidadãos? De que modo a forma como o governo comunica o risco e apela à participação dos cidadãos contribuem para a construção social da confiança, ou do seu reverso, a desconfiança? Em suma, como é que a multiplicidade de relações intersubjetivas e sistémicas que causam uma crise de confiança em contexto de pandemia podem significar, em última instância, uma crise simbólica da democracia representativa?

Ciência e (des)confiança pública

A pandemia de COVID-19 veio lembrar, em contornos dramáticos, a importância da comunicação de ciência junto de públicos diversificados. Decisores políticos e cientistas, assim como profissionais de comunicação e os próprios cidadãos, terão tomado consciência da importância que tem uma comunicação credível para a eficácia da adoção de medidas e comportamentos que ajudem na contenção da propagação do vírus.

Na fase de confinamento, a comunicação dos decisores políticos em Portugal parece ter colhido ampla aceitação pública. Estima-se que os meios de comunicação social tenham ajudado substancialmente a transmitir para os cidadãos a aceitação das restrições de várias liberdades civis. Contudo, quando se passou para a fase de implementação de uma estratégia de regresso progressivo a uma normalidade condicionada, as práticas de comunicação da classe política foram perdendo legitimidade junto dos diferentes públicos. Os desafios inerentes a comunicar tensões problemáticas sem gerar desconfiança relativamente à proteção do bem público tornaram-se avassaladores. Como acautelar interesses económicos e a sustentabilidade produtiva e material e, simultaneamente, proteger a saúde pública? Como conciliar medidas de segurança com potenciais ameaças à privacidade? Como explicar aos cidadãos a aparente volatilidade de políticas públicas de saúde (por exemplo, em relação ao uso de máscara) e a alegada contradição de resultados de estudos científicos? Estes são alguns exemplos de questões urgentes e prementes que criaram dúvidas, conflitos e disrupções, não só em Portugal mais em muitos outros países.

Portugal é um país com limitada tradição histórica e cultural de envolvimento de cientistas nas decisões políticas e na comunicação pública de fenómenos relacionados com ciência (Pinto, 2016). A pandemia COVID-19 veio tornar claras as debilidades de estratégias de comunicação pública de assuntos de ciência e as sistémicas dificuldades da classe política em incorporar, nas suas decisões, as orientações e recomendações de peritos e especialistas.

Por iniciativa do governo português, desde a fase inicial da pandemia em Portugal que ocorreram reuniões regulares, sobre a evolução da COVID-19 em território nacional, que juntaram peritos, políticos e parceiros sociais. O modelo de funcionamento das reuniões – sobretudo expositivo e de pendor técnico – foi amplamente criticado por diferentes quadrantes políticos. Não só se questionava publicamente a utilidade destas reuniões em termos de efeitos práticos, como se apelava para a construção de uma estratégia de comunicação alternativa, aberta aos cidadãos e com orientação mais pragmática. Depois de dois meses de interrupção, as reuniões conjuntas de peritos, políticos e sindicatos, foram retomadas em setembro de 2020, com transmissão aberta das intervenções iniciais dos técnicos. Contudo, comunicar informação técnica de saúde pública, em contexto de elevada incerteza como é o caso da pandemia de COVID-19, não se resolve com uma simples transmissão televisiva aberta para todos os cidadãos. O que é realmente necessário é construir um repertório comunicacional que, de facto, envolva todos os intervenientes: uma comunicação engajadora e com significado impactante para audiências diversas.

Comentadores de diferentes partes do mundo, interessados no modo como líderes políticos de diferentes países têm lidado com a pandemia de COVID-19, têm vindo a destacar os “casos de sucesso” da Islândia e outros países Nórdicos ao Taiwan, à Alemanha e Nova Zelândia. Estes países são recorrentemente comparados com lideranças políticas que se revelaram aparentemente desastrosas, como caso do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Se há quem encontre na variável género – ou seja, um estilo “feminino” de liderança – a explicação para o “sucesso” na gestão da pandemia, uma análise mais detalhada permite mapear outros elementos: em primeiro lugar, a estreita associação entre decisores políticos e peritos. Esta articulação e simbiose entre cientistas e políticos configurou-se na criação de uma nova figura, indutora de confiança: o político que explica, em linguagem acessível a toda a população, conceitos científicos complexos relacionados com a pandemia. As explicações simples, em linguagem leiga, de Angela Merkel, Chanceler da Alemanha, sobre a curva epidémica e parâmetros de transmissibilidade fizeram furor, por todo o mundo, nas redes sociais. Comunicar com sentido impactante junto de diversas audiências significou, também, abandonar o estilo retórico que caracteriza o discurso político convencional. Estas líderes políticas orientaram a sua comunicação para uma semântica destinada a denotar preocupação, cuidado e empatia: desde conferências de imprensa especialmente dedicadas a crianças (Noruega e Dinamarca), a comunicações ao país em cenários informais ou no aconchego das suas casas de família.

Contudo, a estratégia de comunicação destas líderes políticas não se fez apenas por via de elementos emocionais e empáticos (porventura, os mais condizentes com estereótipos de “liderança feminina”). Outras ações foram decisivas para a gestão bem-sucedida da pandemia na sua fase inicial: desde o fechar muito cedo de fronteiras (Nova Zelândia), à distribuição massiva de máscaras (Taiwan) ou disponibilização de testes grátis à COVID-19 a toda a comunidade (Islândia). Ficou ainda emblemática a ação de Sanna Marin, primeira-ministra da Finlândia, que convocou influenciadores de redes sociais para desempenharem o papel de agentes de informação no combate à pandemia.

A construção de confiança, fez-se, assim, pela mobilização de informação científica e sua comunicação de um modo flexível, inovador e adaptado a diferentes audiências. O estilo tecnicista das reuniões de peritos, políticos e parceiros sociais em Portugal peca por falta de eficácia e impacto comunicacional. Aparentemente aberto a “todos” desde a decisão do governo em realizar transmissões televisivas das intervenções dos peritos, este tipo de comunicação de ciência veicula a ilusão da participação, permanecendo circunscrito às elites.

Da responsabilidade individual aos problemas coletivos

Estudos históricos e sociológicos recordam-nos que as pandemias, epidemias e surtos constituem momentos particularmente evidentes de cristalização das redes complexas de relações sociais e de poder, convertendo-as em problemas sociais ora identificáveis ora subsumidos, como desigualdades e vulnerabilidades, violência, estigmatização e marginalização.

Slogans como “somos todos agentes de saúde pública” têm como referencial normativo e moral o cidadão “responsável” e altruísta. A este tipo-ideal de cidadão, construído pelo poder político, contrapõe-se o cidadão que não entra nesta categorização social (e moral): seja porque resiste ou porque não dispõe de recursos para o fazer. Ao cidadão que aceita ser um agente individual de promoção de saúde pública e segurança tende a corresponder um determinado estatuto social, que entra em profundo contraste com outros indivíduos e populações excluídos desta corresponsabilização (French & Monahan, 2020) – dos “idosos” e “grupos de risco” aos “imigrantes” e “refugiados”.

Em suma, os apelos à participação de todos os cidadãos no combate à pandemia COVID-19 por via do enfoque na responsabilidade individual neutralizam a responsabilidade do Estado no acesso coletivo e universal a cuidados de saúde e na função de velar pela segurança e bem-estar de todos.

Conclusão

Depois de uma fase da história recente de profundo abalo da confiança pública no Governo, sentido em Portugal no período de 2012 a 2014 (Torcal, 2014), durante a maior recessão económica das quatro últimas décadas, ter-se-á sentido uma recuperação de níveis de confiança dos cidadãos que se viu agora novamente ameaçada perante a gestão errática da pandemia de COVID-19.

Para “vencer” o vírus, necessitaríamos de uma revolução cultural assente na solidariedade e preocupação com o coletivo. Esta revolução está ainda por fazer e parece, por ora, condenada ao fracasso: em vez de fortalecer laços sociais e confiança, a gestão política da pandemia isola e individualiza os cidadãos. Não gera nenhum sentimento coletivo forte.

A sociedade necessita de reforçar mecanismos democráticos de transparência e prestação de contas aos cidadãos que tornem claro que o cuidado é o bem comum a prevalecer, norteado pela redução do sofrimento, justiça e respeito mútuo. São estes os pilares que sustentam a confiança, a participação e a solidariedade da população. Por outras palavras, a confiança não é um dado adquirido: constrói-se, conquista-se e “performa-se”.

Referências

- Barber, B. (1983). *The logics and the limits of trust*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage.
- French, M. & Monahan, T. (2020). Disease surveillance: how might Surveillance Studies address COVID-19? *Surveillance & Society*, 18(1), 1-11. <https://doi.org/10.24908/ss.v18i1.13985>
- Giddens, A. (1999). Risk and responsibility. *The Modern Law Review*, 62(1), 1-10. <https://doi.org/10.1111/1468-2230.00188>
- Lewis, D. J. & Weigert, A. (1985). Trust as a social reality. *Social Forces*, 63(4), 967-985. <http://dx.doi.org/10.1093/sf/63.4.967>

Luhmann, N. (1979). *Trust and power*. New Jersey: Wiley.

Pinto, H. (2016). Science, technology and innovation and public policy in Portugal: Trajectories towards 2020. *Public Policy Portuguese Journal*, 1(1), 94-106.

Torcal, M. (2014). The decline of political trust in Spain and Portugal: Economic performance and political responsiveness. *American Behavioral Scientists*, 58(12), 1542-1567. <https://doi.org/10.1177/0002764214534662>

Crise e conspiração

Joel Felizes

Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0001-7096-9114

Tratar das diversas conexões que se estabelecem entre os momentos de crise, como aquele que o mundo vive em 2020, motivada pela COVID-19, e a multiplicação de toda a espécie de teorias de conspiração é, no lugar da racionalidade científico-social em que nos encontramos, uma missão que se afigura à partida justificada, a bem da própria sanidade da sociedade. Todavia, para além da tarefa de denúncia do perigo que aquela multiplicação de pseudoteorias representa, podemos também procurar, em termos necessariamente breves, alguma explicação para estas manifestações típicas de uma certa irracionalidade. Sabemos de resto que, pelo menos no quadro das Ciências Sociais, aquilo em que as pessoas acreditam (ou dizem acreditar), por mais inverosímil que seja, pode ser sempre objeto de análise. Entremos, pois, um pouco nestes domínios obscuros das teorias da conspiração.

O lado lúdico das teorias da conspiração

O cientista político Michael Barkun identifica as seguintes características das teorias da conspiração: nada acontece por acidente; nada é o que parece; tudo está interligado (Barkun, 2013, pp. 3-4, citado em Butter & Knight, 2020, p. 1). A este fundo de motivação podemos ainda acrescentar uma explicação proveniente das neurociências: segundo alguns especialistas, a própria estrutura do nosso cérebro está especialmente preparada para detetar anomalias em algumas explicações e, ato contínuo, para “sobreinterpretar” esses detalhes aparentemente inconsistentes e atribuir-lhes causas prováveis. É um mecanismo semelhante ao que nos permite, num texto, completar palavras e ideias, mesmo se o que lemos tem falta de algumas letras ou até letras ou partes trocadas¹.

Uma das mais conhecidas teorias da conspiração é a que garante que afinal a ida dos astronautas à Lua foi um embuste (de proporções colossais, se olharmos à complexidade destas missões espaciais). Por exemplo, num inquérito recente apurou-se que 6,5% dos franceses acreditam nesta hipótese conspirativa². Claro, estes duvidosos inquéritos esquecem que, para muitos dos inquiridos, pode ser, de facto, divertido dizer, sob a capa do anonimato, que se acredita em algo tão inverosímil. Esta tese de que afinal boa parte da popularidade das teorias da conspiração se deve simplesmente a um motivo lúdico, a uma brincadeira, parece consistente, pelo menos no caso de teorias absurdas como a que sustenta que o nosso planeta não é redondo, mas plano.

Quase poderíamos dizer que aqueles que se esforçam por desmentir alegações tão desconchavadas acabam também por cair nesta armadilha de imbecilidade. Pensando ainda no caso da negação da ida à Lua, fará sentido perder tempo a tentar convencer alguém aparentemente cético de que a NASA não falsificou os desembarques, de que eles não foram encenados em Hollywood, com o patrocínio da Disney, com base num guião escrito por Arthur C. Clarke e dirigido por Stanley Kubrick, como alguns parecem querer acreditar? Haja paciência.

¹ Ver, por exemplo, a edição nº 1187 da revista *Science & Vie*, de agosto de 2016, nas páginas 44-53.

² Na mesma revista, página 49.

O lado trágico das teorias da conspiração

A torção da verdade e a crença em complôs tem, como todos sabemos, uma longuíssima história, frequentemente marcada por toda a espécie de tragédias. Para nos atermos a épocas e alegadas conspirações sobre as quais existe documentação, valerá a pena reter alguns exemplos que, de algum modo, estão também inscritos na história de Portugal. São casos como os da perseguição que foi movida à ordem religiosa dos Templários, no início do século XIV, pelo rei francês Filipe, o Belo, e que desencadeou o fim desta outrora poderosa congregação. Os rumores postos então a circular sobre os templários (acusados de heresia e de todo o tipo de imoralidades) são similares aos que, também desde longa data, vilipendiam os judeus (pelo menos desde o século XI), ou até a maçonaria (pelo menos desde o século XVIII).

Por razões históricas e infelizmente trágicas, o caso das conspirações atribuídas ao povo judaico é particularmente emblemático. Por exemplo, numa edição especial da revista *L'Histoire* (2019)³, dedicada ao antissemitismo em França, é possível percorrer as diferentes eras da judeofobia, com origens na Antiguidade, pois os judeus foram frequentemente os “bodes expiatórios” ideais para cada nova crise. Claro, como fundamento mais ou menos evidente desta teoria de conspiração judaica está a reiterada acusação, recorrente ao longo da história, de que foram os judeus, o “povo deicida”, os responsáveis pela morte de Jesus Cristo. Para alguns, a referência aos conhecidos (e comprovadamente apócrifos) Protocolos dos Sábios de Sião, datados de 1903, serão uma reedição desta judeofobia. Mais tarde, a catástrofe que se abate sobre este povo durante a Segunda Guerra Mundial, tem por trás igualmente a ampla divulgação, especialmente pelo regime nazi, de todo o tipo de ficções conspirativas que tinham por alvo esta comunidade.

As (desconcertantes) conspirações de hoje

Chegamos então aos nossos tempos com uma razoável dose de construções de edifícios conspirativos que misturam todo o tipo de referências, algumas retomando as velhas teorias que referimos, como parece suceder com o caso das conspirações e desmesurada influência atribuídas aos chamados Illuminati, grupo improvável, mas popularizado em obras de ficção como os romances de Dan Brown. Esta ligação entre literatura e teorias da conspiração permite-nos de novo fazer esta associação entre o prazer da leitura e o prazer de imaginar que o mundo que nos rodeia não é assim tão aborrecido, pois nele vive uma vasta legião de indivíduos e de organizações, a quem atribuímos intenções maléficas (a chamada Nova Ordem Mundial). São, pois, os novos supervilões da banda desenhada da nossa infância e juventude e que por isso nos podem fazer ascender ao estatuto de super-heróis, numa luta contra um perigo iminente para toda a humanidade. No caso da conspiração dos Illuminati, ela é descrita pelo escritor Jean-Jacques Bedu do seguinte modo:

³ Ver edição número 83 (abril-junho), que tem como tema de capa “L’antisémitisme en France”.

Os Illuminati prepararam o caminho para um governo mundial único, responsável desde o século XVII por todos os males do mundo: a Revolução Francesa, a Guerra da Independência Americana e a Revolução Bolchevique; as duas Guerras Mundiais; o assassinato de John Fitzgerald Kennedy; os atentados de 11 de setembro de 2001 e, em outras áreas, a pretexto de regular a população mundial e a eliminação de certas raças consideradas nocivas, são responsáveis pela SIDA, bem como pelo aumento do número de cânceros ligados ao uso de aditivos alimentares e de ondas eletromagnéticas. (Bedu, 2005, p. 78)

Não surpreende por isso que um dos nomes mais citados em muitas das atuais teorias da conspiração seja o do multimilionário investidor de origem judaica George Soros, hoje com 90 anos. Soros, juntamente com outros multimilionários como Bill Gates e ainda com o apoio de figuras como o ex-Presidente dos EUA Barack Obama e a antiga senadora e candidata presidencial Hillary Clinton, seriam, em conluio, os responsáveis por uma conspiração político-sexual destinada à tomada do poder naquele país, complô conhecido como “QAnon”, que coloca o chamado “deep state” no centro de um enredo tresloucado de teorias.

Para se ter uma ideia da popularidade desta “teoria”, basta ir ao website da Amazon e procurar por livros sobre o tema “QAnon”. Lá encontramos livros que procuram expor e denunciar os disparates veiculados sob esta designação, mas também muitos (mesmo muitos) que fazem a apologia desta tese conspirativa. Entre eles, talvez valha a pena destacar um, de 2019 (*QAnon: an invitation to the great awakening*), seja pelo facto de não ter propriamente um autor (é subscrito por um coletivo intitulado WWG1WGA), seja sobretudo porque está, neste final de outubro de 2020, na posição 34 do ranking de vendas na secção de “Communication & Media Studies”.

Por outro lado, não deixa de ser curioso que, ao seleccionar-se aquele livro, apareçam mais abaixo sugestões adicionais de leitura dadas pela Amazon e que incluem livros recentes (setembro de 2020) como o do Congressista Devin Nunes, intitulado *Countdown to Socialism*, sobre o perigo de uns EUA dominados pelos ideais do Partido Democrata e de algumas das grandes empresas, incluindo as chamadas “redes sociais”. As similaridades entre este enredo montado por membros do Partido Republicano e os dislates da QAnon parecem evidentes, ou pelo menos assim o “julgou” o algoritmo informático da Amazon.

Continuando nos EUA, valerá enfim a pena recordar o chamado “Pizzagate”, uma bastante estranha teoria que teve ampla divulgação em 2016 e que relacionava alguns dirigentes e apoiantes do Partido Democrata com uma rede de tráfico sexual que teria a sua sede na cave de uma pizzeria em Washington DC. Viren Swami, da universidade inglesa de Anglia Ruskin, disse à BBC que este caso pode muito bem ser um exemplo de uma tendência crescente para uns EUA “hiperpartidários”, onde as teorias da conspiração alimentam as fações políticas: “o que está a acontecer nos Estados Unidos nos últimos dois anos é que as teorias da conspiração estão a ser usadas como arma política”, diz ele (*The saga of ‘Pizzagate’: The fake story that shows how conspiracy theories spread*, 2016).

Fátima e COVID-19

A referência ao chamado “Segredo de Fátima” ainda parece estar presente no imaginário português. Recentemente, por ocasião do centenário das “aparições”, a própria Rádio Renascença evoca a “revelação” (e explicação) da terceira parte do Segredo: “Poucas coisas motivaram mais teorias da conspiração à volta da Igreja do que a terceira parte do segredo de Fátima, ou o “terceiro segredo”, como ficou conhecido” (Avillez, 2017). Neste caso, as teorias da conspiração parecem não ter tido qualquer apaziguamento, pois voltaram a adensar-se, agora em volta de um suposto e muito nebuloso “quarto segredo”, que, tal como os fragmentos antes divulgados, estará pleno de profecias aterradoras, que, por isso, a hierarquia da Igreja Católica se esforça em desvalorizar. Importa, pois, ter em mente que o fenómeno de Fátima contém vários dos ingredientes típicos das teorias conspirativas e que, por isso, não deixará de estar sempre envolvido nesta mistura de crenças e de desconfianças.

Pelo atrás exposto, facilmente se depreende porque é que a pandemia da COVID-19 tem gerado igualmente toda a espécie de teses conspirativas. Estas teses, como sugerimos atrás, parecem ter alguma responsabilidade no facto de, em países como os EUA, se revelar muito difícil a tarefa de conter a progressão da doença, apesar da excelência dos seus serviços de saúde. Para atalhar argumentos, basta mencionar que, dado o perigo de desinformação associado à divulgação de vídeos como o “documentário” *Plandemic* (2020)⁴, recheado de falsidades, ele foi retirado das principais plataformas globais de divulgação destes conteúdos.

Este falhanço de alguns governos em lidar com uma situação de emergência também se pode entender quando vemos algumas das explicações dadas para o surgimento da pandemia. Por exemplo, citando um dos inúmeros representantes dos movimentos evangélicos norte-americanos:

Pastor Ralph Drollinger, fundador do Capitol Ministries, um grupo religioso que se reúne semanalmente na Casa Branca (...), explicou que o coronavírus foi uma manifestação da ira de Deus sobre as nações. Segundo ele, a epidemia chegou para punir o “lesbianismo”, a “homossexualidade”, mas também a China e “a religião do ambientalismo”. (*La carte des théories du complot sur le coronavirus* (2020))

Rudy Reichstadt, responsável pelo website que citámos (*Conspiracy Watch*), chama de “ópio dos imbecis” à crença nas teorias da conspiração (Reichstadt, 2019). Infelizmente, a sedução por divulgar uma crença (verdadeira ou não) numa teoria que até pode ser, para além de divertida, estimulante do pensamento crítico, não parece deter-se ante o choque de uma emergência de saúde pública que traz um elevado custo em vidas humanas e em bem-estar, sobretudo para populações mais vulneráveis. É caso para dizer que a imbecilidade pode matar.

⁴ Ver <https://en.wikipedia.org/wiki/Plandemic>

Epílogo: o declínio da verdade e da crítica

Uma das características associadas à atual popularidade das teorias da conspiração é a sua rápida disseminação pelos caminhos da Internet e das chamadas redes sociais. Não podemos por isso desmentir que este ambiente digital comporta, quando usado de forma irresponsável, inegáveis riscos para a vida das sociedades. Por isso, vale a pena recordar as palavras de Moisés Martins, ao contextualizar o que podemos designar de uma falsa crença num inesgotável potencial da tecnologia: “O que se pede hoje à tecnologia, que nos dá ambientes de produção numérica (informática), é que nos resolva a crise da cultura” (Martins, 2011, p. 20). Mais adiante, Moisés Martins elenca referências maiores do pensamento ocidental (Michel Foucault, Jean-François Lyotard, Walter Benjamin e Guy Debord) para nos asseverar que estas novas (bio)tecnologias trazem também a “crise da razão histórica”, a “crise do narrador” e a consequente “crise da verdade”, significando o empobrecimento da experiência, na expressão de Benjamin, “a qual se esgota em excitação, efervescência, espetáculo, euforia, simulacro...” (Martins, 2011, p. 27). Este é, pois, um tempo em que as opiniões têm a exata medida máxima dos 140 caracteres de um tweet, ou onde buscamos uma qualquer satisfação imediata em pequenos filmes como os do TikTok, cuja duração ideal está fixada, segundo os “especialistas”, em meros 16 segundos.

Por isso, muito do que escrevemos atrás também deve ser atribuído a um efeito (só aparentemente) paradoxal, em que a multiplicação do acesso à informação e ao conhecimento parece traduzir-se numa crescente dificuldade em reduzir as teorias da conspiração ao seu lugar de exercício criativo e lúdico, que pode de facto ser também um saudável exercício de crítica e suspeita. Assim sendo, tais teorias acabam por redundar unicamente em lixo informativo, político e científico, apto a ser usado como arma de arremesso por um qualquer oportunista, ou apenas por um qualquer imbecil.

Referências

- Avillez, F. (2017, 11 de maio). Quais são os segredos de Fátima? *Rádio Renascença*. <https://rr.sapo.pt/2017/05/11/fatima-100-anos/quais-sao-os-segredos-de-fatima/noticia/83364>
- Bedu, J. J. (2005). *Les sources secrètes de Anges & Démons*. Monaco: Éditions du Rocher.
- Butter, M. & Knight, P. (Eds.) (2020). *Routledge handbook of conspiracy theories*. Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429452734>
- La carte des théories du complot sur le coronavirus (2020, 23 de março). *Conspiracy Watch*. <https://www.conspiracywatch.info/la-carte-des-theories-du-complot-sur-le-coronavirus.html>
- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Reichstadt, R. (2019). *L'opium des imbéciles: Essai sur la question complotiste*. Paris: Grasset.
- The saga of 'Pizzagate': The fake story that shows how conspiracy theories spread (2016). *BBC Trending*. <https://www.bbc.com/news/blogs-trending-38156985>

Cultura e crise

Manuel Gama

Investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. ORCID: 0000-0002-5950-1956

Não é fácil falar de cultura e de crise, sendo que falar de cultura e de crise quando estamos em plena pandemia, torna a tarefa ainda mais complexa. Estamos constantemente a ser surpreendidos pelos acontecimentos e pelos impactos que a COVID-19 está a provocar em todos os setores da sociedade e corremos o risco de, muito rapidamente, a reflexão se tornar obsoleta.

Quando, em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde divulgou a informação de que a 31 de dezembro de 2019 tinha sido informada pelo seu escritório na China da existência de casos de pneumonia de causa desconhecida em Wuhan (Organização Mundial de Saúde, 2020), estávamos muito longe de imaginar que, menos de três meses depois, era decretado o estado de emergência em Portugal (Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020) e que, a 31 de outubro de 2020, se anunciava a adoção de mais um conjunto de medidas especiais, abrangendo 121 municípios portugueses e mais de 70% da população (Presidência do Conselho de Ministros, 2020).

Cientes do risco da produção de uma reflexão desta natureza em tempos de crise, considera-se inquestionável que, independentemente da evolução que a pandemia possa sofrer e da escala de impactos futuros, no último trimestre de 2020 pode afirmar-se, sem qualquer tipo de margem de erro, que estamos a ser protagonistas de um processo de transformação singular, com implicações substantivas em todas as dimensões na nossa vida individual e coletiva. Se encararmos a cultura como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social (Unesco, 1982) e se fizéssemos uma análise a cada uma das três dimensões da cultura propostas por Ferin (2002) – ontológica, estética e ética –, rapidamente chegaríamos à conclusão de que a cultura também não ficou imune à pandemia e que pode haver pontos de não retorno.

Lançando um brevíssimo olhar sobre algumas instituições internacionais, conseguimos identificar iniciativas dignas de registo e que visaram sublinhar ou mitigar os impactos negativos da COVID-19 no setor cultural: 1) Sabine Verheyne, presidente da Comissão para a Cultura e a Educação do Parlamento Europeu, alertou, no final de março, que os setores culturais e criativos estavam a ser devastados pelo impacto de medidas rigorosas de saúde pública (Parlamento Europeu, 2020); 2) na reunião de Ministros da Cultura promovida pela Unesco em abril, assinalou-se, por um lado, a importância fundamental da cultura para fazer face à crise e, por outro lado, o efeito cascata que a crise no setor cultural estava a provocar em outros setores da atividade económica (Unesco, 2020a); 3) em maio, o movimento Culture 2030 Goal (2020) apresentou publicamente um manifesto onde se sublinha a importância da cultura no processo de reconstrução das sociedades no período pós-pandemia; 4) tendo como ponto de partida as iniciativas tomadas a nível mundial por um conjunto alargado de países, a Unesco (2020b) disponibilizou, no mês de outubro, um guia prático com um conjunto de medidas de que foram implementadas em diferentes contextos e em diferentes domínios culturais, e que podem servir como fonte de inspiração nos processos de resolução de problemas imediatos provocados pela pandemia, mas também nos processos de mudanças estruturais que se revelam tão necessários em tantos contextos.

Neste olhar internacional sobre a crise provocada pela COVID-19 no setor cultural, assinala-se ainda, por um lado, a mobilização rápida de organizações representativas do setor, alertando para os problemas que se avizinhavam (por ex. European Cultural Foundation¹, IETM², PEARLE³, The People's Cultural Plan⁴); e, por outro lado, a multiplicidade de análises que se iniciaram muito rapidamente: à escala regional (e.g. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará⁵), à escala nacional (por ex. Ministério da Cultura do Perú⁶) e à escala internacional (por ex. European Creative Business Network⁷), centrados em distintos domínios culturais (por ex. Network of European Museum Organisations⁸) e desenvolvidas por entidades representativas de setores culturais específicos (por ex. La Red Española de Teatros, Auditorios, Circuitos y Festivales de Titularidad Pública⁹) ou da academia (por ex. Observatório da Economia Criativa da Bahia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia¹⁰).

No que concerne ao contexto português, à medida que a COVID-19 se foi aproximando de Portugal e do setor cultural – o que pode ser simbolicamente assinalado, pela notícia do teste positivo ao escritor chileno Luí Sepúlveda à COVID-19 depois de participar no Correntes de Escrita (Correia, 2020) e pela confirmação do primeiro caso positivo diagnosticado em Portugal (Maia, 2020) –, tornou nítido que o setor cultural nacional também não estava imune à pandemia. A contaminação do setor cultural português pela COVID-19 revelou-se dramática, sendo que aos constrangimentos provocados pelo inesperado da situação, se acrescentaram as debilidades estruturais que se têm traduzido de múltiplas e variadas formas ao longo dos anos (por ex. desarticulação intersectorial, desarticulação entre os diversos níveis da administração pública, excesso de protagonistas políticos, precarização, subfinanciamento).

Profissionais e organizações representativas do setor cultural português, tal como as suas congéneres internacionais, viram nos manifestos (por ex. Presente com Futuro¹¹), cartas (por ex. Sociedade Portuguesa de Autores, Fundação Gestão dos

¹ Ver mais informações em https://www.culturalfoundation.eu/library/uphold-culture-in-the-eu-budget?fbclid=IwAR0R7WLGm-HuAgjENeuneQkdImmxWZv2dEXHMPMIqUNN_jaSFL-9d1TPfc0

² Ver mais informações em <https://www.ietm.org/en/rescue-the-arts-plea-to-national-governments>

³ Ver mais informações em <https://www.pearle.eu/positionpaper/european-social-partners-of-the-live-performance-sector-call-for-a-coordinated-action-plan-to-secure-the-recovery-and-sustainability-of-the-european-cultural-sector>

⁴ Ver mais informações em <https://hyperallergic.com/548145/nyc-state-of-emergency-covid-19/>

⁵ Ver mais informações em https://www.secult.ce.gov.br/2020/04/01/secult-lanca-estudo-sobre-o-impacto-da-pandemia-da-covid-19-na-economia-da-cultura/?fbclid=IwAR2vkuvEMoiifBqhqu3sQO_oEmWQrGa1tthpTk4HgV6lZB0mf4WjWHE5xLs

⁶ Ver mais informações em <https://www.gob.pe/institucion/cultura/campañas/919-encuesta-sobre-impactos-y-potenciales-medidas-de-amortiguamiento-en-el-sector-de-las-artes-industrias-culturales-y-creativas-y-museos-en-el-peru>

⁷ Ver mais informações em <http://ecbnetwork.eu/urgent-survey-effects-of-covid-19-coronavirus-on-the-european-culture-and-creative-industries/>

⁸ Ver mais informações <https://www.ne-mo.org/news/article/nemo/mapping-short-and-long-term-effect-of-covid-19-on-museums.html>

⁹ Ver mais informações em <https://www.redescena.net/redaccion/2020/04/52MedidasCovidArtesEscenicasMusica.pdf>

¹⁰ Ver mais informações em <https://ufrb.edu.br/proext/economicriativa-covid19/>

¹¹ Ver mais informações em <https://www.publico.pt/2020/03/26/culturaipilon/opiniao/manifesto-defesa-presente-futuro-1909427>

Direitos dos Artistas & Audiogest – Associação Para A Gestão e Distribuição de Direitos¹²), tomadas de posição (por ex. Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal¹³) e comunicados, instrumentos importantes para, de forma concertada, manifestar as suas preocupações para a forma como a crise se estava a alastrar muito rápida e descontroladamente para os diferentes domínios culturais. A análise deste conjunto de documentos revela que as preocupações para a mitigação dos múltiplos e variados impactos negativos da COVID-19 foram transversais aos vários domínios do setor cultural e, em alguns casos, não se resumiram a problemas provocados unicamente pela pandemia. Por ter sido uma das primeiras organizações a tomar uma atitude proactiva para alertar para a crise que a COVID-19 poderia provocar no setor cultural português, convocam-se alguns dos contributos do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos (CENA-STE) neste âmbito: 1) no seu comunicado de 12 de março¹⁴, o CENA-STE alerta para os problemas que se avizinhavam na sequência das medidas definidas a 10 de março pela Direção-Geral de Saúde para fazer face à COVID-19 e que iriam agudizar a precariedade e frágil proteção social que afeta os trabalhadores do sector; 2) depois de um conjunto de iniciativas que foi desenvolvendo de forma continuada, no final do mês de abril o CENA-SET tornou público um conjunto de 22 de medidas para serem implementadas a curto, a médio e a longo prazo durante os próximos dois anos para responder às necessidades específicas e concretas do setor. Das medidas elencadas pelo CENA-SET para fazer face à crise na cultura provocada pela COVID-19, destacamos aqui a proposta de criação de um fundo de emergência social para resolver problemas imediatos dos profissionais desprotegidos devido à precariedade laboral – que não foi implementada pelo Ministério da Cultura, mas sim fruto da parceria entre a quatro entidades (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Fundação GDA, Audiogest e Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais)¹⁵ – e o mapeamento exaustivo do tecido cultural português com o objetivo de diagnosticar necessidades específicas (setoriais e territoriais) – cujo estudo foi encomendado ao Observatório Português de Atividades Culturais¹⁶.

Também em Portugal, a produção de estudos sobre os impactos da COVID-19 foi prolixa, sendo que aqui vamos destacar, por razões óbvias, o estudo em curso coordenado pelo Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura. Os resultados preliminares do estudo “Impactos da COVID-19 no setor cultural português”¹⁷ revelam que: 1) não obstante a considerável cobertura mediática das consequências da COVID-19 no setor cultural português, ficou nítido que a

¹² Ver mais informações em <https://www.fundacaogda.pt/mais-de-1600-autores-e-artistas-assinam-carta-ao-governo-com-apoio-da-spa-gda-e-audiogest/>

¹³ Ver mais informações <http://www.arp.org.pt/noticias/comunicado-medidas-de-apoio-covid-19.html>

¹⁴ Ver mais informações em <http://www.cena-ste.org/noticias/arquivo/2020-03>

¹⁵ Ver mais informações em <https://www.solidariedadecultura.pt/index.php>

¹⁶ Ver mais informações em <https://ciencia.iscte-iul.pt/projects/estudo-sector-artistico-e-cultural-em-portugal/1399>

¹⁷ Ver mais informações em <http://polobs.pt/wp-content/uploads/2019/09/WR-1-POLOBS-Agenda-20301-1.pdf>

cultura não constituiu uma prioridade editorial, nomeadamente no que concerne às chamadas de primeira página, tendo sido predominantes notícias referentes aos impactos negativos e dado pouco destaque às iniciativas do Ministério da Cultura para apoiar o setor; 2) o fluxo de notícias nos websites dos municípios e das entidades intermunicipais está em linha com o pouco peso estratégico que a cultura tem em muitas das dinâmicas das políticas municipais, tendo sido possível identificar um número residual de medidas das autarquias locais para a mitigação, a curto e médio prazo, dos impactos negativos nas organizações e profissionais do setor cultural; 3) a atividade parlamentar e as iniciativas do Governo para fazer face aos constrangimentos provocados pela COVID-19, foram também reveladores do protagonismo da cultura na escala de prioridades dos atores políticos, tendo o setor cultural sido remetido, não raras vezes, para as medidas transversais adotadas pelo Governo; e 4) as organizações e os profissionais do setor cultural, auscultados através de um inquérito por questionário, não deixaram margem para dúvidas revelando que, se não forem tomadas medidas urgentes, substantivas e estruturantes, o setor cultural português poderá sofrer danos irreparáveis fruto da pandemia.

Com este pano de fundo, torna-se óbvio que não terá sido a falta de alertas e de iniciativas, nacionais e internacionais, provenientes do setor público e privado, sobre a contaminação da cultura pela COVID-19, que provocaram a crise no setor cultural no ano de 2020. A verdade é que se observavam problemas estruturais que, com os constrangimentos provocados pela pandemia, se tornaram determinantes para o agudizar toda uma situação que, em muitos contextos, já era muito frágil. De salientar ainda que se considera que, mesmo que as debilidades do setor não fossem tão veementes, a crise no setor cultural, tal como em todos os outros setores, era inevitável.

Regressamos por isso ao início desta breve reflexão: falar de cultura e de crise quando estamos em plena pandemia, não se revela uma tarefa fácil, sendo que nos resta a esperança que se aproveite a oportunidade para operar um conjunto significativo de transformações profundas e necessárias nas políticas culturais locais, regionais, nacionais e internacionais, pois, como afirmou recentemente Bruno Latour, no futuro, “a última coisa a fazer seria voltar a fazer tudo o que fizemos antes” (2020).

Referências

Correia, A. (2020, 29 de fevereiro). Escritor Luís Sepúlveda infetado com coronavírus após visitar Portugal. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/mundo/escritor-luis-sepulveda-infetado-com-coronavirus-apos-visitar-portugal-11873738.html>

Culture 2030 Goal (2020). Garantir que a cultura cumpra seu potencial em resposta à pandemia de COVID-19. http://culture2030goal.net/wp-content/uploads/2020/07/PT_culture2030goal_declaration-Culture-and-covid19-jul2020.pdf

Ferin, I. (2002). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera.

Latour, B. (2020). Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS.pdf>

Maia, A. (2020, 2 de março). Coronavírus: há dois casos confirmados em Portugal. *Público*. <https://www.publico.pt/2020/03/02/sociedade/noticia/coronavirus-ha-dois-infectados-portugal-1905823>

Organização Mundial de Saúde (2020). Pneumonia of unknown cause – China. <https://www.who.int/csr/don/05-january-2020-pneumonia-of-unkown-cause-china/en/>

Parlamento Europeu. (2020). COVID-19 impact on culture: new funds must reach creative sectors immediately. <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20200326IPR75912/covid-19-impact-on-culture-new-funds-must-reach-creative-sectors-immediately>

Presidência do Conselho de Ministros (2020). Comunicado do Conselho de Ministros extraordinário de 31 de outubro de 2020. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=378>

Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020, de 18 de março, República Portuguesa. <https://dre.pt/application/conteudo/130399863>

Unesco (1982). *World Conference on Cultural Policies: final report*. Paris: Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505?posInSet=21&queryId=df5090c1-d9f4-4549-b375-77f9f7e4888a>

Unesco (2020a, 23 de abril). More than 130 Ministers call for support to culture sector in COVID-19 crisis response. <https://en.unesco.org/news/more-130-ministers-call-support-culture-sector-covid-19-crisis-response>

Unesco (2020b). *La cultura en crisis: Guía de políticas para un sector creativo resiliente*. Paris: Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374633>

Em defesa da universidade e em defesa da ciência

Moisés de Lemos Martins

Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0003-3072-2904

A cultura da competição e da “qualidade” na Universidade¹

Em 1948, Norbert Wiener publicou *Cibernética: ou controle e comunicação no animal e na máquina*. Ao fazê-lo, sinalizou aquela que viria a ser a nossa atual trágica condição. Os sistemas de informação davam-nos a possibilidade de estendermos até confins a servidão humana, porque, com a imersão total da *techne* na vida e nos corpos, estabeleciam-se as condições de possibilidade do controle, “total” (Jünger, 1930/1990) e “infinito” (Sloterdijk, 2000), tanto dos animais como das máquinas (Martins, 2011/12).

Os séculos XIX e XX, que inauguram “a era das massas e das máquinas”, como se lhes referiu Ernst Jünger (1930/1990, p. 108), imprimiram velocidade e aceleração ao nosso tempo. E hoje, as tecnologias da informação mobilizam-nos em permanência para um qualquer mercado, uma qualquer competição, estatística, ranking, empreendedorismo, *websummit* (Martins, 2019a). As bolsas financeiras foram colocadas em conexão, tendo sido criado, deste modo, o mercado global. Mas o próprio mercado acabou por se converter na metáfora a que ficou sujeita a vida humana por inteiro. O neoliberalismo não é, pois, uma teoria que se cinge a ordenar, com mão de ferro, as políticas económicas e financeiras. Mais do que isso, o neoliberalismo é um modo de vida, que captura toda a existência humana.

Com esta roda-viva desenfreada, que assinala, através das tecnologias, a passagem do regime da palavra e do pensamento ao regime dos números e da medida, assim como a passagem do regime das ideias ao regime das emoções, desabou no Ocidente o edifício da cultura, erguido ao longo de milhares de anos. Já Nietzsche (1872/1992/) havia falado de uma “tragédia” na cultura. E Georg Simmel (1911/1988), assim como Hannah Arendt (1958/1993), não pensaram em coisa diferente. Mas na era da técnica é a própria ideia de humano que entra em crise. A época passou a ser de “meios sem fim” (Agamben, 1995), com a tecnologia a assumir-se como um messianismo sem *telos*. E o humano deixou de ter fundamento seguro, território conhecido e identidade estável. Por sua vez, o trágico passou a ser a figura por excelência do imaginário dos média (Martins, 2002).

Mas se há lugar em que a crise da cultura se manifesta hoje mais clamorosamente é na universidade. Já em 1993 me inquietava com o facto de “numa escala superior a qualquer outra instituição”, a universidade fazer seu “o mito fundador da nossa sociedade liberal”, sociedade de livre circulação de pessoas e de saberes, “em que se promete a uma multidão de indivíduos, inapelavelmente condenada ao esquecimento e ao anonimato, a redenção pelo talento e pelo mérito”; prometendo uma redenção mirífica, “exacerbamos sim o individualismo, e não deixamos de condenar multidões à impotência mais radical” (Martins, 1993, p. 345).

Mas o caminho para o colapso veio a acentuar-se muito, de então para cá, sobretudo depois da viragem do século. Com a entronização de procedimentos de matriz

¹ Neste primeiro ponto faço a refundição do artigo de imprensa, que publiquei no Correio do Minho, com o título “A minha universidade” (16.12.2019) (Martins, 2019c).

tecnológica, que certificam no ensino, na investigação e nos serviços, meros automatismos de rotinas e conformidades, agora expandidos pelas novíssimas conformidades ditadas pelos não menos novíssimos “comités de ética”, a universidade deixou de contar com o pensamento (Martins, 2003, 2008, 2013, 2015, 2017). O procedimento de matriz tecnológica destina-nos a um único caminho, e sempre o mesmo caminho, de eficiências e utilidades, destruindo deste modo o relacional, o que quer dizer, esmagando a vida humana, que é fluxo, cadência, ritmo, sonoridade, ressonância, singularidade, criação, imaginação, diferença e diversidade. E enquanto na ordem do humano, vemos, pensamos e desenhamos com o coração, na ordem do procedimento, vemos, pensamos e desenhamos sem espírito.

A 4 de novembro de 2019, a Universidade do Minho realizou a primeira edição do “Evento Anual da Qualidade – EAQ’2019”, querendo, deste modo, em cerimónia pública, chamar a atenção da academia para “a relevância” da existência dos sistemas da qualidade nas Instituições de Ensino Superior. Na Universidade do Minho, há anos que funciona, aliás, no ensino o Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGAQ – UM). E do que se trata, agora, é de estender este sistema à investigação.

Mas da universidade ao país, à Europa e ao mundo vai o passo de um anão; o pensamento não passa de um reino que já ninguém quer; o ranking está ao alcance de um tiro de canhão; e o trono é dos procedimentos e das conformidades, como é possível dizer numa glosa, inspirada numa célebre canção de José Mário Branco (1971).

Entretanto, aquilo que passou a constituir a natureza da universidade é a ideologia comercial: as universidades são empresas; a educação são serviços; o ensino e a investigação são oportunidades de negócios; os professores são profissionais de serviços ou consultores; os alunos são clientes. E com o mercado financeiro e o mercado de trabalho a ribombar fantásticamente por cima da sua cabeça, a universidade faz manchete da ‘excelência’ dos seus cursos e professores, ou seja, faz manchete da sua ‘qualidade’ (Martins, 2003, 2013, 2015).

E a mesma coisa acontece também com a investigação. A “excelência” e a “qualidade” académicas são medidas por regras análogas àquelas que são aplicadas ao mercado de capitais em todos os países. No capitalismo financeiro as economias dos países dependem dos valores em bolsa, medidos (ou fixados) pelas agências de *rating*, Standard and Poor’s, Moody’s, Fitch, DBRS... E no capitalismo académico, os valores são estabelecidos, fundamentalmente, por duas agências de indexação científica, a Scopus e a ISI Web of Science, através das citações que são feitas a artigos, publicados em “revistas de fator de impacto” (ou seja, revistas que estas agências reconhecem como de “excelência” e de “qualidade”). E para “ajudarem as universidades a compreender o seu desempenho global”, temos os rankings. O ranking do Times Higher Education (THE), por exemplo, que é “uma das três classificações internacionais de universidades mais influentes, juntamente com o Qs World University Rankings e o Ranking de Xangai”², apresenta-se como “um recurso

² Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Times_Higher_Education_World_University_Rankings

vital que faculta a lista definitiva das melhores universidades no mundo”³. Em 2011, foi premiada com os títulos de “Revista Semanal de Negócios do Ano” e “Marca de Média de Negócios do Ano”, pela Professional Publishers Association⁴.

No fundamental, a universidade é hoje uma realidade apenas com números. Gerida como uma empresa e um negócio, por um lado está por conta do controle tecnológico; por outro obedece a procedimentos. Até parece que não existe mais mundo na universidade que não sejam necessidades de mercado, injunções financeiras, rankings e citações dos investigadores na bolsa acadêmica de valores.

Sobre os rankings das universidades, assentes em citações, Alberto Amaral, Presidente da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), publicou dois artigos de imprensa em 2019, um no jornal Público, outro no semanário *Expresso*. Refletindo especificamente sobre o ranking da Times Higher Education de 2019, Alberto Amaral escreveu “Rankings, esse território de basbaques e pavões” (Amaral, 2019a); e “O milagre dos rankings explicado aos leigos” (Amaral, 2019b). Em ambos fustigou o embuste em que consiste a classificação das universidades feita pela THE. Como compreender o mistério de Universidades como a de Aswan no Egito, a Universidade Jordana de Ciência e Tecnologia e a Universidade de Peradenya no Sri Lanka terem conseguido um redondo 100,0 no indicador “citações”, à frente de Harvard (99.1), Oxford (98.4), Yale (97.3), Cambridge (95.8)? (Amaral, 2019a). Na Universidade Católica Portuguesa, que passou, num ano, no indicador “citações”, de 64.3 para 94.6 pontos, um valor quase igual ao Kings’s College, em Londres, e acima da Universidade de Toronto, subindo na classificação, como um meteoro, do intervalo 601-800 para uma posição entre 351-400, Alberto Amaral esclareceu o mistério. Um pequeno número de artigos, publicados em revistas de Medicina, tinham a particularidade de terem um número exorbitante de citações, por terem uma multidão de autores e corresponderem a estudos à escala mundial, da incidência, prevalência e sobrevivência de doença (Amaral, 2019b).

Alienada da sua natureza própria e equivocada sobre os interesses que acima de tudo deve servir, a universidade tem-se tornado, entretanto, mais opaca, o que quer dizer, menos participativa e menos democrática, menos livre, e muito mais dependente de lógicas que lhe são alheias – lógicas que, se por um lado são empresariais e comerciais, por outro são burocráticas. Neste sentido, Teresa Ruão (2008, p. 15) assinala que na universidade os modelos “gerencialistas e economicistas” levam hoje a melhor sobre os “modelos colegiais clássicos”. E que a ideia de identidade universitária adquiriu um formato meramente instrumental, com as estratégias de comunicação a terem agora uma preocupação, cada vez mais acentuada, com a produção de efeitos estratégicos (Ruão, 2008, p. V).

E, todavia, a universidade nasceu, entre o século XI e o século XIII, como a casa do pensamento (Martins, 2017). Nos termos formulados por Derrida (2001), a universidade deve ser encarada como um lugar de liberdade irrestrita. A sua missão

³ Ver <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings>

⁴ Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Times_Higher_Education

é a da salvaguarda das possibilidades da (a)ventura do pensamento. Cabe-lhe fazer do ensino e da ciência uma ideia, que encarne um princípio de resistência crítica e uma força de dissidência, ambos comandados por “uma justiça do pensamento” (Derrida, 2001, p. 21).

É este, a meu ver, o grande desafio com que é confrontada a universidade, no curto, médio e longo prazo: sob pena de não poder apresentar-se como garantia de salvaguarda das possibilidades do pensamento, a universidade precisa de se sobrepor à cultura da competição e da “qualidade”.

Uma ideia de ciência sem pensamento, sem história e sem memória

“A filosofia não é ciência e está fadada a desaparecer”. “Porque os cientistas têm um bom método, e os filósofos não têm”. “A filosofia não progride, enquanto que a ciência nos faz andar para diante”. Ou seja, a filosofia, e com ela as Ciências Sociais e Humanas, é uma espécie de parálitico do Evangelho: pode ver; mas não anda. É assim que António Coutinho sintetiza o seu ponto de vista, na entrevista que concedeu em junho de 2018 à *Folha de São Paulo* (Coutinho, 2018).

António Coutinho é médico imunologista. E dirigiu o Instituto Gulbenkian de Ciência, em Oeiras. Coordenou, durante o Governo de Passos Coelho, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, um órgão consultivo, de cientistas, que teve como missão aconselhar o Governo em matérias transversais de ciência e tecnologia. Na altura, era preocupação do Primeiro-Ministro estabelecer um plano de ajustamento para a Ciência. E explicou-o à Agência Lusa (09.11.2011), nos seguintes termos: iria fazer alterações ao modelo de financiamento das unidades de investigação, concentrando os apoios financeiros “onde são cientificamente mais rentáveis” (Martins, 2012, pp. 343-344). A consequência imediata foi a de que as Ciências Sociais e Humanas passaram a ser financiadas a 15% do total do financiamento público para a Ciência, e não a 22%, como até então.

Refletindo especificamente sobre o método científico, António Coutinho diz o seguinte à *Folha de São Paulo*: “a singularidade está totalmente baseada na racionalidade (...). Em geral, a humanidade tentou de forma predominante perceber as coisas, ou pela mágica, ou pela religião” (Coutinho, 2018). E embora o objetivo da filosofia seja o mesmo que o da ciência, “explicar o mundo e a nós próprios”, a filosofia “nunca progride”, porque “nós temos um bom processo e eles não têm” (Coutinho, 2018). Em conclusão, “O que é o objetivo da filosofia vai ser resolvido pela ciência, e a filosofia vai passar à história” (Coutinho, 2018).

Vasto programa! Embora, deva acrescentar que fazer da ciência uma crença absoluta e do positivismo uma religião, não constitui, passe o paradoxo, pequena metafísica.

A origem desta metafísica não está, todavia, em António Coutinho. Data, antes, das primeiras décadas do século XIX. Foi em 1830 que Augusto Comte estabeleceu, no

Curso de Filosofia Positiva, uma religião positivista. E para que não houvesse dúvidas de que se tratava de uma religião, chamou-lhe “Religião da Humanidade” e dotou-a mesmo, em 1854, de um Catecismo Positivista. É no Curso de Filosofia Positiva que deparamos com a lei dos três estados. Explica Comte: “o espírito humano emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico; em seguida, o método metafísico; e finalmente, o método positivo”. A lei dos três estados conduzirá, na visão de Comte, ao advento da “Era Normal”, onde a humanidade alcançará o estágio evolutivo final (estádio positivo), caracterizado pelo domínio da “Religião da Humanidade”.

Como consequência desta religião da ciência e da tecnologia e da sua racionalidade soberana, que pretende fazer passar à história a filosofia, há muito que a universidade, onde estão instalados os principais laboratórios de investigação, vai deixando de ter pensamento, para apenas compreender números. Já o salientei, gerida como uma empresa, a universidade passou a estar por conta da tecnologia, a ponto de parecer, hoje, que não há mais mundo de desempenho académico que necessidades de mercado, injunções financeiras, rankings de respeitabilidade e visibilidade mediática, e também agências de *rating*, que estabelecem o critério da produção científica.

Entretanto, em finais de 2013 (22 de novembro), numa entrevista concedida ao jornal *Público*, Manuel Sobrinho Simões, médico e cientista de anatomia patológica, criador e diretor do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular e Celular da Universidade do Porto (IPATIMUP), sintetizou assim a sua análise da política científica, que era então levada a cabo pelo Governo de Passos Coelho: “este Governo fez uma espécie de destruição criativa: rebentou com tudo” (Silva, 2013).

E sobre os critérios de avaliação da ciência, baseados na produtividade científica, considerou-os “terríveis”, antes de mais nada, por colocar os investigadores das Ciências Sociais e Humanas numa “situação de dificuldade”, quando “a sociedade portuguesa precisa, como de pão para a boca, de Ciências Sociais” (Silva, 2013).

Mas, sobretudo, entende Sobrinho Simões (Silva, 2013) que é mais importante a repercussão da atividade de investigação “no mundo científico e na sociedade do que o facto de se publicar numa revista com muito impacto”.

Por outro lado, sobre a ideologia empresarial e comercial aplicada à investigação, diz Sobrinho Simões (Silva, 2013), que “o empreendedorismo é criminoso, porque tem estimulado perversões. O cientista que é muito empreendedor deve ser um empresário. Os estímulos deste tipo podem acabar por ser um convite ao chico-spertismo”.

Entretanto, à revista do semanário *Expresso* (25.08.2018), Sobrinho Simões declara que sempre foi um performer: “descrevo-me pelo output, o mensurável”. Embora isso não chegue, “a definição do que sou é cada vez mais cultural”; “religiões, cultura, costumes, definem-nos mais do que os genes” (Leiderfarb & Silva, 2018).

“Não consigo explicar coisas como o gosto pela música”. Com efeito, “tudo o que é psicológico e sociológico escapa-me, não o domínio, dominando o resto [o biológico]” (Leiderfarb & Silva, 2018).

A ideia de Sobrinho Simões (Silva, 2013) é a de que o avanço científico está, antes de mais nada, em “fazer uma determinada pergunta”, razão pela qual “um investigador genial” é precisamente aquele que “faz uma excelente pergunta”.

Eu próprio, em 2004, interrogando “a verdade e a função de verdade nas Ciências Sociais”, aproximei-me deste entendimento. Porque o debate sobre a verdade “não pode ser outra coisa que o debate sobre a natureza e o estatuto do nosso conhecimento”, aproximei-me das teses pragmatistas de Richard Rorty (1994, p. 37), combatendo o paradigma fundacionista, para o qual a razão, instância soberana de decisão, é uma, e a verdade é única e eterna (Martins, 2004, pp. 5-6). Já a ideia de António Coutinho é completamente outra. Em seu entender, não existe ciência na pergunta, mas na resposta, e melhor ainda, numa resposta progressiva, mas única, porque, como assinala, a singularidade radica apenas na racionalidade, no biológico, e não no cultural (Coutinho, 2018).

Compreende-se, pois, que para António Coutinho, as religiões, os costumes, a cultura, que têm uma natureza associada à filosofia, porque nelas é o humano que está em causa, sejam apenas empecilhos no caminho e más respostas na explicação do humano. É por não poderem ser outra coisa que, para António Coutinho, devem passar à história.

Num mundo assim, um mundo raso, sem pensamento, sem história e sem memória, assente na exclusiva racionalidade de uma ciência e tecnologia positivistas, as Ciências Sociais e Humanas não teriam outra saída que não fosse passarem também à história. Mas não é de um ponto de vista positivista que me reclamo. Porque um ponto de vista assim não é um caminho de promessa, nenhuma esperança o transfigura. O ponto de vista em que me situo é o da desfundamentação do conceito de verdade (Martins, 2015, p. 407). Como bem refere Derrida (1967, p. 412), que aqui me serve de referência, a desfundamentação do conceito de verdade é uma conquista do nosso tempo. E entre os nomes mais emblemáticos desta conquista, gostaria de referir Nietzsche e a sua crítica da metafísica, o que quer dizer, a sua ideia de jogo, de interpretação e de signo sem verdade presente. Também gostaria de referir Freud e a sua crítica da *presença-a-si-próprio*, quer dizer, a crítica da consciência, do sujeito, da identidade em si próprio, da proximidade e da propriedade de si próprio. E gostaria de referir, ainda, Heidegger e a destruição da metafísica, a destruição da ontoteologia, enfim, a destruição da determinação do ser como presença.

Referências

Agamben, G. (1995). *Moyens sans fin. Notes sur la politique*. Paris: Payot & Rivages.

Amaral, A. (2019, 22 de setembro). Rankings, esse território de basbaques e pavões. *Público*, p. 15.

- Amaral, A. (2019). O milagre dos rankings explicado aos leigos. *Expresso*, p. 58.
- Arendt, H. (1958/1993). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense.
- Branco, J. M. (1971). *Charlatão. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades* [Álbum]. Label: PICAP.
- Comte, A. (1830/1978). *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Editor Victor Civita, Comte, Pensadores. https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/colecao_os_pensadores_auguste_comte_-_obra_e_vida.pdf
- Comte, A. (1857/1979). *Catecismo positivista*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Coutinho, A. (2018, 6 de junho). Filosofia não é ciência e está fadada a desaparecer. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/filosofia-nao-e-ciencia-e-esta-fadada-a-desaparecer-afirmapesquisador.shtml>
- Derrida, J. (1967). *L'écriture de la différence*. Paris: Seuil.
- Derrida, J. (2001). *L'Université sans condition*. Paris: Galilée.
- Jünger, E. (1930/1990). *L'Etat Universel-suivi de La mobilisation totale*. Paris: Gallimard.
- Leiderfarb, L. & Silva, R. D. (2018, 25 de agosto). Vivemos de truques para sofrer o menos possível [Entrevista a Manuel Sobrinho Simões]. *Revista E*, pp. 23-29. https://www.ibmc.up.pt/sites/default/files/mss_0.pdf
- Martins, M. L. (1993). As incertezas da nossa modernidade e o impasse universitário. *Cadernos do Noroeste*, 6(1-2), 341-348. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25330>
- Martins, M. L. (1994). A verdade e a função de verdade nas Ciências Sociais. *Cadernos do Noroeste*, 7(2), 5-18. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25385>
- Martins, M. L. (2002). O trágico como imaginário da era mediática. *Comunicação e Sociedade*, 4, 73-79. [https://doi.org/10.17231/comsoc.4\(2002\).1265](https://doi.org/10.17231/comsoc.4(2002).1265)
- Martins, M. L. (2003). *Ensino Superior e melancolia*. Oração de sapiência, XVI aniversário do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Edição do Instituto Politécnico de Viana de Castelo. <http://hdl.handle.net/1822/1288>
- Martins, M. L. (2008). As Ciências Sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Eds.), *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e acção* (pp. 27-29). Porto: Afrontamento. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1059>
- Martins, M.L. (2011/12). Média digitais, hibridez, interactividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43/44, 49-60. <http://hdl.handle.net/1822/25606>
- Martins, M. L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331-345). São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2393>
- Martins, M. L. (2013). Interview with Moisés de Lemos Martins. In Z. Pinto-Coelho & A. Carvalho (Eds.) *Academics responding to discourses of crisis in higher education and research* (pp. 61-72). Braga: CECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29224>
- Martins, M. L. (2015). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420. [https://doi.org/10.17231/comsoc.27\(2015\).2109](https://doi.org/10.17231/comsoc.27(2015).2109)
- Martins, M. L. (2017). A cultura na era da mobilização do humano pela tecnologia - da universidade das ideias à universidade dos números. In U. Sidoncha & C. Moura (Eds.), *Metamorfoses da cultura* (pp. 157-178). Lisboa: Nova Vega. <http://hdl.handle.net/1822/51035>
- Martins, M. L. (2019a). A comunicação e a informação na cultura. *Maremagnum* 23, 33-40. <http://hdl.handle.net/1822/6184>

- Martins, M. L. (2019b). Por uma ideia de ciência com memória e pensamento. In S. Leão (Ed.), *Norval Baitello 70 – Homenagem ao Professor Norval Baitello Jr. em seus setenta anos* (pp. 304-318). São Paulo: Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia (CISC). <http://hdl.handle.net/1822/62835>
- Martins, M. L. (2019c, 16 de dezembro). A minha universidade. *Correio do Minho*. <https://correiodominho.pt/cronicas/a-minha-universidade/11702>
- Nietzsche, F. (1872/1992). *O nascimento da tragédia*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- Rorty, R. (1994). *Objectivisme, relativisme et vérité*. Paris: PUF.
- Ruão, T. (2008). *A comunicação organizacional e os fenómenos de identidade: a aventura comunicativa da formação da Universidade do Minho, 1974-2006*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. <http://hdl.handle.net/1822/8841>
- Simmel, N. (1911/1988). *La tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Rivages.
- Silva, S. (2013, 22 de novembro). Este Governo fez uma espécie de destruição criativa: rebentou com tudo [Entrevista a Manuel Sobrinho Simões]. *Público*, pp. 28-29. <https://www.publico.pt/2013/11/22/ciencia/entrevista/este-governo-fez-uma-especie-de-destruicao-criativa-rebentou-com-tudo-1613412>
- Sloterdijk, P. (2000). *La mobilisation infinie*. Paris: Christian Bourgois.
- Wiener, N. (1948). *Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine*. Paris, Hermann & Cie & Camb. Mass., MIT Press.

Crise(s) ou desafios na educação? – entrevista com Maria Emília Brederode Santos

Sara Pereira

Professora Associada com Agregação do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-9978-3847

A educação está em crise? A resposta não é óbvia nem simples. Para alguns, a educação está sempre em crise; para outros, entra periodicamente em crise; e para outros ainda, não são crises, são desafios o que a educação permanentemente enfrenta.

Refere Hannah Arendt que “numa crise, por mais que um problema de ordem geral se possa apresentar, é sempre impossível isolar completamente o elemento universal das circunstâncias concretas em que esse problema aparece” (Arendt, 2000, p. 23). Para além da dificuldade em isolar fatores, será também difícil falar na crise de um setor sem implicar, necessariamente, outros. Assim, uma crise na educação provoca e é provocada por crises de ordem económica, política e social. Admite-se por isso que a área da educação seja de interrogação permanente, sujeita a dificuldades e problemas, mas também a oportunidades de renovação e de mudança.

A educação está consagrada como um direito humano universal na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2017, art.º 26), estando também especificamente reconhecida como um direito das crianças na Convenção sobre os Direitos da Criança (Unicef, 2019, art.º 28). Em 1990, os participantes na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março), em cooperação com a Unesco, quiseram relembrar este direito fundamental através da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Unesco, 1998), com o objetivo de garantir e de reforçar a necessidade de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, aprovada em 2015 (ONU, 2015), entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desta Agenda, a educação constitui-se como o quarto objetivo, visando “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Reconhecendo o papel fundamental desempenhado pela educação na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o dia 24 de janeiro como o Dia Internacional da Educação, celebrado pela primeira vez em 2019.

Reconhecendo igualmente a educação como um valor fundamental para a humanidade, o Papa Francisco (2020), no Seminário promovido em Roma pela Academia Pontifícia de Ciências Sociais sobre Educação: o Pacto Mundial refere a necessidade de criação de um novo pacto para a educação a nível global, ainda mais urgente nos tempos de pandemia que vivemos. Francisco sublinha a importância de colocar a pessoa no centro do processo educativo, por uma educação que humanize o mundo e a história e questione a cultura do descarte, uma cultura que, segundo Bauman (2007), caracteriza o mundo da modernidade líquida. Dirigindo-se aos organizadores e participantes desse seminário, refere o Papa Francisco: “vós, académicos das várias das universidades mais respeitadas do mundo, identificastes novas alavancas para tornar a educação mais humana e equitativa, mais satisfatória e mais relevante para as necessidades díspares das economias e sociedades do século XXI” (Papa Francisco, 2020, §10). Entre essas necessidades, coloca a promessa

das tecnologias para alcançar crianças que atualmente não têm oportunidades de aprender; a situação a nível mundial de milhares de crianças e jovens refugiados e imigrantes; as alterações climáticas e os efeitos da crescente desigualdade social e educativa. O Pontífice refere-se também às ferramentas necessárias para reverter estas situações e os efeitos que daí decorrem, para criar e fortalecer uma sociedade mais humana, saudável, justa e feliz.

Estes são exemplos de documentos e iniciativas de referência que exaltam a educação como um bem público e pedem uma maior cooperação mundial e uma maior ação e dinamização coletivas para promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, que não exclua ninguém.

Estes apelos chegam pela dureza da realidade que os números mostram: a nível mundial, estima-se que 258 milhões de crianças, adolescentes e jovens (17% do total), não frequentem a escola, ou seja, ainda antes da atual pandemia, um em cada cinco adolescentes, jovens e crianças estava totalmente excluído da educação. Em pelo menos 20 países, principalmente na África Subsaariana, dificilmente uma jovem rapariga pobre da zona rural consegue terminar o segundo nível da educação secundária. Milhões continuam a ser excluídos do acesso à educação, bem como do sucesso escolar. Entre eles, desproporcionalmente, estão as mulheres; pessoas que vivem na pobreza; minorias étnicas, religiosas e linguísticas; e pessoas com deficiência (Unesco, 2020a). Além disso, como refere Audrey Azoulay, Diretora-geral da Unesco, “a existência de estigmas, estereótipos e discriminação significa que outros milhões são excluídos nas próprias salas de aula” (Unesco, 2020b, p. 5). Durante a crise da COVID-19, cerca de 40% dos países de rendimento baixo e médio-baixo não tomaram nenhuma medida para apoiar os estudantes em risco de exclusão (Unesco, 2020a). Em termos gerais, de acordo com a última estimativa da taxa global de literacia, são 750 milhões as pessoas que não são alfabetizadas. Há quase mais 40% de analfabetos com 65 ou mais anos do que analfabetos jovens. Em termos relativos, os mais velhos têm maior probabilidade de serem analfabetos isolados, a viver em casas com nenhum membro alfabetizado (Unesco, 2018).

Segundo a Unesco, existem 87 milhões de pessoas deslocadas no mundo: 25 milhões de refugiados, três milhões de requerentes de asilo, 40 milhões de deslocados internos devido a conflitos e 19 milhões de deslocados devido a desastres naturais. Mais de metade de todos os refugiados têm menos de 18 anos. Pelo menos quatro milhões de crianças e jovens refugiados de cinco a 17 anos estavam fora da escola em 2017 (Unesco, 2018).

Em Portugal, segundo o relatório *Estado da Educação 2018* elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2019), a qualificação da população ativa residente no país continua a melhorar. A taxa de pré-escolarização (dos quatro anos ao início da escolaridade obrigatória) situa-se nos 94,2%, apenas ligeiramente abaixo da taxa na UE (95,4%). Em 2018 manteve-se a redução de indivíduos sem nível de escolaridade ou com qualificação até ao terceiro Ciclo de Ensino Básico (CEB), bem como o aumento da população com pelo menos o ensino secundário. No grupo sem

nível de escolaridade ou com o primeiro CEB, cerca de 90% das pessoas tem 45 anos ou mais, verificando-se o mesmo com cerca de 60% que têm o segundo CEB ou o terceiro CEB. Por outro lado, pelo menos 65% da população, tanto com ensino secundário ou pós-secundário como com ensino superior, tem menos de 45 anos. A população entre os 25 e 64 anos que completou pelo menos o ensino secundário tem vindo a aumentar ao longo da década. Em 2018, esta proporção é de 54,4% entre as mulheres e de 44,8% entre os homens. A taxa de abandono escolar precoce (18-24 anos) era em 2018 de 11,8% (sendo de 10,6% na UE). Portugal tem uma taxa de diplomados no ensino superior (30-34 anos) de 33,5% (para 40,7% da EU). A participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida (25-64 anos) é de 10,3% (11,1% na UE) (CNE, 2019).

Estes indicadores a nível mundial e nacional mostram que a educação enfrenta enormes desafios, que não são novos, e que precisam de ser considerados a nível global, porque, como refere a Diretora-Geral da Unesco, “não investir na educação resultará num agravamento das fraturas causadas pelas desigualdades e pela exclusão no seio das sociedades” (Azoulay, 2019, §6). Urge, por isso, encarar a educação como um bem comum, que contribua para a construção de sociedades inclusivas e democráticas.

Para discutir e refletir sobre estas e outras questões, convidámos Maria Emília Brederode Santos, uma destacada especialista na área e atual Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), para uma entrevista que gentilmente nos concedeu.

Maria Emília Brederode Santos foi eleita presidente do Conselho Nacional de Educação pela Assembleia da República em novembro de 2017. Foi presidente do Instituto de Inovação Educacional do Ministério da Educação de 1997 a 2002 e representante do Ministério da Educação na Comissão Nacional para a Educação em matéria de Direitos Humanos de 1998 a 2004. Foi diretora pedagógica do programa televisivo e da revista *Rua Sésamo* (1987 a 1997) e autora do livro *Aprender com a TV* (1991). Foi presidente da Associação Portuguesa de Intervenção Artística e de Educação pela Arte (2006 a 2008), da Comissão de Avaliação da Escola Superior de Educação pela Arte (1981 a 1982) e do Grupo Interministerial para o Ensino Artístico (1996). É membro de várias associações (como a Associação Portuguesa de Educação Permanente) e membro da direção da APGES (Global Platform for Syrian Students) e de grupos informais, como o Grupo informal de Educação para a Literacia Mediática (GILM) e o grupo Inquietações Pedagógicas. É membro do Conselho de Opinião da RTP. Recebeu o prémio Rui Grácio da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação em 1992 e o prémio da Boston University General Alumni Association em 1994. Foi agraciada em 2004 com a Ordem da Instrução Pública pelo Presidente da República Jorge Sampaio. É mestre em Análise Social da Educação pela Boston University (EUA), e licenciada em Ciências da Educação pelo Institut de Psychologie et des Sciences de l' Education da Universidade de Genebra (onde também lecionou) e pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É uma pessoa absolutamente inspiradora e não apenas quando fala de educação. As reflexões que se seguem, selecionadas a partir de uma conversa de 120 minutos, ilustram isso mesmo.

Sara Pereira (SP) – Começaria pelo momento atual em que vivemos, a pandemia provocada pela COVID-19 e o(s) impacto(s) que pode ter tido, ou que esteja a ter, na Educação em geral. Quais são os impactos mais visíveis?

Maria Emília Brederode Santos (MEBS) – A primeira constatação, e a mais preocupante, é o agravamento das desigualdades sociais. Primeiro, com o encerramento das escolas, a pandemia veio dar mais visibilidade a desigualdades que já existiam. Depois obviamente que também as veio agravar, por várias razões: pelo recurso que se fez, e bem, ao ensino a distância, mas que levantou a questão do acesso à Internet, de desigualdades económicas na aquisição dos dispositivos necessários, mas também de desigualdades territoriais. A conectividade não está distribuída igualmente por todo o território, pelo contrário. E há também a situação em casa, o apoio dos pais, sobretudo para os miúdos mais pequenos. Isto requeria algum apoio por parte dos pais e nem todos tinham disponibilidade nem formação para o fazer. Portanto, parece-me que o dar visibilidade às desigualdades que já existiam e agravá-las foi o impacto negativo mais evidente. Há outro aspeto que em si não é negativo nem positivo, que foi a aceleração da digitalização da educação. Também aí, creio que se tornou visível que este processo, que já se vinha desenvolvendo, foi acelerado. E pode ser um efeito muito positivo, não como substituto das aulas presenciais e da vivência da escola, mas como uma ferramenta mais para a educação e a educação ao longo de toda a vida.

Há ainda outras constatações que vale a pena sublinhar: a importância da escola e das suas várias funções, que não se limitam à função de instrução, como o seu contributo para a satisfação de certas necessidades básicas, por exemplo da alimentação. A escola é uma ajuda muito importante para certas crianças e felizmente houve o cuidado de manter essa oferta. Outra função significativa será o papel de segurança, de vigilância, de defesa das crianças e dos jovens, sobretudo dos mais novos. Em certas situações extremas, que sabemos que existem, de maus-tratos em casa ou de negligência, a escola aparece como o único meio para a criança sair dessa aflição. Há ainda o papel da escola, de *melting-pot*, de convívio entre crianças e jovens de meios sociais diferentes que, em Portugal, em certas localidades, está um pouco prejudicado, pela urbanização tão desigual. De qualquer maneira, a escola é, muitas vezes, o único local onde muitas crianças encontram outras de meios diferentes. Há esse papel de conhecimento, contacto, eventualmente, compensação social. É a função de socialização da escola. É importante para o desenvolvimento físico e social das crianças e dos jovens poderem estar com outras e com outros da sua idade, ou aproximada. Aprenderem a estar uns com os outros, a relacionarem-se, a gerirem conflitos...E contribui para a coesão social do país. Depois, há a função de custódia das crianças. De guarda das crianças em segurança. Fechar as escolas é quase fechar a economia e o país! Finalmente claro que há a função essencial de promoção da aprendizagem e tornou-se mais notório quão importante é o contacto presencial e o papel do professor. Creio que houve uma revalorização da escola e do papel do professor, que foi bastante importante.

E há outras coisas que se podem retirar desta pandemia. Parece-me que houve, ou pode haver – e vou dizer assim uma coisa um bocado provocatória – uma valorização

do conhecimento histórico, do conhecimento literário, porque muitas das respostas dadas à pandemia podiam ser conhecidas por quem estudasse História, por quem conhecesse a história de epidemias anteriores, ou os seus relatos na literatura. Uma pessoa que leia *A Peste de Camus*, por exemplo, percebe melhor algumas das respostas mais comuns como o confinamento, a distância social, a máscara, a higiene e os efeitos destas medidas na psicologia individual e coletiva. Portanto, há outras formas de conhecimento que têm sido relativamente mais ignoradas e subestimadas nos últimos anos, mas que merecem uma reapreciação e que poderão enriquecer o próprio conhecimento científico, cujo processo de trabalho se tornou também mais visível em toda a sua complexidade e dificuldade.

SP – Quando falamos em educação e crise, o que lhe ocorre?

MEBS – Neste momento só pode ser “pandemia”. Antes da pandemia poderíamos falar de crise da educação? Claro que há estrangulamentos no sistema, problemas que persistem, outros que surgem, uma desadequação cada vez maior da escola à diversidade de alunos que a frequentam e aos tempos “líquidos” que atravessamos...

Mas vamos começar ao contrário: a falar nos progressos e nas continuidades. Na educação houve enormes progressos e uma continuidade muito maior do que se pensa em várias políticas educativas como o prolongamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, ou a universalização do pré-escolar, que hoje já ninguém põe em causa. Pode-se discutir se deve começar aos zero anos ou aos três anos, se deve ser obrigatória ou não, mas todos reconhecem a sua importância e o papel do Estado na sua oferta. O mesmo se passa com a importância de diversificar o secundário e a discussão que pode haver é sobre o momento dessa diversificação, mas parece vingar a ideia de que só deve haver vias diferentes no secundário; e que estas vias profissionalizantes trazem inovações que valeria a pena estudar e alargar a outras modalidades de ensino. Também parece consensual a necessidade de abrir mais o ensino superior a outras populações, de combater o insucesso escolar ao longo de toda a escolaridade e de reduzir a taxa de abandono antes do fim da escolaridade obrigatória – são preocupações que têm atravessado estes últimos anos, décadas mesmo, e tem-se conseguido enormes progressos em quase todos os indicadores de desempenho do sistema, designadamente em 2019, em que tivemos a taxa mais baixa de sempre quer de insucesso quer de abandono.

Se disserem “a educação está em crise porque a massificação trouxe um abaixamento da qualidade”, nós sabemos que é uma queixa que vem desde Péricles, mas na realidade, os dados mais objetivos provenientes de vários testes internacionais, sendo o mais conhecido o PISA, dizem-nos que Portugal avançou imenso, foi um dos países que melhorou mais, pelo menos nas três áreas testadas – Matemática, Ciências e Literacia em Língua Materna. E em Matemática, sobretudo, melhorou muitíssimo. É claro que a qualidade não se esgota nisto, mas para podermos dizer se piorou ou melhorou precisamos de algum dado objetivo e o que temos é este. Não sabemos com que consequências para outras áreas curriculares como as Artes, as Humanidades, a Educação Física...

SP – Tem uma percepção de que há um maior desinteresse dos alunos pela escola?

MEBS – Isso sim, e parece-me muito preocupante. Há aquele estudo recente da Organização Mundial de Saúde, em que Portugal participou e que mostra que o gosto pela escola entre nós tem vindo a diminuir ao longo dos anos e que diminui também à medida que os alunos crescem, ou seja, os mais pequeninos entram todos entusiasmados e o entusiasmo vai esmorecendo a partir de uma certa idade. E isso é dramático, porque aprender pode e deve ser um enorme prazer, um enorme enriquecimento para cada um de nós e para a sociedade e para que possamos aprender ao longo de toda a vida.

O Conselho Nacional de Educação publicou agora um estudo *Desempenho e Equidade: uma análise comparada a partir dos estudos internacionais TIMSS e PIRLS*, que, na mesma linha das conclusões anteriores do projeto Aqueduto, salienta o facto de as escolas portuguesas com uma população de meios maioritariamente desfavorecidos conseguirem alcançar desempenhos médios superiores à média internacional e aos resultados médios observados em escolas de outros países com populações desfavorecidas. A educação, que pretende combater e ajudar a ultrapassar as desigualdades sociais, tende também a reproduzi-las (o que é conhecido e muito notório em Portugal, por exemplo nos estudos PISA, aos 15 anos). No entanto, o referido estudo conclui que essas disparidades sociais têm menor impacto no desempenho dos alunos portugueses do 4.º ano em leitura, matemática e ciências do que noutros países e, muito provavelmente, do que noutros ciclos de ensino. Não tenho explicação segura para isto, mas o que me parece é que, a partir do 2º ciclo, os alunos gostam menos da escola, têm piores resultados e as diferenças sociais acentuam-se. Ou seja, por vários fatores que importa identificar e estudar (dimensão? proximidade de casa? professor único? programas mais adequados? mais apoio e formação contínua dos professores?...), as escolas do 1º ciclo estariam mais adequadas aos alunos do que as dos níveis seguintes, mas esta é uma questão que tem de ser aprofundada.

Porque é que os alunos gostam menos da escola agora do que antigamente? Do que eles se queixam é das aulas, quer dizer, eles gostam da escola pelos colegas, pelos recreios... Gostam da escola pelos acontecimentos, por determinados momentos especiais. Não gostam do “ram-ram” das aulas. Isso é um fator que me parece importante, porque eles gostam dos professores e dos colegas. À medida que vão crescendo, sentem uma maior pressão por parte das escolas, dos pais, da sociedade, para terem boas notas, para se prepararem para os exames. Sentem-se muito pressionados e isso é um indicador que devemos ter em conta. Em relação às aulas, penso muitas vezes que uma diversificação de métodos seria, com certeza, bem-vinda por eles e muito útil para o seu desenvolvimento social e cognitivo.

SP – Essa pressão de que fala, por um lado, para aqueles que poderão ter mais dificuldade ou até menos interesse, pode ser um motivo de desistência e, para outros, um motivo de esforço maior. Também aí nessa pressão pode haver esta acentuação das desigualdades? Porque aqueles que não conseguem lidar com essa pressão,

mesmo se tivessem algum interesse, vendo que não conseguem acompanhar, podem ficar mais desmotivados, o que contribui para a desistência.

MEBS – Exatamente. Ou saem mesmo da escola. Apesar de a taxa de abandono ter sido, no ano passado, a mais baixa de sempre, mesmo assim, são 10% a 11% que se perdem, que não se sabe onde estão. Com esta pandemia, certamente que este problema se agravou. Provavelmente, muitos mais desapareceram e desistiram. E outros desistem, não fisicamente; continuam lá, mas desistem na motivação. Cada vez se interessam menos pelo assunto, se afastam e desistem de se esforçar e de tentar aprender.

SP – E falando dos professores, parece-me que tem havido uma desvalorização do papel do professor, para além das questões que se têm colocado em relação à carreira docente. Vê este assunto como uma crise na educação ou considera que isso não é um fator de crise?

MEBS – Claro que os professores são muito importantes e hoje em dia, com o envelhecimento dos professores e as reformas, o problema está a tornar-se mais visível. Era preciso dar mais atenção aos professores, em vários aspetos. Era importante que os professores fossem mais reconhecidos como intelectuais, reflexivos e criativos, como é costume dizer nas Ciências da Educação. E devia ter-se mais em conta o bem-estar dos professores. Por exemplo, lembro-me uma vez que houve uma visita cá a Portugal de um grupo de professores da Finlândia e havia uma senhora que eu não percebia de que é que ela era professora, e perguntei o que é que ela fazia. Ela disse que era uma espécie de Provedora dos Professores. Estava na escola para saber o que estava a correr mal, em que é que os professores se sentiam bem ou mal e defender soluções junto da Direção. Achei interessante, porque isto não existe em Portugal, não há essa preocupação de ouvir os professores neste aspeto do bem-estar. E o reconhecimento do seu papel, claro. Toda a gente diz “os professores têm autonomia para dar isto e aquilo da maneira que entenderem”, mas os professores gostariam de ter mais apoios concretos, para poderem desempenhar essa autonomia mais cabalmente.

SP – São, sem dúvida, desafios que se colocam atualmente ao sistema educativo. Que outros desafios enfrenta hoje a educação?

MEBS – O da digitalização considero que é muito importante porque é essencial que os alunos, os professores e toda a população se “converta” ou seja capacitada tecnologicamente. Mas também pedagogicamente. Parece-me fundamental que se pense para quê, para que pedagogia. Por exemplo, neste período em que foi tudo de repente e não houve tempo para preparar, claro que se utilizou o ensino a distância para reproduzir aquilo que era o modelo tradicional de ensino transmissivo, em que o professor chega, “dá” a sua aula e se vai embora. Fundamentalmente, isso foi o que foi feito, mas não é fatal que seja assim. Claro que há modalidades de ensino a distância que assentam nessa transmissão de conhecimentos, e muito bem, sobretudo para adultos já motivados e autónomos, mas tem de haver certas

adaptações, designadamente, de tempo, de ritmo, etc. O uso do digital na sala de aula, ao serviço de uma pedagogia que pode ser muito mais ativa e muito mais promotora da autonomia dos alunos, pode ser um enriquecimento muito grande. Quando dizemos que queremos uma pedagogia mais ativa, visando a autonomia dos alunos, estamos a dizer o que é que gostaríamos que a escola fosse e que o aprender fosse. Também se relaciona com a diferença de métodos: as aulas mais tradicionais e transmissivas de vez em quando também são ótimas, mas penso que deveria haver muito mais trabalho de projeto, que os alunos pudessem participar muito mais na gestão das suas aprendizagens, quer através da colocação de problemas que gostariam de estudar e procurar resolver, quer através da definição e planificação das aprendizagens que deveriam realizar. A verdade é que, se tiverem acesso à internet, por exemplo, podem ir buscar essa informação muito mais facilmente do que se não tiverem. Por outro lado, podem comunicar para toda a parte do mundo e podem até consultar pessoas, às quais não teriam normalmente acesso, e também podem produzir, que é outra dimensão muito interessante do digital. Tudo isso permite uma muito maior participação e atividade do aluno, um maior envolvimento e também uma maior autonomia, no sentido em que ele aprende a gerir a sua aprendizagem. Mas obviamente que é uma mudança mais global da pedagogia e uma mudança de cultura de escola. E também requer competências de literacia mediática que a escola, nos dias de hoje, tem de promover.

SP – Referiu-se atrás a estudos que mostram que a educação pode estar a promover desigualdades sociais, o que parece um paradoxo. Estarão a ser feitos todos os possíveis para que a educação, em vez de reproduzir ou acentuar essas desigualdades, contribua para, de algum modo, equilibrar e criar igualdade de oportunidades no que diz respeito a questões de emprego, de bem-estar, de acesso a bens culturais, por exemplo? Como é que podemos trabalhar para a educação não acentuar, ou não reproduzir, estas desigualdades?

MEBS – É a pergunta de um milhão de dólares, não é? Primeiro, temos de tomar consciência de que o papel da escola em relação às desigualdades sociais é contraditório, porque, por um lado, as reproduz e, eventualmente, até as pode agravar. Mas, por outro lado, também as atenua, porque, quando as escolas estiveram encerradas, as desigualdades além de se tornarem mais visíveis, tornaram-se muito maiores. E, portanto, o papel da escola não é simples, não é assim tão linear e joga em vários sentidos. Aqueles dados, de que falei antes, indicam que até ao final do 1º ciclo Portugal era dos países menos suscetíveis ao efeito de indicadores sociais, económicos e culturais no desempenho. Confesso que me surpreendeu, sobretudo porque sabemos que aos 15 anos, já não é assim; pelo contrário, Portugal é dos países onde a diferenciação mais se traduz na escola. Temos aí um campo de estudo importante para perceber o que é que se passa a partir do 2º ciclo que torna a escola menos adequada a alunos de meios sociais mais carenciados. Há certas políticas que têm vindo a ser seguidas, que têm vindo a reduzir essa reprodução, através do combate ao insucesso e ao abandono. Temos também uma outra série de fatores que desconhecemos, não temos dados, apesar de termos a perceção de que influenciam, e que são, por exemplo, a questão racial, a questão dos grupos étnicos minoritários,

que se discute muito se devem poder ser identificados para efeitos de investigação ou não.

Ainda nas medidas positivas que têm vindo a ser tomadas está a da inclusão das pessoas com necessidades específicas. Houve aí um progresso extraordinário em Portugal. Hoje em dia, estas crianças estão na escola, têm os mesmos direitos, alcançam níveis de escolaridade cada vez mais elevados e isso deve ser relevado.

Há também a questão da diferença de género: passou-se de uma fase onde as meninas não iam à escola, ou iam menos, para uma fase em que são os rapazes que têm mais dificuldade na escola. Porque é que os rapazes, a partir sobretudo do 2º ciclo, têm piores resultados, se desinteressam mais pela escola, há maior abandono? Uma série de indicadores mostra que a escola é menos atraente para os rapazes do que para as raparigas e isso deve ser averiguado.

Outra questão é a da pobreza e dos aspetos socioeconómicos, em que, apesar de tudo o que já foi feito, podia haver mais investimento, e não só de dinheiro. Por exemplo, no pré-escolar, estamos quase a atingir os 100%, mas ainda não estamos lá. Obviamente que devia haver esforços mais orientados para essa população, assim como para a dos zero aos três anos. E há toda a questão dos apoios sociais, que também têm vindo a ser melhorados. Não é só uma questão de dinheiro, é uma questão de assumir essa prioridade.

SP – Quando falamos de educação, é inevitável falar da escola. A escola é o *locus* da educação?

MEBS – É. É certo que, como vimos, a escola desempenha muitas outras funções e, por outro lado, a educação também ocorre em muitas outras situações que não a escola. Mas de facto, a escola, neste momento, tomou um bocadinho essa missão para si e a sociedade reconhece-lhe essa missão de ser o *locus* da educação, pelo menos durante os 12 anos de escolaridade obrigatória. Com isso, contraiu uma certa obrigatoriedade de se abrir ao mundo, de criar situações onde as pessoas aprendam o que se passa fora da escola. Por outro lado, fora da escola também há muitas instituições que, agora, assumem muito mais explicitamente esse papel do que assumiam há 30 anos, por exemplo, os museus, as bibliotecas. Está-se a assumir, cada vez mais, que o espaço físico de uma cidade pode ser um espaço educativo. Há uma maior preocupação, pelo menos informativa, por parte de outras instâncias exteriores à escola que é útil e interessante. Certos grupos de teatro independente, por exemplo, têm um setor educativo, que faz ligação com as escolas. É uma área que convém explorar mais, porque as pessoas devem ser interpeladas na sua vida quotidiana por essas aprendizagens, também é uma maneira de as agarrar, de as motivar e de as enriquecer.

SP – São interessantes essas ações porque são também de construção da cidadania. E a este propósito, gostava de falar sobre o lugar da educação para a cidadania na escola, a partir da polémica que se instalou em torno da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Não queria centrar a questão no acontecimento que motivou essa

polémica, mas mais na discussão que se desencadeou à volta da ação da escola nesta matéria. Como é que vê o papel da escola na educação para a cidadania nas várias vertentes que hoje contempla?

MEBS – A escola, quer queira quer não queira, faz educação para a cidadania, no seu sentido mais abrangente, e qualquer cientista social tem de reconhecer isso. O simples facto de haver uma vida em conjunto, as normas que regem essa vida em conjunto estão a transmitir valores, que podem ser conscientes e explícitos, ou não. Alguns princípios da escola atual – a sua compartimentação, a ênfase na motivação extrínseca através das notas, dos exames – é óbvio que transmitem valores e que transmitem uma educação, não são só instrução. Se há um grupo de pessoas juntas, há normas que as regem e, portanto, há valores subjacentes. Podemos é ter consciência deles ou não, e é menos manipulador e menos endoutrinador que se tenha consciência deles do que se faça de conta que não existem e deixarmos-nos ser “arrastados” por aquilo que foi naturalizado como norma. E claro que me parece que o papel da escola na educação para a cidadania ao longo dos anos de escolaridade e ao longo dos anos dos alunos vai mudando e vai evoluindo, de coisas muito elementares e simplificadas, para um papel cada vez mais complexo, mostrando que há vários pontos de vista possíveis sobre determinadas questões e determinados comportamentos. E tentar dar também os instrumentos para avaliar isso. Parece-me que a primeira coisa é tornar esses temas conscientes e não moldados por condições que foram naturalizadas. A ação da escola deve ser, justamente, ouvir os alunos, promover a sua participação e a sua autonomia, autonomia na aprendizagem e autonomia na sua orientação ética. Defendo que o papel da escola é favorecer este processo e que isso é educação para a cidadania, no sentido amplo de cidadania. Claro que a escola, sobretudo nos níveis mais avançados, também deve promover conhecimentos e competências de cidadania mais específicos, procurando sempre mostrar uma diversidade de pontos de vista e que é possível confrontar esses pontos de vista, compreendê-los e, eventualmente, chegar a uma construção comum. Parece-me muito importante abordar os média, que trazem para a escola, para os alunos, para toda a gente, informações recentes e polémicas, coisas que ainda não se sabem e que estão em construção. É um processo muito interessante abordar temas polémicos na escola, temas de cidadania, de vida conjunta, dos problemas de hoje, porque, quando os alunos dizem que gostam cada vez menos da escola, provavelmente é porque sentem a escola muito afastada do mundo, enquanto através da televisão, das redes e dos média em geral, eles ficam a saber o que se passa, em toda a parte, os problemas atuais. A escola está muito fechada, parece-me que o trazer esse tipo de problemas polémicos para a escola é interessante, desde que seja apresentado como uma polémica, um tema que tem pontos de vista diferentes e que é bom que o aluno conheça o máximo de pontos de vista possíveis e que seja capaz de desenvolver empatia com os outros e construir a sua própria resposta.

SP – Isso é muito importante, porque estas questões que nós hoje vemos, não a surgir, mas talvez a ressurgir, do racismo, dos populismos, dos radicalismos, da intolerância... Se estas questões não são debatidas na escola, muitos jovens podem

ter oportunidade de as debater noutros contextos, mas muitos não. E levar essa discussão para a escola só a enriquece.

Para terminar, pergunto-lhe sobre a sua perceção sobre o estado da educação em Portugal, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, e que implica a educação ao longo da vida e a educação de adultos.

MEBS – Está reconhecido o direito que todos temos à educação, em qualquer momento da vida. O que nós sabemos é que as pessoas com mais escolaridade são as que vão procurar mais educação ao longo da vida, portanto, é um problema cumulativo. Considero que esse é um princípio fundamental da educação do futuro, se é que não é do presente, o de a pessoa poder aperfeiçoar-se, estudar e aprender ao longo de toda a vida. Infelizmente esta é uma área onde não tem havido continuidade das políticas educativas e muito há ainda a fazer.

É na preocupação com a equidade na educação e com o combate às desigualdades que se revelam as principais divergências nas políticas educativas.

Apesar dos avanços, dos progressos, das melhorias em vários indicadores, sabemos que ainda somos dos países com mais insucesso escolar, ainda somos dos países que têm uma escola com uma cultura de insucesso que, de certa maneira, se desresponsabiliza da aprendizagem dos alunos. Claro que há várias responsabilidades numa aprendizagem, mas a escola tem de assumir muito mais que o seu papel é que os alunos aprendam, não é ver onde é que eles não sabem e sancioná-los por isso. Não é esse o seu principal papel. O seu principal papel é que os alunos aprendam. Portanto, não vale a pena ficar-se muito escandalizado porque os alunos não sabem isto ou aquilo, porque a escola é que tem de fazer com que eles saibam. E para isso tem de ensaiar vários modos de o fazer. Tem de procurar adequar-se às diferentes populações que a frequentam. No CNE tentamos identificar escolas que sabíamos que tinham conseguido ultrapassar o condicionalismo económico e social e fomos ver como é que o tinham feito. O que nós constatamos na fase inicial de escolha das escolas a tratar foi, primeiro, que houve escolas que não se pode dizer que tenham mudado em função da população, o que mudaram foi a população que as frequentava. Dentro daquelas que mantiveram a população e que, mesmo assim, conseguiram obter bons resultados para todos, havia as que mudaram radicalmente a organização da escola e que questionaram os seus invariantes e outras que, aparentemente, não mudaram nada, mas conseguiram transmitir uma atitude diferente aos alunos e às famílias, conseguiram transmitir a ideia de que estão ali para ajudar os alunos, para ajudar as famílias e que a razão de ser da escola é essa. E isso parece ter tido, pelo menos nos casos que apreciamos, um efeito tão positivo que, de facto, não terá havido esse papel reprodutor da desigualdade pela escola, pelo contrário, a escola desempenhou um papel emancipador e autonomizador dos alunos.

SP – Muito interessante. É muito interessante percebermos isso e como a escola também pode, de facto, fazer a diferença.

MEBS – Sim, faz sempre a diferença.

Referências

- Arendt, H. (2000). A crise na educação. In H. Arendt, E. Weil, B. Russell, O & Gasset (Eds.), *Quatro textos excêntricos* (pp. 21-53). Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Azoulay, A. (2019, 24 de janeiro). Dia Internacional da Educação - Mensagem da Diretora-Geral da Unesco. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/recursos/mensagens-da-dg-unesco/2019/dia-internacional-da-educacao>
- Bauman, Z. (2007). *Los retos de la educación en la modernidad líquida*. Barcelona: Gedisa.
- Conselho Nacional de Educação (CNE). (2019). *Estado da Educação 2018*. Lisboa: CNE. <https://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estado-da-educacao/1527-estado-da-educacao-2019>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). *Agenda 2030: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://www.ods.pt/>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2017). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Papa Francisco (2020, 7 de fevereiro). Discurso do Papa Francisco aos participantes no Seminário sobre o tema "Education: the global compact", promovido pela Pontificia Academia das Ciências Sociais. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2020/february/documents/papa-francesco_20200207_education-globalcompact.pdf
- Unesco (1998). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>
- Unesco (2018). *Global Education Monitoring Report 2019: Migration, Displacement and Education – Building Bridges, not Walls*. Paris: Unesco. <http://bit.ly/2019gemreport>
- Unesco (2020a). *Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education: All means all*. Paris: Unesco. <http://bit.ly/2020gemreport>
- Unesco (2020b). *Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação para todos*. Paris: Unesco. <http://bit.ly/2020gemreport>
- Unicef – Comité Português (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. Lisboa: Comité Português para a UNICEF. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

O conceito de crise é particularmente caro às Ciências Sociais. E é-o não apenas no domínio da Ciência Económica ou Política, mas também da Sociologia, da História, da Antropologia, da Educação, da Geografia e da Comunicação. Ao procurarem explicar as dinâmicas sociais como processos sujeitos à mudança e à transformação, estas ciências têm desenvolvido a ideia de que as crises são, não apenas momentos de depressão dos valores instituídos, mas também pontos de viragem histórica e civilizacional. Cada capítulo deste livro é um convite à reflexão da diversidade de experiências e problemáticas sociais da crise. Assumindo-a como noção plural, este volume encara a noção de crise(s) como central à análise crítica das sociedades.

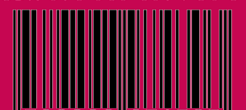


UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-8974-30-3



9 789898 974303 >